

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO
E APRENDIZAGEM**

Raquel Baptista Spaziani

**VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: COMPREENSÕES DE PROFESSORAS SOBRE
CONCEITO E PREVENÇÃO**

BAURU 2013

Raquel Baptista Spaziani

**VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: COMPREENSÕES DE PROFESSORAS SOBRE
CONCEITO E PREVENÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do título de Mestre à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, sob a orientação da Dr^a Ana Cláudia Bortolozzi Maia.

BAURU 2013

Spaziani, Raquel Baptista.
Violência sexual infantil : compreensões de
professoras sobre conceito e prevenção / Raquel Baptista
Spaziani, 2013
131 f.

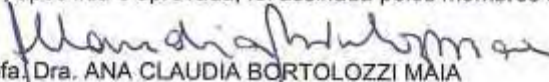
Orientadora: Ana Cláudia Bortolozzi Maia

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2013

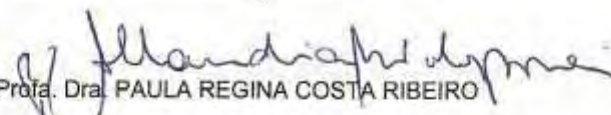
1. Violência sexual infantil. 2. Professoras. 3.
Educação para a sexualidade. I. Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Ciências. II. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado DE RAQUEL BAPTISTA SPAZIANI, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM, DO(A) FACULDADE DE CIÊNCIAS DE BAURU.

Aos 25 dias do mês de janeiro do ano de 2013, às 10:00 horas, no(a) Sala de Videoconferência da FAAC, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Profa. Dra. ANA CLAUDIA BORTOLOZZI MAIA do(a) Departamento de Psicologia / Faculdade de Ciências de Bauru, Profa. Dra. CONSTANTINA XAVIER FILHA do(a) Unidade de Educação / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Profa. Dra. PAULA REGINA COSTA RIBEIRO do(a) Instituto de Educação / Universidade Federal do Rio Grande, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE Mestrado de RAQUEL BAPTISTA SPAZIANI, intitulada "Violência sexual infantil: compreensão de professoras sobre conceito e prevenção". Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.


Profa. Dra. ANA CLAUDIA BORTOLOZZI MAIA


Profa. Dra. CONSTANTINA XAVIER FILHA


Profa. Dra. PAULA REGINA COSTA RIBEIRO

Às professoras e professores que compreendem que a educação vai além do ensino de conteúdos formais e que, por isso, estão sempre em busca de novos conhecimentos e novas possibilidades. Em especial, à minha mãe, estudante de Pedagogia, que tão cedo em sua formação acadêmica já foi tomada por inquietações.

AGRADECIMENTOS

De maneira intencional ou não, as pessoas ao nosso redor estão sempre nos educando. Por sorte, há algumas delas que passam em nossos caminhos que acabam nos iluminando. Pelas conversas, sugestões, brincadeiras, discussões teóricas, apoio e amor, não há palavras que possam expressar a minha gratidão por vocês:

Ana Cláudia Bortolozzi Maia, minha querida orientadora, agradeço imensamente o nosso encontro. Foi você quem me apresentou à vida acadêmica e aos estudos em sexualidade, minha grande paixão. Obrigada por me dar autonomia, porém sem nunca descuidar de mim. Também agradeço aos incentivos e às oportunidades profissionais que você me proporcionou. Hoje, tenho em você uma grande amiga, com quem sei que posso contar a qualquer momento.

Paula Regina Costa Ribeiro, Lígia Ebner Melchiori e Constantina Xavier Filha, foi um privilégio ter vocês na banca de qualificação e defesa da minha dissertação de mestrado, professoras e pesquisadoras que eu admiro tanto. Agradeço as sugestões de leitura, as observações cuidadosas, assim como a maneira como vocês se mostraram tão acessíveis a mim.

Minha mãe e meu pai, Cleusa e Reinaldo, obrigada pelo apoio incondicional, pelo amor e pela dedicação que vocês têm a mim. Agradeço aos modelos que vocês me forneceram, sempre estudando e tendo a coragem para mudar de caminho, quando sentiram que era necessário. Por saber que posso contar com vocês, sinto-me livre para tomar as minhas próprias decisões, e eu só tenho a lhes agradecer.

Renato, meu irmão, agradeço ao exemplo de pessoa que você é para mim. A sua inteligência e o seu senso crítico são inspiradores, assim como a sua vontade de aprender sempre mais. Obrigada, também, pelo apoio e pela amizade.

Alvaro, obrigada por todo o carinho e apoio, assim como pelas ilustrações e slides, tão cheios de talento.

Ana, Patrícia, Ana Beatriz e Mariana, agradeço pelos inúmeros momentos de diversão, pelo carinho, pela amizade tão intensa. Aninha, obrigada por estar sempre ao meu lado, compartilhando tudo, mesmo quando distante fisicamente. Pat, agradeço pelas nossas conversas e reflexões, assim como pela companhia em todos os momentos. Bia, obrigada por me ensinar sobre a importância da leveza, pelo seu sorriso constante. Mari, obrigada por se mostrar sempre à disposição para me ajudar, bem como pelo bom humor que acrescentou em minha rotina.

Natália e Geraldo, agradeço a amizade, os bons conselhos, por estarem sempre presentes. Nat, obrigada pelos “mimos”, pelo cuidado, pelo amor. Juninho, agradeço você, o meu “guru”, por sempre me incentivar profissionalmente.

Amanda e Ana Carla, agradeço a oportunidade de tê-las conhecido, pelas nossas conversas, assim como pelos ótimos momentos juntas.

Grupo de Estudo em Sexualidade, Educação e Cultura – GEPESSEC – sou grata pelo espaço de tanto aprendizado e conhecimento. Em especial, à Mariana Farias, Florêncio Júnior e Marcela Pastana, pela dedicação que vocês têm aos estudos e à profissão, que acabam me inspirando tanto.

Professores/as e funcionárias do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, agradeço a atenção, bem como o ambiente de reflexão que me foi proporcionado.

Alunos/as do Programa de Pós-Graduação, agradeço a companhia nesse momento de tanto aprendizado. Em especial, à Vivian e à Alessandra, pela amizade.

PROPG, sou grata à bolsa de pesquisa que me foi concedida, permitindo, assim, a minha dedicação exclusiva a esse estudo.

Por fim, agradeço às professoras que aceitaram participar dessa pesquisa, pela prontidão, pela falta de receio em se exporem, pelo exemplo que foram para mim,

reconhecendo a dificuldade em torno do assunto, porém com o desejo de reverter essa situação.

SPAZIANI, Raquel Baptista. *Violência sexual infantil: compreensões de professoras sobre conceito e prevenção*. 2013. 131 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2012.

RESUMO

A vitimização sexual pode ser entendida como uma relação de poder entre um adulto e uma criança, na medida em que o primeiro coage a vítima para que esta satisfaça os seus interesses, expectativas e desejos sexuais. O/a professor/a é figura fundamental no rompimento do silêncio a respeito da violência sexual infantil, visto que é alguém em quem a criança confia e tem acesso facilmente. Contudo, apesar de ser necessário dialogar sobre sexualidade, identificar e denunciar situações de violência sexual infantil, muitos/as professores/as tem receio de realizar um projeto sobre essa temática, seja por despreparo pessoal e profissional, seja por temor em sofrer represálias da família e/ou da escola. Tendo isso em vista, este é um estudo qualitativo descritivo que tem como objetivo investigar as compreensões sobre o conceito e a prevenção da violência sexual infantil nos relatos de dezesseis professoras da Educação Infantil. Assim, primeiramente, o projeto de pesquisa foi enviado e aprovado por um Comitê de Ética para, então, fazer o contato com as professoras participantes. Em dias previamente agendados, estas responderam à entrevista, assinando o termo de consentimento informado, tendo a interação sido gravada em áudio e transcrita na íntegra, para a análise de dados. Esta pautou-se na análise de conteúdo, onde o conteúdo temático foi agrupado em categorias e subcategorias. Os resultados obtidos indicam que a maior parte das professoras compreende a violência sexual enquanto um fenômeno que vai além do ato sexual. Essa violência foi explicada como consequência de uma família desajustada, distúrbios psicológicos do/a agressor/a, fatores socioeconômicos, bem como associada à religião. Para a maior parte delas, o/a agressor/a é alguém com transtorno psicológico, que não consegue controlar os seus impulsos sexuais. Elas demonstraram acreditar que a criança vitimizada manifesta sintomas em sala de aula, assim como a violência sexual pode ter consequências negativas para essa criança. Algumas participantes relataram orientar as crianças sobre violência sexual, porém isso de maneira informal. Apenas uma professora associou a educação para a sexualidade com a prevenção da violência sexual infantil. Diante de suspeitas de violência sexual em crianças, a maioria das participantes relatou comunicar a direção sobre o fato, para que esta pudesse tomar as providências necessárias. Considerando que a escola é um local privilegiado para a prevenção e a detecção precoce da violência sexual contra crianças, faz-se necessário que o tema seja abordado em cursos de formação inicial e continuada, a fim de que os/as professores/as estejam preparados/as para lidar com tais situações, bem como reconheçam o seu papel na proteção da criança

Palavras chave: Violência sexual infantil; Professoras; Prevenção; Educação para a sexualidade.

SPAZIANI, Raquel Baptista. *Child sexual violence: understandings of teaching on concept and prevention*. 2013. 131 f. Dissertation. (Master's Degree in Development and Learning Psychology) – Paulista State University, Bauru, 2013.

ABSTRACT

The sexual victimization can be understood as a power relationship between an adult and a child, in which the first coerces the victim so that it meets their interests, expectations and desires. The teacher is a key figure on breaking the silence about child sexual abuse, for being someone the child trusts and can access easily. However, despite being required to talk about sexuality, identify and report cases of sexual violence in their students, many teachers are afraid to do a project on this topic, because they fell personal and professional unprepared, either by fear of reprisals from family or school. Keeping this in view, this is a descriptive qualitative study that aims to investigate understandings about the concept and the prevention of child sexual abuse reports in sixteen teachers from kindergarten. So, first, the research project was submitted and approved by an Ethics Committee to then make contact with the participating teachers. On days previously scheduled, they responded to the interview by signing the consent form, and the interaction was audio-recorded and full transcribed for analysis. This was based on content analysis, where the thematic content was grouped into categories and subcategories. The results indicate that most of the teachers understand sexual violence as a phenomenon that goes beyond the sexual act. This violence was explained as a consequence of a dysfunctional family, the perpetrator psychological disorders, socioeconomic factors, and associated with religion. For most of them, the abuser is someone with psychological disorder, who can not control their sexual urges. They believe that demonstrated the victimized child manifests symptoms in the classroom, as well as sexual violence can have negative consequences for the child. Some participants reported guide their students about sexual violence, but it informally. Only one teacher partnered sexuality education for the prevention of child sexual abuse. Faced with suspicions of sexual violence in their students, most participants reported communicate the fact to direction, so that it could take appropriate action. Because school is a privileged place for the prevention and early detection of sexual violence against children, it is necessary the subject be addressed in initial and continuous training courses so that teachers are prepared to deal with such situations and recognize their role in child protection.

Keywords: Child Sexual Violence; Teachers; Prevention, Education for sexuality.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modalidades de exploração sexual infantil	21
Quadro 2 – Indicadores de violência sexual nas crianças vitimizadas	37
Quadro 3 – Caracterização pessoal das participantes	56
Quadro 4 – Religião das participantes e sua importância	58
Quadro 5 – Caracterização profissional das participantes	58
Quadro 6 – Organização das questões do roteiro de entrevista e seus objetivos	61
Quadro 7 – Descrição das categorias temáticas	64

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	14
I. INTRODUÇÃO	16
1. VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS	18
1.1. Violência interpessoal contra a criança.....	18
1.2. A caracterização da violência sexual infantil.....	23
1.3. Representação do/a agressor/a	29
1.4. A criança vitimizada.....	35
2. PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL	39
2.1. A escola rompendo o pacto do silêncio.....	39
2.2. Educação para a sexualidade: sistematizando formas de prevenção da violência sexual infantil	41
3. A NOTIFICAÇÃO E A DENÚNCIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL	48
3.1. O papel do/a professor/a diante de casos de violência sexual infantil	48
3.2. A dificuldade em identificar e denunciar a violência sexual infantil	50
OBJETIVOS.....	55
II. MÉTODO	56
III. RESULTADOS	65
1. Compreensões sobre a violência sexual infantil.....	65
1.1. Compreensões das participantes sobre a violência doméstica	65
1.2. Definições/caracterização da violência sexual infantil	67
1.3. Causas da violência sexual infantil	70
1.4. Percepções das participantes sobre o perfil do/a agressor/a sexual	73
1.5. Indicadores da violência sexual em crianças.....	75
1.6. Consequências para as vítimas de violência sexual	78
2. Prevenção e notificação da violência sexual infantil.....	81
2.1. Percepções sobre as possibilidades de prevenção da violência sexual infantil.....	82
2.2. Concepções das professoras sobre a educação para a sexualidade na Educação Infantil	85
2.3. Providências a serem tomadas em casos de suspeita/confirmação de violência sexual em crianças.....	89
2.4. Papéis do/a professor/a diante de suspeita de violência sexual em crianças.....	92

2.5. Casos de violência sexual em crianças da escola.....	95
2.6. Orientações da coordenação da escola sobre como agir diante de suspeita/confirmação de violência sexual infantil.....	98
3. Informações sobre violência sexual infantil	101
3.1. Informações sobre violência sexual recebidas na formação inicial	101
3.2. Informações sobre violência sexual recebidas em cursos de formação continuada	103
3.3. Dúvidas sobre o tema	104
IV. DISCUSSÃO	108
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
VI. REFERÊNCIAS	122
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista	130
APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	132
ANEXO A – Autorização do Comitê de Ética para o desenvolvimento do estudo	133

APRESENTAÇÃO

Foi no terceiro ano da minha graduação em Psicologia que entrei em contato com os estudos sobre a educação para a sexualidade. No final do ano anterior havia conhecido a professora Ana Cláudia Bortolozzi Maia, minha orientadora desde então, e ficou decidido que eu anteciparia a sua disciplina da graduação, bem como começaria a participar dos encontros de seu grupo de estudo GEPESSEC (Grupo de Estudo e Pesquisa em Sexualidade, Educação e Cultura), para ver se gostaria de realizar algum trabalho relacionado à educação para a sexualidade.

Em 2008 iniciei um trabalho de extensão chamado “Orientação sexual no ambiente da creche”, no qual visava auxiliar professoras a lidar com as questões da sexualidade na infância no cotidiano escolar. Este foi o meu primeiro contato com professoras da Educação Infantil, e esta experiência foi tão positiva para a minha formação profissional e pessoal que continuei a participar de projetos de extensão e pesquisa, da minha graduação até hoje.

Os projetos que se seguiram foram: “Sexualidade infantil: orientação para pais e educadores” (projeto de extensão, 2009) e “Compreensão de professores(as) da educação infantil e de familiares sobre sexualidade e orientação sexual de crianças” (iniciação científica, 2009-2010). Fazia parte do meu projeto de iniciação científica entrevistar professoras a respeito da sexualidade infantil e da realização de trabalhos em educação para a sexualidade e, após a coleta de dados, realizar uma orientação teórica com as participantes sobre o assunto, o que me ensinou muito sobre as suas dúvidas, anseios e conquistas como educadoras sexuais.

Nestes momentos pude perceber o quanto estas profissionais sentiam dificuldade em lidar com a sexualidade na infância, seja por não se sentirem informadas o suficiente sobre o tema, por temerem a reação da família ou, até mesmo, por considerarem as crianças como seres puros e ingênuos, temendo erotizá-las precocemente. A percepção de que não seria adequado conversar sobre sexualidade com crianças pequenas foi sempre defendida com muita propriedade por essas profissionais, exceto quando se falava sobre a violência sexual infantil.

Em todas as oportunidades que tive de conversar com professoras, em entrevistas ou orientações teóricas sobre sexualidade infantil, ao se falar da importância do diálogo sobre sexualidade com a criança, a fim de, também, tentar prevenir a violência sexual, pude

perceber uma reação em comum: silêncio, seguido de comentários sobre o desejo de realizar algum projeto sobre sexualidade, em uma tentativa de esclarecer e proteger as crianças.

Desta maneira, compreendi que uma das portas de entrada para a formação de professores/as em educação para a sexualidade seria o diálogo sobre a prevenção da violência sexual em crianças. Contudo, o que seria para estas profissionais a violência sexual infantil? Será que elas se percebiam como agentes de prevenção desta forma de violência? Ou saberiam reconhecer e denunciar tais situações? Estas questões me deixaram intrigada, pois se o tema violência sexual as comoviam de tal maneira, a ponto de mudarem de opinião prontamente sobre a importância de se dialogar sobre sexualidade com as crianças, essas professoras, provavelmente, já haviam refletido sobre o assunto em algum momento.

Assim, julguei importante investigar as compreensões de professores/as sobre o conceito e a prevenção da violência sexual infantil, pois acredito na importância destes/as profissionais para a prevenção e o rompimento do ciclo de violência contra a criança. Entretanto, faço uma ressalva de que o intuito da educação para a sexualidade com a criança tendo a violência sexual como tema, não é o de responsabilizá-la sobre a sua própria proteção, muito menos de culpabilizá-la por ter sido vítima de violência sexual.

Acredito que a violência sexual é sempre culpa do/a agressor/a, na medida em que este/a usa de uma relação de poder para obter prazer e proveito próprio, porém acho importante a educação para a sexualidade, de maneira que as crianças sejam devidamente esclarecidas sobre sua sexualidade, compreendendo que possuem direitos sobre o próprio corpo, bem como críticas em relação à questão do gênero, em uma tentativa de diminuir o sexismo e o desrespeito com o outro.

I. INTRODUÇÃO

A violência sexual infantil se constitui em um problema de saúde pública, na medida em que atinge toda a sociedade, em um crescente número de casos a cada ano. Esta modalidade de violência se caracteriza pela assimetria de poder e idade entre o/a agressor/a e a vítima, visto que esta é submetida a participar de jogos ou atos sexuais os quais não é capaz de consentir de maneira autônoma (AZEVEDO, GUERRA, 1988; GAUDERER, 1999; GODOI, NEVES, 2012; LIMA, 2009; RIBEIRO, FERRIANI, REIS, 2004; ROCHA, 2004; SILVA, SOUZA, SANTOS, 2007).

A escola se constitui importante fonte de proteção à criança, no que diz respeito a essa modalidade de violência. Isso porque é nesse ambiente que a criança constrói a sua rotina, elegendo seus/suas professores/as, muitas vezes, como figuras de sua confiança e afeto. Desta maneira, o diálogo sobre sexualidade pode vir a auxiliar a criança a reconhecer uma situação de violência sexual, a fim de se proteger (GUSMÃO, SCHIAVO, JURBERG, 2003; LIMA, 2009; MAIA, 2005; MIRANDA, YUNES, 2008; SCODELARIO, 2002).

Professores/as bem informados/as e esclarecidos/as sobre o tema podem orientar as crianças sobre essas questões, assim como perceber mais rapidamente indicadores de que ela está sendo vítima de violência sexual (MATTAR, 2002; MIRANDA, YUNES, 2008; PIETRO, 2007; SANTOS, NEUMANN, IPPOLITO, 2004).

Tendo em vista que o tema violência sexual na Educação Infantil ainda é pouco discutido, seja nos aspectos preventivos, quanto na identificação e denúncia, faz-se importante e pertinente relacionar os estudos da Psicologia do Desenvolvimento Humano com o campo da Psicologia da Educação, abordando os aspectos não só psicológicos que envolvem situações de violência sexual, mas também preventivos e educacionais. Assim, a presente pesquisa investigou com professoras da Educação Infantil, o que entendem por violência sexual, assim como se acreditam na prevenção desta contra a criança.

A revisão teórica que fundamenta a análise a qual esse estudo está pressuposto será apresentada em três seções. Na primeira seção “*Violência sexual contra crianças*” será abordada algumas das temáticas introdutórias que julgamos necessárias para a compreensão das discussões acadêmicas sobre a violência sexual. Desta maneira, nos primeiros subcapítulos, intitulados “*A violência interpessoal contra a criança*” e “*A caracterização da violência sexual infantil*”, discorreremos sobre a caracterização e a ocorrência da vitimização infantil, bem como da violência sexual contra a criança.

No terceiro subcapítulo, “*Representação do/a agressor/a*”, versaremos sobre como o/a agressor/a sexual é caracterizado pela psiquiatria, bem como pela mídia, ampliando essa discussão para as questões sociais da sexualidade e do desejo sexual. Por fim, no quarto subcapítulo, “*A criança vitimizada*”, será pontuado os indicadores e sintomas que uma criança vítima de violência sexual pode apresentar, bem como as consequências que a violência pode ocasionar a longo prazo.

A segunda seção, denominada “*Prevenção da violência sexual infantil*”, versa sobre o papel da escola na prevenção da violência sexual infantil, bem como no rompimento do pacto do silêncio. Discutindo sobre a educação para a sexualidade enquanto fonte de esclarecimento e fator de proteção à criança.

Na terceira seção, “*A notificação e a denúncia da violência sexual infantil*”, discorreremos sobre a importância dos/as professores/as estarem atentos/as aos indicadores de violência sexual que a criança pode vir a manifestar, realizando a notificação aos órgãos responsáveis para tal. Assim como explanaremos sobre a dificuldade que muitos/as professores/as apresentam em identificar e denunciar a violência sexual infantil.

Por fim, o método utilizado para realizar a entrevista com as participantes, bem como de análise dos dados, os resultados obtidos e analisados foram apresentados e discutidos.

1. VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS

1.1. Violência interpessoal contra a criança

A vitimização infantil é o fenômeno no qual uma criança é coagida a satisfazer as expectativas e desejos de um determinado adulto, em detrimento de seu bem estar físico e psicológico. Este adulto se utiliza de uma relação hierárquica exacerbada, devido à sua idade, tamanho e poder em relação à vítima, a fim de realizar os seus interesses próprios (AZEVEDO, GUERRA, 2000; GUERRA, 2005; SAFFIOTI, 2000; SILVA, 2002).

Essa relação se configura como uma transgressão do poder disciplinador do adulto, reflexo de uma cultura adultocêntrica, na qual a criança é educada a obedecer todas as solicitações advindas de pessoas com mais idade que ela. A assimetria de poder entre o/a agressor/a e a criança a destitui de seus direitos, tornando-a passível de ser objeto de desejo do outro (ARAÚJO, 2002; AZEVEDO, GUERRA, 1988; GUSMÃO, SCHIAVO, JURBERG, 2003; INOUE, RISTUM, 2008; SAFFIOTI, 2000; SILVA, 2002; VITTILO, 2000).

A autoridade do adulto sobre a criança é pensada como natural e não como social. A criança deve submeter-se ao adulto porque ele lhe é naturalmente superior. Os pais, que assumem esta função por um fato da natureza, têm direitos prioritários sobre a criança. Sua dependência social é transformada em dependência natural. A obediência se torna um dever exclusivo da criança, e sua revolta é encarada pelo adulto como uma transgressão aos direitos do próprio adulto. De modo geral, a obediência da criança aos adultos é vista como fundamental e a autoridade dos adultos é sempre exercida, invocando o bem da criança, sendo os protestos desta última posicionados como nulos (GUERRA, 2005, p.95).

Desta maneira, a vitimização consiste em um processo de objetualização da criança, na medida em que viola os seus direitos como pessoa, negando-lhe valores humanos essenciais como liberdade e segurança (AZEVEDO, GUERRA, 2000; GUERRA, 2005; LOWENKRON, 2010; SAFFIOTI, 2000). Assim, a violência contra a criança tem como pressupostos:

- a) Numa transgressão do poder disciplinador do adulto, convertendo a diferença de idade, adulto-criança/adolescente, numa desigualdade de poder intergeracional;
- b) numa negação do valor liberdade: ela exige que a criança ou adolescente sejam cúmplices do adulto, num pacto do silêncio;
- c) num processo de vitimização como forma de aprisionar a vontade e o desejo da criança ou do adolescente, de submetê-la ao poder do adulto a fim de coagi-la a satisfazer os interesses, as expectativas e as paixões deste (GUERRA, 2005, p.31).

Por haver uma hierarquia entre as categorias de sexo e faixas etárias, a violência contra a criança pode ser compreendida como uma violência de gênero e geração, na medida em que o homem – agressor mais comum – é educado para o exercício do poder, a fim de dominar os membros de sua família, bem como a criança é educada para obedecer aos adultos, a despeito do que lhe é pedido (ARAÚJO, 2002; FELIPE, 2006; FELIPE, PRESTES, 2012; RIBEIRO, FERRIANI, REIS, 2004; SILVA, 2002; VITIELLO, 2000).

Desta maneira, a violência contra a criança está associada às dimensões sociais e culturais de uma sociedade, não devendo ser naturalizada, visto que ela se relaciona com o abuso de poder, ao uso de força física, bem como às categorias de classe e gênero, sexualidade, por exemplo (PIETRO, YUNES, 2011; SAFFIOTI, 2004).

(...) a sociedade ocidental é androcêntrica e adultocêntrica. A relação de dominação-exploração que se estabelece entre o homem, de um lado, e a mulher e a criança, de outro lado, é uma relação de poder. O adulto em geral, independentemente de seu sexo, detém poder sobre a criança. Quer se trate de pai ou mãe, de avô ou avó, independentemente do grau de correção de suas ordens e argumentos, a criança deve submeter-se aos desígnios dos adultos. Muitas vezes a criança tem suficiente discernimento para verificar a incorreção da ordem que lhe dá o adulto. Todavia, segundo as normas sociais, não lhe cabe discutir tal ordem, uma vez que o adulto pode não ter razão, mas tem sempre autoridade (SAFFIOTTI, 2000, p.50)

Na maior parte das vezes, a violência contra a criança ocorre no âmbito familiar, convidando esta, bem como os outros membros da família não envolvidos diretamente com a violência, a estabelecer um pacto do silêncio. Isto porque as relações de afinidade podem gerar complacência e medo, transformando todos os familiares em cúmplices da violência (AZEVEDO, 2000; DESLANDES, 1994; LIMA, 2009; SANTOS, IPPOLITO, 2009; SILVA, 2002; VIDOTTI, ARAÚJO, PUENTE, 2002; VITIELLO, 2000; XAVIER FILHA et al., 2008).

A violência interpessoal constitui uma transgressão (mais ou menos consciente) do poder disciplinador do adulto, ela exige que a vítima seja ‘cúmplice’, num ‘pacto de silêncio’. (...) Portanto, a vítima tem restringida não apenas a sua atividade de ação e reação como também sua palavra é cassada e passa a viver sob o signo do medo: medo da coação, medo da revelação... (AZEVEDO, GUERRA, 2000, p.35)

A vitimização infantil pode ocorrer de diversas formas, todas repudiadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, havendo as seguintes modalidades de violência: negligência, violência física, psicológica e/ou sexual (AZEVEDO, GUERRA, 2000; BRITO et al., 2005; DESLANDES, 1994; PIETRO, YUNES, 2011; SCHERER, SCHERER, 2000; XAVIER FILHA et al., 2008). A primeira pode ser compreendida como a omissão dos cuidados básicos

ou falta de apoio emocional e psicológico pelo/a responsável da criança, fazendo com que ela acredite que não tem importância ou é desprezada por seus/suas cuidadores/as (GUERRA, 2005; LIMA, 2009; SANTOS, IPPOLITO, 2009).

A violência física envolve o emprego de força física e castigos corporais, podendo deixar marcas evidentes ou causar, até mesmo, a morte da criança. Isso por meio de atitudes como bater, sacudir, arremessar, queimar ou sufocar, por exemplo (AZEVEDO, GUERRA, 2000; BRITO, et al., 2005; GUERRA, 2005; LIMA, 2009; SANTOS, IPPOLITO, 2009; SCHERER, SCHERER, 2000).

O imaginário dos pais, e porque não dizer da família, é de que vivemos numa cultura onde se valoriza a prática pedagógica do castigo como forma ideal de educação. O modelo de proteção de muitas famílias tem sido uma reprodução do modelo que receberam dos seus pais, e essa proteção quase sempre chega a formas de surras e maus-tratos, indicando que as crianças deveriam se cuidar sozinhas (LIMA, 2009, p.32).

Já a violência psicológica se refere ao constante ato de depreciar a criança, por meio de palavras e ações dirigidas a envergonhá-la ou humilhá-la, podendo lhe causar grande sofrimento mental (AZEVEDO, GUERRA, 2000; BRITO et al., 2005; GUERRA, 2005; SCHERER, SCHERER, 2000).

Destaca-se como uma dessas formas de violência a depreciação constante do adulto sobre a criança em suas tarefas, o que pode trazer bloqueio de seu aprendizado e rebaixar a sua autoestima, causando-lhe sofrimento, temor e ansiedade. Também fazem parte da violência psicológica os gritos rotineiros, os rótulos, as ameaças de abandono e os excessos de “não”. Tais condutas têm sido as mais utilizadas pelos adultos que cuidam de criança, seja na família ou em outros contextos sociais. A agressão física não está presente nesse tipo de atitude, mas a ação direta da violência verbal e psicológica é equivalente (LIMA, 2009, P.32).

Por fim, a violência sexual infantil é o ato ou jogo sexual em que uma criança é submetida a participar, por alguém em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que o seu, configurando um desequilíbrio de poder entre a vítima e o/a agressor/a (AZEVEDO, GUERRA, 2000; GUERRA, 2005; LIMA, 2009; MAIA, 2005; SAFFIOTI, 2000; SANTOS, IPPOLITO, 2009; SILVA, SOUZA, SANTOS, 2006).

(...) a categoria é definida como interações sexuais com crianças. A ênfase é na assimetria de poder (pela diferença de idade, experiência, posição social etc) e/ou no dano psicológico. Pode ser por força, promessas, ameaça, coação, manipulação emocional, enganos, pressão etc. O que é fundamental na definição do “abuso” é que o consentimento sexual da criança não é considerado válido, de modo que ela é sempre vista como “objeto” de satisfação da lascívia alheia e nunca como “sujeito” em uma relação sexual com adultos ou, dependendo do caso, mesmo com uma outra criança ou adolescente mais velhos (LOWENKRON, 2010, p.16).

A fim de se referir a tal modalidade de violência, muitas vezes é utilizado o termo abuso sexual. Segundo Lowenkron (2010), tal conceito é utilizado recorrentemente na mídia impressa para se referir às situações de violência sexual onde os/as agressores/as são os familiares da vítima ou pessoas de status social elevado, artistas famosos ou estrangeiros.

No entanto, o emprego deste termo nas seguintes situações pode sugerir uma atenuação na maneira como tais mídias se referem à violência sexual, na medida em que a utilização do termo “abuso sexual” pode supor que o uso do corpo da criança seja permitido de alguma maneira, contanto que não haja o uso excessivo, abusivo, ao contrário do termo violência sexual infantil, que enfatiza a violência sempre presente nestas situações, mesmo quando praticadas de maneira sedutora (AZEVEDO, GUERRA, 1988; FELIPE, 2006; FERRARI, 2002; INOUE, RISTUM, 2008).

Aliado à violência sexual infantil há a exploração sexual de crianças, que diz respeito à comercialização da sexualidade infantil. Nesse contexto, a criança não é apenas transformada em objeto, mas também em mercadoria a ser consumida por adultos. O termo “exploração sexual infantil” é utilizado para diferenciar da prostituição e pornografia adulta, negando qualquer dimensão de escolha nas atividades que envolvem crianças (FELIPE, PRESTES, 2012; LOWENKRON, 2010; PIETRO, 2007; SANTOS, IPPOLITO, 2009).

A exploração sexual infantil engloba diversas modalidades de violência sexual, podendo ser entendida de maneira ampla, como qualquer forma de trabalho sexual praticado por crianças, ou de maneira restrita, como somente os trabalhos sexuais nos quais ocorre mediação de terceiros com a finalidade de lucros (SANTOS, IPPOLITO, 2009; SANTOS, NEUMANN, IPPOLITO, 2004). Abaixo, segue o quadro com as modalidades de exploração sexual infantil e suas caracterizações, baseado em Santos, Neumann e Ippolito (2004):

Modalidades	Caracterização
Pornografia	Produto com fins comerciais destinados a realizar um apelo sobre o estímulo sexual dos indivíduos, podendo envolver situações em que a criança é exposta a tais conteúdos por adultos, como situações em que ela é protagonista de tais produtos.
Trocas sexuais	Oferta de sexo para a obtenção de favores, como alimentação ou um local para dormir, nos casos de crianças que vivem nas ruas, por exemplo.
Trabalho sexual	Prática de atos sexuais mediante pagamento, podendo ser autônomo ou agenciado por adultos.
Turismo com	Organização de “excursões” com fins não declarados de proporcionar

motivação sexual	prazer sexual para turistas de outros estados ou estrangeiros, por meio do agenciamento de crianças para ofertas sexuais.
Tráfico para fins de exploração sexual	Atividades de cooptação e/ou aliciamento, rapto, intercâmbio, transferência e hospedagem da criança recrutada para essa finalidade.

QUADRO 1 – Modalidades de exploração sexual infantil

A fim de se referir ao relacionamento sexual entre adultos e crianças ou a indivíduos que produzem, divulgam e consomem a sexualidade infantil por meio de produtos, frequentemente é utilizado o termo pedofilia. Tal conceito se refere a uma categoria clínica da psiquiatria, uma modalidade de perversão sexual, que pode ser diagnosticada em indivíduos com interesse sexual em crianças pré-púberes (FELIPE, PRESTES, 2012; LOWENKRON, 2010; SANTOS, IPPOLITO, 2009).

(...) ao tratar a “violência sexual contra crianças” em relação ao conceito de “pedofilia”, a atenção é deslocada do sofrimento da “criança abusada” para as características psicológicas do “pedófilo”. A primeira serve de suporte para despertar o sentimento de horror e de repulsa que faz com que apareça a figura do “monstro”, sobre a qual a atenção pública vai se concentrar (LOWENKRON, 2010, p.18 e 19).

Atualmente, o termo pedofilia é utilizado não apenas para se referir ao estado psicológico do/a agressor/a, mas também para fazer referência ao comércio sexual infantil na internet. Assim, situado entre o crime e a doença, esse conceito enfatiza a anormalidade e a perversidade do adulto envolvido em situações de violência sexual infantil, porém deslocando a atenção deste crime para a doença mental de tais indivíduos (CÂMARA, 2007; FELIPE, 2006; LOWENKRON, 2010).

Apesar de a “pedofilia” ser, hoje, a palavra privilegiada para falar sobre o fenômeno da “violência sexual contra crianças” na imprensa e ter conquistado cada vez mais espaço nos debates políticos recentes, o termo é considerado por militantes dos direitos humanos como “politicamente incorreto”, dado que associa as causas do “problema” a uma patologia ou perversão sexual de determinados indivíduos ao invés de levar em conta as dimensões sociais e culturais do fenômeno (LOWENKRON, 2010, p.24).

Tendo em vista tais fenômenos e conceitos, assumimos o termo violência sexual como o mais adequado, optando por utilizá-lo neste trabalho, já que este se refere à relação assimétrica de poder entre o/a agressor/a e a criança, que é dominada, explorada e oprimida sexualmente, bem como vítima das demais modalidades de violência, visto que quem sofre violência sexual é também vítima de negligência, de violência física e, também, psicológica

(AZEVEDO, GUERRA, 1988; FERRARI, 2002; INOUE, RISTUM, 2008; PIETRO, YUNES, 2011).

(...) “violência” é a categoria explicativa da vitimização sexual, que se refere ao processo e à natureza da relação de poder estabelecida no abuso sexual. Já o abuso seria a situação de uso excessivo; de ultrapassagem de limites dos direitos humanos e legais; de abuso do poder; de uma deturpação dos papéis e regras sociais e familiares; de quebra de tabus, em que o adulto aproveita-se do nível de desenvolvimento da vítima, que ainda é incapaz de compreender a situação e, portanto, de dar ou não o seu consentimento (INOUE, RISTUM, 2008, p.13).

1.2. A caracterização da violência sexual infantil

A preocupação com a violência sexual infantil, bem como com a proteção aos direitos das crianças, ganhou força política e cultural nos anos 60, a partir do movimento feminista. Isso se deu por meio da passagem do Código Penal Brasileiro de 1890 ao de 1940, na medida em que este passou a compreender a violência sexual como atentado contra a liberdade sexual da pessoa, ao invés de ameaça à honra das famílias (FURNISS, 1993; LOWENKRON, 2010; SCHMICKLER, 2006).

Nesse contexto, a questão mais importante na definição do delito desloca-se do status social da pessoa ofendida (se é casada, virgem, honesta) para a presença ou ausência do consentimento que, no caso de menores de 14 anos, não é reconhecido legalmente (...). A ênfase em relação aos efeitos das ofensas sexuais também foi deslocada: da vergonha ao sofrimento psíquico (LOWENKRON, 2010, p.12).

Essa alteração permitiu que os efeitos da denúncia da violência sexual infantil recaíssem para a figura do/a agressor/a, em detrimento da perda de honra da vítima. Assim, o silêncio não mais era mantido para preservar a reputação da criança, sendo os relatos encorajados tanto para a superação do sofrimento desta, como para a responsabilização do/a agressor/a. No Brasil, o fenômeno assumiu relevância política na década de 90, quando a violência sexual infantil foi compreendida como uma questão relacionada à luta nacional pelos direitos humanos, passando a ocupar um lugar de destaque nas agendas políticas (LOWENKRON, 2010; SANTOS, IPPOLITO, 2009; SANTOS, NEUMANN, IPPOLITO, 2004).

Foi a disseminação do paradigma de direitos desse segmento populacional, difundido com o auxílio da mídia pelo movimento da infância e da adolescência e expresso no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que criou as bases para o surgimento de um sentimento de intolerância em relação à violência sexual contra meninos e meninas. Tal paradigma deu origem na sociedade brasileira a uma nova

consciência de que as crianças e os adolescentes têm “o direito de terem direitos”, criando parâmetros para aferir as violações em escala maciça e gerando instrumentos legais para o enfrentamento dessas violações (SANTOS, IPPOLITO, 2009, p.14).

Assim, com o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, foi estabelecida a doutrina da proteção integral da criança, sujeito de direitos especiais, entendendo a violência sexual infantil enquanto fenômeno relacionado às relações desiguais entre o gênero e a geração, assumindo o tema como um problema social, e não mais um assunto privado ao ambiente familiar (LOWENKRON, 2010; SANTOS, IPPOLITO, 2009; SANTOS, NEUMANN, IPPOLITO, 2004).

Desta maneira, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a criança necessita ter asseguradas todas as oportunidades e facilidades para o seu desenvolvimento físico, mental e social, em condições de liberdade e dignidade, assim como é dever da família, da sociedade e do poder público assegurar seus direitos à vida, saúde, educação, dignidade e liberdade, não permitindo qualquer forma de negligência, discriminação e violência contra a criança (BRASIL, 1990).

A partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na década de 1990, as violências, dentre elas a sexual, contra crianças e adolescentes, passaram a constituir crime e violação aos seus direitos. O Brasil tem se organizado, a partir de então, para estabelecer o cumprimento dos direitos sociais de seus cidadãos e cidadãs, elegendo o segmento infanto-juvenil como prioritário para o desenvolvimento de cronogramas e políticas públicas. Entretanto, os avanços da legislação infelizmente ainda não se encontram materializados em nossa sociedade (XAVIER FILHA et al., 2008, p.69-70).

A fim de garantir esses direitos, no ano de 2000, o Governo Federal junto às Organizações não governamentais e Órgãos internacionais, elaboraram o Plano de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, visando articular as ações de intervenção nas ocorrências de violência sexual contra crianças. Para isso, criaram o Disque Denúncia¹, coordenado e executado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, que visa receber denúncias de todas as localidades brasileiras e distribuí-las para os seus respectivos municípios (PIETRO, 2007; SANTOS, IPPOLITO, 2009).

Em uma tentativa de estimular a denúncia de casos de violência sexual, em 2012 foi modificada a lei relativa à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes. Assim, a prescrição da pena nos crimes contra a dignidade sexual da criança passou a ser

¹ Serviço de proteção de crianças e adolescentes com foco em violência sexual, que visa receber denúncias desta violência por meio do Disque 100.

contada a partir da data em que vítima completasse 18 anos, e não mais a partir da data do crime, exceto quando já houvesse sido proposta a ação penal (BRASIL, 2012).

Essa lei, denominada “Lei Joanna Maranhão” faz alusão a uma esportista brasileira, integrante da equipe de natação, que relatou ter sido vítima de violência sexual durante toda a sua infância, por parte de seu treinador. Contudo, devido ao fato do agressor ser alguém muito próximo, só teve coragem de denunciar o fato após adulta.

Em muitos casos, as vítimas conseguem revelar a violência sofrida apenas na adolescência ou na vida adulta, devido ao medo de serem culpabilizadas pelo abuso e responsabilizadas pela desestruturação da família, assim como o medo de que o agressor cumpra as ameaças realizadas para manter a violência em segredo (HABIGZANG, RAMOS, KOLLER, 2011, p.467).

Isso pode ser compreendido, pois, na maior parte dos casos, o/a agressor/a é alguém em quem a criança conhece, confia e ama, tendo, frequentemente, uma relação de parentesco com a vítima, bem como dispendo de poder afetivo ou econômico sob ela, o que dificulta que o crime seja revelado (GODOI, NEVES, 2012; PEREIRA, 2002; HABIGZANG, RAMOS, KOLLER, 2011; RIBEIRO, FERRIANI, REIS, 2004; ROCHA, 2004; SANTOS, DELL’AGLIO, 201).

Os agentes agressores mais frequentes são os pais, padrastos, parentes ou pessoa que tem grande proximidade com a criança ou o adolescente abusado. Podem ser vizinhos, ou outras pessoas que exerçam alguma influência sobre ela, ou desfrutam da confiança de seus pais e parentes (ROCHA, 2004, p.93).

A fim de se aproximar sexualmente de uma criança, o/a agressor/a pode se utilizar de ameaças como forma de intimidação para que a criança não revele a situação de violência sexual, fazendo-a se sentir culpada e envergonhada pelo ocorrido (AZEVEDO, GUERRA, 1988; GAUDERER, 1999; LAMOUR, 1997; MAIA, 2005; SILVA, 2002; SILVA, SOUZA, SANTOS, 2006).

Em uma pesquisa realizada por Habigzang, Ramos e Koller (2011), constatou-se que as crianças vítimas de violência sexual que acreditavam nas ameaças do/a agressor/a, demonstraram um período mais longo para revelar a situação de violência sexual. As vítimas relataram temer os danos que poderiam ser causados às pessoas significativas, como familiares, bem como o medo de consequências negativas a si própria ou ao/a agressor/a.

Outra forma do/a agressor/a se aproximar da criança é por meio da sedução que faz com que a vítima acredite que o relacionamento entre eles/as é natural e especial, na medida em que ele/a apresenta à criança atividades sexuais como se fossem jogos ou brincadeiras,

bem como suborna a vítima com presentes e excesso de atenção (LIMA, 2009; MAIA, 2005; SANDERSON, 2005; SANTOS, DELL'AGLIO, 2010; SILVA, 2002). No caso do pai agressor:

Como ele detém grande poder e é autoridade suprema da família, merece a confiança dos filhos. Ou seja, é a pessoa respeitada, que só deseja “o bem” dos filhos. Nestas circunstâncias, quer o pai adote a abordagem sedutora, quer prefira a abordagem agressiva para manter relações libidinosas de toda sorte, com sua filha, tem pouquíssimas probabilidades de fracasso (SAFFIOTTI, 2000, p. 60).

Ambas as formas de contato entre o/a agressor/a e a criança vitimizada revelam o aspecto do segredo como característica maior da violência sexual infantil, isto aliado ao fato dos/as perpetradores/as mais frequentes serem membros da família ou da confiança da criança, dificulta a denúncia da violência por esta (ARAÚJO, 2002; FURNISS, 1993; GAUDERER, 1999; GUSMÃO, SCHIAVO, JURBERG, 2003; INOUE, RISTUM, 2008; LAMOUR, 1997; MAIA, 2005).

Pode ser dito à criança, especialmente às crianças pequenas, que aquilo que acontece durante o abuso é um segredo entre a criança e a pessoa que abusa. O segredo é geralmente reforçado pela violência, ameaças de violência ou castigo. Algumas vezes encontramos uma mistura de ameaças e suborno, em que o ganho secundário dos subornos e de um tratamento especial mantém o segredo que, não obstante, é basicamente fundamentado nas ameaças (FURNISS, 1993, p.30-31).

Esse segredo pode ser mantido pela criança por vergonha, culpa, medo da reação dos familiares ou por dificuldades cognitivas e verbais em relatar a violência sexual, no caso de crianças pequenas (ARAÚJO, 2002; AZEVEDO, 2000; AZEVEDO, GUERRA, 1988; BRINO, WILLIAMS, 2003; GAUDERER, 1999; GUSMÃO, SCHIAVO, JURBERG, 2003; INOUE, RISTUM, 2008; ROCHA, 2004; VITIELLO, 2000).

Assim, as características que configuram a violência sexual infantil são as diferenças de idade, tamanho ou poder entre a criança e o/a agressor/a, o que deixa a vítima em estado de vulnerabilidade, já que esta é usada como objeto sexual em uma atividade em que é incapaz de consentir de maneira autônoma, devido ao desequilíbrio de poder entre os/as envolvidos/as (AZEVEDO, GUERRA, 1988, 2000; FURNISS, 1993; LIMA, 2009; MAIA, 2005; ROCHA, 2004; SANDERSON, 2005; SILVA, SOUZA, SANTOS, 2006, 2007).

Na maioria dos casos o abusador é uma pessoa que a criança conhece, confia e, frequentemente, ama. O uso do poder, pela assimetria entre abusador e abusado, é ingrediente por excelência de toda a situação de violência sexual, baseando-se na suposta inferioridade da criança e no vínculo de dependência afetiva que ela estabelece, em geral, com o adulto (SILVA, SOUZA, SANTOS, 2007, p.99).

Outro aspecto marcante é que a violência sexual não possui recorte de classe social, etnia, religião, nível de escolaridade ou posição social, tornando mais difícil a identificação da violência, visto que não há uma característica comum ao/à agressor/a sexual (PIETRO, 2007; PIETRO, YUNES, 2011; SAFFIOTI, 2000; SCHMICKLER, 2006) A violência sexual pode se expressar de diversas formas, segundo Miranda e Yunes (2008, p.101), “a depender dos elementos que integram as singularidades de cada situação, temos formas de abuso sexual que podem ser tão ou mais nocivas do que a relação sexual em si”. Assim, não se pode compreender a violência sexual a partir de um único aspecto:

Esta definição denota a complexidade de um tema que envolve dimensões históricas; culturais (etnia, gênero e raça); sociais (relações familiares e convívio na sociedade); econômicas (relacionada a perda do provedor quando ocorre a revelação); sexuais (sedução e culpabilização); poder (força física e segredo) e ainda psicológicas (relacionadas ao medo e ao trauma gerado por esta modalidade de violência) (PIETRO, YUNES, 2011, p.136).

Desta maneira, a violência sexual pode ocorrer sem contato físico, por meio do *assédio sexual*, propostas de contato sexual; *violência sexual verbal*, conversas abertas sobre atividades sexuais incompatíveis com o desenvolvimento psicosssexual da criança; *telefonemas obscenos*, falas sexualizadas pelo telefone; *exibicionismo*, exposição intencional dos órgãos genitais com a intenção de chocar a vítima; *voyeurismo*, observação de atos ou de órgãos sexuais de outra pessoa; *exposição de vídeos pornográficos*, fazendo com que a criança assista a conteúdos impróprios à sua cognição e idade (ARAÚJO, 2002; MAIA, 2005; MIRANDA, YUNES, 2008; PEREIRA, 2002; PIETRO, 2007; SANDERSON, 2005; SANTOS IPPOLITO, 2009).

A violência sexual pode ocorrer também por meio de contatos físicos, como práticas que envolvam carícias; tentativas de relações sexuais; sexo oral; penetração vaginal ou anal e, até mesmo, *sadismo*, incluindo práticas de flagelação, torturas e violência física (ARAÚJO, 2002; LIMA, 2009; MAIA, 2005; MIRANDA, YUNES, 2008; PEREIRA, 2002; PIETRO, 2007; ROCHA, 2004; SANDERSON, 2005; SILVA, SOUZA, SANTOS, 2007).

Estas práticas eróticas e sexuais são impostas à criança ou ao adolescente pela violência física, ameaças ou induções de sua vontade. Podem variar desde atos em que não exista contato sexual (voyeurismo, exibicionismo), aos diferentes tipo de atos com contato sexual sem penetração (sexo oral, intercurso inter-femural), ou com penetração (digital, com objetos, intercursos genital ou anal) (ROCHA, 2004, p.92).

As vítimas mais frequentes da violência sexual infantil são meninas, assim como quem a comete são, em sua maior parte, homens. Isso é relacionado ao fato da violência sexual infantil possuir raiz no padrão sexista das relações sociais de gênero, na qual a mulher é vista como um objeto sexual a serviço do homem (ARAÚJO, 2002; AZEVEDO, GUERRA, 2000; FURNISS, 1993; PEREIRA, 2002; RIBEIRO, FERRIANI, REIS, 2004; PIETRO, 2007; PIETRO, YUNES, 2011).

Não é apenas o desejo sexual o fator proeminente na motivação dos agressores sexuais, mas também o gênero, pois crianças e adolescentes fazem parte da categoria dominada e sujeita ao poder exercido pelo mais velho sobre o mais novo e do masculino sobre o feminino. Dessa forma, crianças e adolescentes como seres em desenvolvimento, psicológica e moralmente imaturos, não conseguem resistir a um familiar adulto que lhes impõe sua autoridade transformando-os em objetos sexuais (RIBEIRO, FERRIANI, REIS, 2004, p.460).

A questão social de gênero acaba por influenciar os menores índices das denúncias de meninos vitimizados que, muitas vezes se omitem, temendo sofrer discriminação, visto que, em nossa cultura machista, o menino vítima de violência sexual acaba sendo compreendido como homossexual. Segundo Saffioti (2004, p.19) “o machismo, numa de suas facetas altamente negativas para os homens – e há muitas – oculta estas ocorrências, em vez de fazer face a elas e implementar políticas que visem, no mínimo, a sua drástica redução”.

A depender do contexto de sua ocorrência, a violência sexual possui subcategorias, podendo ser intrafamiliar ou extrafamiliar. A primeira ocorre quando o/a agressor/a possui vínculo familiar ou uma relação de responsabilidade com a vítima, podendo viver na mesma casa desta ou não. Esta forma de violência envolve laços de consanguinidade entre a criança e o adulto – pai, irmão, padrasto, mãe ou irmã, por exemplo – sendo considerada incestuosa (ARAÚJO, 2002; INOUE, RISTUM, 2008; LIMA, 2009; PEREIRA, 2002; RIBEIRO, FERRIANI, REIS, 2004; SANTOS, IPPOLITO, 2009; SANTOS, NEUMANN, IPPOLITO, 2004).

Estas famílias são vistas como estruturas fechadas em que seus componentes têm pouco contato social, principalmente a vítima. A obediência à autoridade masculina é incontestável, tem um padrão de relacionamento que não deixa claras as regras de convivência e a comunicação não é aberta, o que facilita a confusão da vítima e, conseqüentemente, o complô do silêncio (como revelar o que não se consegue definir, o que não se comenta, o que “não aconteceu”, o que não “existe”?). as formas de manifestação de carinho e afeto, quando existem, são erotizadas (PEREIRA, 2002, p.19).

Já a violência sexual extrafamiliar diz respeito à violência que ocorre fora do âmbito familiar, porém, geralmente praticada por pessoas que possuem algum vínculo com a criança,

como vizinhos/as, amigos/as da família, professores/as, babás ou médicos/as (INOUE, RISTUM, 2008; LIMA, 2009; PIETRO, 2007; SANTOS, IPPOLITO, 2009; SANTOS, NEUMANN, IPPOLITO, 2009).

O extrafamiliar ocorre fora do convívio familiar, situações em que as crianças e adolescentes são envolvidos em pornografia e exploração sexual; também inclui toques, carícias, sexo oral ou relações com penetração (digital, genital ou anal). Entretanto, a maioria dos abusos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes ocorrem dentro de casa e são perpetrados por pessoas próximas, conhecidas, que desempenham o papel de cuidador delas. Dessa forma, os abusos são denominados intrafamiliares ou incestuosos (LIMA, 2009, p.42).

Esses contextos estão relacionados com o tempo e a duração da violência sexual contra a criança. Desta maneira, a violência sexual extrafamiliar, quando praticada por um/a desconhecido/a, tende a ter menor duração em comparação à violência sexual intrafamiliar, que, na maior parte dos casos, é recorrente. Isso pode ocorrer devido ao fato de a criança necessitar de um tempo maior para perceber que tais comportamentos sexuais são invasivos (HABIGZANG, RAMOS, KOLLER, 2011).

1.3. Representação do/a agressor/a

Frequentemente, a violência sexual é explicada de maneira aceitável pelo/a agressor/a, seja como forma de educar a criança, relatando que esta obtém prazer com tais situações, como pelo argumento de que a criança seduziu e provocou a relação sexual entre eles/as (AZEVEDO, GUERRA, 1988; GAUDERER, 1999; PEREIRA, 2002; SANTOS, IPPOLITO, 2009; SCHMICKLER, 2006).

Dois extremos são enunciados neste caso: a vitimologia ou a arte de culpar a vítima por comportamentos sedutores, provocativos, como manifestação de uma natureza feminina perversa e demoníaca, ou uma forma de inocentar o agressor através da sua patologização (SCHMICKLER, 2006, p.29).

Segundo Lima (2009), em uma pesquisa realizada com mães de crianças vítimas de violência sexual intrafamiliar, foi possível perceber que, muitas vezes, elas acusaram seus/suas filhos/as de serem responsáveis pela violência sexual, na medida em que perceberam o/a agressor/a como uma pessoa que foi seduzida pela criança. Nestas situações, foi possível identificar a ocorrência de discriminação e preconceito com a vítima por parte da sua família, bem como de seus/suas vizinhos/as.

A sociedade quase sempre atribui à criança a iniciativa de uma interação sexual quando abusada. Segundo esse mito, o abusador sexual de uma criança é vítima de um ser sexualmente precoce, provocativo, sedutor, que participou voluntariamente dessa interação. Esse mito se origina na submissão, em que a criança se vê cronicamente colocada no papel de atender às vontades dos adultos (GAUDERER, 1999, p.53).

Na maior parte dos casos de violência sexual infantil, o homem aparece como o agressor mais comum, tendo, comumente, uma relação de confiança e cuidado com a criança, bem como morando em sua casa (AZEVEDO, GUERRA, 1988; HABIGZANG, RAMOS, KOLLER, 2011; SCHMICKLER, 2006). Em uma pesquisa realizada por Habigzang, Ramos e Koller (2011), identificou-se que, em 94,8% dos casos de violência sexual, os agressores eram homens que conviviam na residência com a criança.

Sabe-se que a maior parte dos abusos contra as crianças e adolescentes acontece no seio da família de todas as camadas sociais, e os agressores são, geralmente, o próprio pai ou o padrasto. O lar não é, portanto, sempre um lugar seguro para a criança crescer, por ser vulnerável pela sua própria condição de dependência e confiança no adulto (SCHMICKLER, 2006, p.34).

Por vezes a mãe aparece como agressora, porém, estudos mostram ser mais comum que esta participe da violência de modo omissivo, como cúmplice, consentindo com a violência por medo da reação de seu companheiro ou pela “desestruturação” familiar, ou como corresponsável pela violência sexual, quando delega à filha ou ao filho as relações sexuais com seu marido, em uma tentativa de mantê-lo na família (FERRARI, 2002; INOUE, RISTUM, 2008; GAUDERER, 1999; LIMA, 2009; PEREIRA, 2002; SHMICKLER, 2006). Contudo, é preciso se atentar ao fato de que a mulher é socialmente considerada uma cuidadora inata, afastando-a das suspeitas de violência sexual infantil, o que não é necessariamente verdadeiro (FELIPE, 2006).

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-IV (2002), os indivíduos que desejam e se engajam em ter contatos sexuais com crianças são considerados pedófilos. Estes indivíduos possuem fantasias, anseios sexuais ou comportamentos recorrentes envolvendo crianças, podendo incluir tais fantasias e estímulos obrigatoriamente na atividade sexual, bem como episodicamente ou até mesmo não incluí-las.

Os indivíduos com Pedofilia geralmente relatam uma atração por crianças de uma determinada faixa etária. Alguns preferem meninos, outros sentem maior atração por meninas, e outros são excitados tanto por meninos quanto por meninas. Os indivíduos sentem atração pelo sexo feminino geralmente preferem crianças de 10 anos, enquanto aqueles atraídos por meninos preferem, habitualmente, crianças um

pouco mais velhas. A Pedofilia envolvendo vítimas femininas é relatada com maior frequência do que a Pedofilia envolvendo meninos. Alguns indivíduos com Pedofilia sentem atração sexual exclusivamente por crianças (Tipo Exclusivo), enquanto outros às vezes sentem atração por adultos (Tipo Não-Exclusivo) (DSM-IV, 2002, p.543).

Os critérios diagnósticos para a Pedofilia são tais como:

A. Ao longo de um período mínimo de 6 meses, fantasias sexualmente excitantes, recorrentes e intensas, impulsos sexuais ou comportamentos envolvendo atividade sexual com uma (ou mais de uma) criança pré-púbere (geralmente com idade inferior a 13 anos). B. As fantasias, impulsos sexuais ou comportamentos causam sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social ou ocupacional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo. C. O indivíduo tem no mínimo 16 anos e é pelo menos 5 anos mais velho que a criança ou crianças no Critério A (DSM-IV, 2002, p.543-544).

Serafim et al. (2009) realizaram um estudo sobre a classificação dos homens agressores sexuais de crianças, traçando o perfil psicológico e comportamental destes indivíduos. De acordo com a pesquisa, os agressores sexuais agem quando expostos a situações de estresse intenso, situações nas quais há pressão psíquica. A maneira de atuar do agressor o diferencia entre um abusador ou molestatador, sendo o primeiro caracterizado por maneiras sutis e discretas de vitimizar a criança, ao contrário do segundo, caracterizado por ser uma pessoa invasiva, indiscreta ao consumir o ato sexual contra a criança.

Segundo tais autores, o pedófilo abusador é um ser imaturo, que descobre que pode obter prazer sexual com crianças, não conseguindo prazer de outra maneira. Assim, estes são solitários, sem habilidades sociais, tendendo a se envolver com pornografia infantil pela internet ou através de fotografias. Já o pedófilo molestatador, de acordo com o estudo, possui padrão de comportamento invasivo e violento, podendo se subdividir em molestatador situacional – inteligência inferior, baixa classe socioeconômica, impulsivo – ou molestatador preferencial – inteligência superior, alta classe socioeconômica, compulsivo.

Contudo, apesar das inúmeras tentativas de categorização e diagnóstico de como são e como atuam os indivíduos considerados pedófilos, os conceitos de normalidade e patologização são produções no campo da linguagem, sendo comum que esta seja insuficiente para explicar a complexidade dos comportamentos e desejos humanos (FELIPE, GUIZZO, 2003; FELIPE, PRESTES, 2012; LANDINI, 2003).

(...) somos sujeitos de múltiplas e distintas identidades – étnica/racial, profissional, sexual, de gênero, classe social, entre outras – que não são fixas, universais ou permanentes; que não são dadas *a priori* como se fizessem parte da essência do sujeito, ou seja, não são biologicamente determinadas, mas são fabricadas,

inventadas e modificadas nos contextos sociais e culturais em que transitamos (SILVA, 2011, p.148).

Apesar disso, observa-se que a mídia reitera a representação da dualidade da causa da violência, havendo uma explicação relacionada à pobreza, barbárie, e outra a um transtorno psicológico, individual, relacionando essas concepções de acordo com a classe social do/a agressor/a, podendo se fazer uma relação da maneira como tais notícias são apresentadas ao/a leitor/a com a forma como a sociedade compreende este fenômeno (GUERRA, 2005; LANDINI, 2003).

Landini (2003) realizou um estudo no qual procurou mostrar como o termo pedofilia era compreendido pelo jornal *Folha de São Paulo*, em uma tentativa de entender a representação da violência sexual e do/a agressor/a por esta mídia, visto que, segundo esta autora, ao noticiar certos fatos e colocar ênfase em alguns aspectos em detrimento de outros, a mídia auxilia na criação de sentido, atribuindo importância aos fatos noticiados. Desta maneira, a autora pôde perceber que o jornal em questão representou o/a agressor/a sexual enquanto um/a doente mental, que pode ter sofrido traumas na infância e passível de cura, quando este/a é de classe socioeconômica média ou alta.

Já Guerra (2005), em um estudo semelhante, analisou a forma como diversos artigos de jornais e revistas retratavam a violência doméstica contra a criança, revelando que estas mídias enquadraram os/as agressores/as em um “retrato robô”, ou seja, eles/as foram descritos/as de maneira estereotipada, como alcólatras, pobres, com distúrbios mentais e pertencentes a um mundo marginal. Neste estudo, as crianças vitimizadas foram apresentadas como ladras e provocadoras, assim como as famílias como desintegradas.

O conceito de representação pode ser compreendido como “um processo de produção de significados sociais através dos diferentes discursos (...) tais significados são produzidos e postos em circulação mediante relações sociais de poder” (GODOI, NEVES, 2012, p.410). Assim, a maneira como o/a agressor/a sexual é representado pelo discurso médico, bem como pela mídia, relaciona-se com as categorias de gênero, classe social e psicológica, reproduzindo estereótipos e prejudicando a ampliação da reflexão sobre o tema.

Desta maneira, em contraponto à concepção essencialista, na qual o desejo sexual é caracterizado como um instinto que conduz o sujeito a determinadas ações, há a compreensão do desejo sexual enquanto fenômeno construído socialmente, podendo se pensar na pedofilia não apenas como transtorno mental, mas sim no desejo sexual como produção cultural (CÂMARA, 2007; FELIPE, 2006, 2007; FELIPE, GUIZZO, 2003; FELIPE, PRESTES, 2012; LANDINI, 2003).

O conceito de pedofilização tem sido por mim utilizado no intuito de pontuar as contradições existentes na sociedade atual, que busca criar leis e sistemas de proteção à infância e adolescência contra a violência/abuso sexual, mas ao mesmo tempo legitima determinadas práticas sociais contemporâneas, seja através da mídia – publicidade, novelas, programas humorísticos –, seja por intermédio de músicas, filmes, etc., onde os corpos infanto-juvenis são acionados de forma extremamente sedutora. São corpos desejáveis que misturam em suas expressões gestos, roupas e falas, modos de ser e de se comportar bastante erotizados (FELIPE, 2006, p.216).

A mídia atual veicula imagens infantis extremamente erotizadas, na qual meninos e meninas – estas em maior escala – são alvos de apelo comercial, bem como transformados/as em objetos a serem consumidos e modelos de beleza a serem atingidos. Desta maneira, os adultos passaram a desejar e investir neste apelo de beleza jovem e infantilizado (CÂMARA, 2007; FELIPE, 2006, 2007; FELIPE, GUIZZO, 2003).

(...) as meninas, têm sido colocadas como possibilidade de experimentação do desejo sexual adulto, bem como têm sido estimuladas a produzirem seus corpos, de acordo com os ditames culturais de embelezamento. Tal processo traz consigo reiterados apelos a erotização dos corpos das meninas, em um movimento que temos chamado de pedofilização como prática social contemporânea (FELIPE, PRESTES, 2012, p.1).

Por outro lado, as representações sobre a sexualidade, corpo e gênero não fazem parte apenas do imaginário dos adultos, mas também da formação de identidade de crianças, que desde pequenas aprendem a se identificar com as imagens propagadas, buscando reproduzi-las. No caso das meninas, é ensinado já na infância que, para serem desejadas, amadas e valorizadas, precisam se comportar de maneira amável e sedutora (FELIPE, 2006, 2007; FELIPE, GUIZZO, 2003).

Tal processo de erotização tem produzido efeitos significativos na construção das identidades de gênero e identidades sexuais das crianças, especialmente em relação às meninas, como apontou Valerie Walkerdine (1999). Segundo ela, garotinhas atraentes e altamente erotizadas têm sido visibilizadas em propagandas que refletem maior similaridade com imagens provenientes da pornografia infantil do que com imagens "psicoeducacionais" (FELIPE, GUIZZO, 2003).

Desta maneira, observa-se uma contradição cultural, na medida em que, ao mesmo tempo em que se criam leis para a proteção da infância, principalmente contra a violência e a exploração sexual, legitima-se, por meio da mídia televisiva, impressa e internet, que os corpos infantis sejam veiculados de maneira extremamente sedutora e desejável, fazendo com que as crianças protagonistas de tais campanhas atuem de maneira sensualizada (CÂMARA, 2007; FELIPE, 2006; FELIPE, GUIZZO, 2003).

Tal processo, em toda a sua complexidade, tem justificado, de certa forma, a inclusão de crianças como objeto de desejo e consumo. Poderíamos, então, nos perguntar se, de certa forma, não estaríamos construindo um olhar pedófilo, incitando a produção de masculinidades e feminilidades pautadas nessa lógica. Ou seja, de que maneira estamos construindo esse olhar masculino em torno das meninhas, colocadas como objeto de sedução? (FELIPE, PRESTES, 2012, p.10).

Assim, criminaliza-se a pornografia infantil, porém divulgam-se imagens de crianças em poses sexuais, no intuito de vender um determinado produto (CÂMARA, 2007; FELIPE, 2007a).

As representações sobre sexualidade, corpo e gênero veiculadas em especial pela mídia têm subjetivado não só adultos, homens e mulheres, mas também trabalhado minuciosamente para a formação das identidades infantis e juvenis nos nossos dias. Tais reflexões, no entanto, não devem reafirmar uma espécie de pânico moral e até mesmo um certo saudosismo em relação à uma infância ingênua e terna de tempos atrás, mas talvez devamos olhar com mais atenção para nossas próprias contradições e nos perguntarmos: afinal, quem é mesmo pedófilo? (FELIPE, 2007a, p.63-64).

Com o desenvolvimento de novas mídias como a internet, surgiram novas possibilidades da experimentação do desejo sexual, assim como diversas modalidades de exercício do prazer. Nesse contexto, a prática da pornografia infantil, bem como do consumo de tais produtos, encontrou o seu lugar de exercício, prática e expansão (FELIPE, GUIZZO, 2003; FELIPE, PRESTES, 2012).

Um exemplo disso são os grupos que advogam em prol do desejo sexual “pedófilo”, bem como grupos que solicitam a aceitação das relações sexuais entre adultos e crianças, sob os pretextos de que o sexo precoce com adultos reduz a tendência à violência, causada pela repressão social, ou do argumento ideológico de que adultos e crianças capazes de consentir, sejam autorizados a práticas sexuais (FELIPE, 2006; SCHMICKLER, 2006).

Muitos alegam que os materiais [pornográficos] ou ele mesmo, como consumidor, não fazem mal nenhum a criança. No entanto, cabe considerar que a pedofilia não é um ato meramente individual, de preferências ou fantasias sexuais por parte do adulto, mas ela remete às relações de poder entre adultos e crianças (FELIPE, 2006, p.211).

Diante dessa realidade, faz-se necessário questionar sobre quais mecanismos têm propiciado o borramento de fronteiras entre idade adulta e infância (FELIPE, 2006; FELIPE, PRESTES, 2012).

Será que as marcas, antes tão bem delimitadas entre essas faixas etárias, e consequentemente as práticas – inclusive as sexuais – permitidas para cada uma delas, estão sendo cada vez mais exploradas e permitidas? Quais são, afinal, as

fronteiras? Quais são os limites do exercício da sexualidade quando as crianças estão de algum modo, envolvidas? (FELIPE, PRESTES, 2012, p.4).

Assim, entendemos que a vitimização sexual infantil não é resultado de uma sexualidade adulta impulsiva e doentia, mas sim reflexo de uma cultura onde a criança é explorada e transformada em objeto do desejo e consumo adulto, prática esta que pode agravar o fenômeno da violência sexual infantil (AZEVEDO, GUERRA, 1988; 2000; FELIPE, PRESTES, 2012; SAFFIOTTI, 2000; SCHMICKLER, 2006).

1.4. A criança vitimizada

A criança vitimizada pode vir a manifestar diversos sintomas relativos à violência sexual que vem sofrendo, em uma espécie de pedido de socorro, já que nem sempre este ocorre de maneira verbal. Isso porque essa modalidade de violência pode interferir em seu desenvolvimento, na medida em que a criança não possui autonomia para consentir com essa situação (AZEVEDO, 2000; FERRARI, 2002; ROCHA, 2004; SILVA, SOUZA, SANTOS, 2006; VIDOTTI, ARAÚJO, PUENTE, 2002; XAVIER FILHA et al., 2008).

Desta maneira, podem surgir consequências relacionadas à violência sexual vivenciada, muitas das quais prejudiciais, agravando-se devido aos seguintes fatores: idade da vítima; duração e a frequência da violência; práticas sexuais impostas pelo/a agressor/a; uso da violência e da coerção e relacionamento afetivo entre a criança e o/a agressor/a (ARAÚJO, 2002; ENGELHARDT, 2004; FERRARI, 2002; INOUE, RISTUM, 2008; FURNISS, 1993; LIMA, 2009; SANDERSON, 2005; SANTOS, IPPOLITO, 2009).

O abuso sexual fornece a ambos, meninas e meninos, informações errôneas sobre relacionamentos entre adultos e crianças. Uma relação envolvendo abuso sexual entre um adulto e uma criança é baseada em um poder e conhecimentos desiguais. À medida que estas crianças crescem, percebem que sua confiança e seu amor foram traídos. (SILVA, SOUZA, SANTOS, 2006, p.95).

Segundo Santos e Ippolito (2009), as consequências para as crianças vitimizadas variam de acordo com os seguintes fatores: percepção sobre os atos sexuais realizados (enquanto para uma criança um olhar pode ser invasivo, para outra apenas haverá incômodo com um toque); existência de serviços de proteção à vítima e grau de eficiência destes; agilidade, qualidade e abrangência na resolução dos casos de violência; compreensão que esses serviços possuem sobre o ocorrido.

A situação assume proporções ainda mais preocupantes quando se aborda as consequências sociais que levam a estigmatização dos envolvidos, os traumas familiares e individuais, a frequente descrença dos adultos nos relatos da criança em contraposição à negação do abusador e a culpa atribuída à criança pelos inevitáveis danos na estrutura e dinâmica familiar, embora do ponto de vista legal, como já relatamos acima, o culpado seja sempre o abusador (PIETRO, 2007, p.38).

As mudanças extremas, súbitas e inexplicáveis de comportamento na criança podem indicar que esta esteja sofrendo violência sexual. Assim, a criança pode manifestar indicadores da violência sexual que vivencia, sendo estes físicos, embora nem sempre presentes; psicológicos/comportamentais; relativos à socialização; escolares; relacionados à sexualidade e à conduta dos familiares (AZEVEDO, 2000; MAIA, 2005; PIETRO, 2007; ROCHA, 2004; SANTOS, IPPOLITO, 2009; SANTOS, NEUMANN, IPPOLITO, 2004; VIDOTTI, ARAÚJO, PUENTE, 2002).

O quadro abaixo diz respeito aos principais sintomas que a criança vitimizada pode vir a apresentar:

Físicos	Psicológico e Comportamentais	Socialização e Escolares	Sexualidade	Conduta dos familiares
Inflamação ou fissuras;	Alteração no apetite;	Confusão relativa às relações sociais;	Interesse ou conhecimento súbito e não usual sobre questões sexuais;	Tendência a pouca socialização;
Hemorragia vaginal ou retal;	Perturbação no sono;	Retraimento;	Expressão de afeto sensualizada;	Pais autoritários e mães submissas;
Corrimento vaginal;	Regressão a comportamentos infantis;	Agressividade;	Brincadeiras sexuais persistentes com amigos, animais ou brinquedos;	Agressor/a extremamente protetor/a ou possessivo/a com a criança, negando-lhe contatos sociais;
Doenças sexualmente transmissíveis;	Perda do treino de toalete;	Insegurança/ap ego excessivo;	Masturbação compulsiva;	Desconfiança permanente;
Diarreia ou constipação intestinal;	Medo de uma pessoa ou sentimento generalizado de desagrado ao ser deixada sozinha em algum lugar;	Assiduidade e pontualidade exageradas na escola;	Relatos de avanços sexuais por parentes,	Sensação de segredo que envolve todos os membros da família;
Enurese;	Limpeza compulsiva;	Pouco interesse ou resistência em voltar para a casa depois da aula;		Acusações de
Infecção urinária;				
Cólicas intestinais;	Baixo nível de	Queda		

Sêmen na boca, genitais ou roupas;	autoestima; Culpa e/ou vergonha;	injustificada na frequência escolar;	responsáveis ou outros adultos;	promiscuidade atribuída à criança;
Ganho ou perda de peso;	Sintomas de nervosismo;	Dificuldade de concentração e aprendizagem, resultando em baixo rendimento escolar;	Excesso de preocupação com assuntos sexuais;	Uso excessivo de álcool ou outras substâncias lícitas ou ilícitas.
Erupções na pele, vômitos, dores abdominais ou de cabeça sem qualquer explicação médica.	Síndrome do estresse pós-traumático; Transtornos de personalidade; Comportamento impulsivo e autodestrutivo; Idealização de suicídio.	Recusa em participar das atividades escolares; Busca crescente de afeição por parte dos adultos.	Desespero relativo à inabilidade para controlar impulsos sexuais; Desenhos de órgãos genitais com detalhes e características além de sua capacidade etária.	

QUADRO 2 – Indicadores de violência sexual nas crianças vitimizadas²

Entretanto, de acordo com Pietro (2007) e Scherer e Scherer (2000), não há trabalhos precisos nem consenso sobre as consequências, a longo prazo, nas vítimas de violência sexual, bem como não há consequências comuns a todas as crianças vitimizadas. Segundo Furniss (1993), não há relação direta entre uma criança sofrer violência sexual e ficar automaticamente perturbada psicologicamente.

As vítimas de violência sexual são representadas, muitas vezes, como indivíduos com mais probabilidade de agir de modo violento, agressivo, a fim de reproduzir as violências sofridas, porém, em uma pesquisa realizada por Saffioti (2004) com mulheres vítimas de violência sexual, revelou-se que nenhuma participante revelou tendência para fazer outras vítimas. Assim, independente das possíveis consequências que podem acarretar na criança, a violência sexual deve ser julgada por ser uma violação da norma legal, bem como por ser um

² Esse quadro foi elaborado a partir da leitura de estudos sobre os possíveis indicadores de violência sexual em uma criança vitimizada (AZEVEDO, 2000; MAIA, 2005; ROCHA, 2004; SANTOS, IPPOLITO, 2009; SANTOS, NEUMANN, IPPOLITO, 2004; VIDOTTI, ARAÚJO, PUENTE, 2002).

ato que invade os direitos, limites, liberdade e dignidade da vítima (FURNISS, 1993; LIMA, 2009; SCHMICKLER, 2006).

2. PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

2.1. A escola rompendo o pacto do silêncio

Na maior parte das vezes, a violência sexual infantil ocorre de maneira recorrente, expondo a criança continuamente à situação de risco. Isso se agrava nas situações de violência sexual intrafamiliar, na medida em que os atos violentos e invasivos são presenciados diariamente, bem como os outros membros da família se fecham em um pacto do silêncio (LIMA, 2009; MIRANDA, YUNES, 2008; PIETRO, 2007; PIETRO, YUNES, 2011; SANTOS, NEUMANN, IPPOLITO, 2004).

Contudo, apesar do/a agressor/a impor à criança o silêncio sobre a violência sexual, manifestações de indicadores do que vem ocorrendo acabam por se inserir em outros contextos das relações vinculares da vítima, como na escola, por exemplo. Desta maneira, esse ambiente se configura como um local privilegiado para o rompimento do complô do silêncio, por meio de ações preventivas dos/as professores/as, bem como a detecção precoce da violência sexual infantil por parte destes/as (BRINO, WILLIAMS, 2003, 2008; INOUE, RISTUM, 2008; MIRANDA, YUNES, 2008; PIETRO et al., 2009; SCODELARIO, 2002; VIDOTTI, ARAÚJO, PUENTE, 2002; XAVIER FILHA et al., 2008).

Para contrapor-se aos mecanismos de risco que esta grave questão suscita, é preciso gerar fatores de proteção que transformem esta situação. Se a família é responsável por expor a criança à violência, cabe aos demais microssistemas que formam a rede de atendimento social, por exemplo, a escola ou o posto de saúde, atuar de forma protetiva para impedir que o abuso perdure (PIETRO, YUNES, 2011, p.138).

A Educação Infantil extrapola a aprendizagem dos conteúdos formais e visa o desenvolvimento global da criança. Isso porque, de acordo com Brasil (2010), esta é a primeira etapa da educação infantil, de zero a cinco anos, caracterizada por ser um espaço institucional que busca promover o desenvolvimento integral da criança, sendo esta compreendida como sujeito histórico e de direitos, que constrói a sua identidade por meio de brincadeiras, fantasias e aprendizado.

Tendo isso em vista, é de responsabilidade do/a professor/a observar e procurar conhecer as crianças da escola, identificar seus problemas e queixas, mesmo quando essas não são verbalizadas, assim como estar atento/a às manifestações comportamentais e emocionais que podem indicar algo errado com a criança (PIETRO, 2007; SANTANA, 2002).

As escolas necessitam construir uma política institucional para lidar com situações caracterizadas como abuso sexual. Mais do que isso, as escolas são importantes nichos ecológicos de prevenção contra essa forma de violência. Para tanto, os educadores, - isso inclui todos os trabalhadores da escola, - devem compreender as leis, os recursos da rede de apoio, os sinais emitidos pelas crianças, as peculiaridades das famílias e as principais questões do desenvolvimento humano. Desta forma, pode-se chegar a uma cultura escolar preparada não apenas a 'transmitir conteúdos', mas para proteger ativamente seus estudantes e familiares (PIETRO, 2007, p.49).

Desta maneira, a escola se consolida como um local singular para a realização de trabalhos voltados ao combate à violência sexual infantil. Isso porque este é o ambiente mais próximo à criança depois da família, podendo ela considerar seu/sua professor/a como uma figura de afeto e de sua confiança (MIRANDA, YUNES, 2008; PIETRO et al., 2009; SANTANA, 2002; SCODELARIO, 2002).

Considerando-se que a escola é o segundo ambiente frequentado pela maioria das crianças depois de suas casas, é preciso trabalhar para que este ambiente seja instrumentalizado para enfrentar as disfunções nas relações de poder e de confiança, que se expressam nos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes (MIRANDA, YUNES, 2008, p.103).

Desta forma, se torna interessante que os/as professores/as estejam atentos/as e preparados/as para falar sobre o tema em sala de aula, bem como para identificar situações de violência sexual infantil, visto que nem sempre tal ato deixa evidências físicas (BRINO, WILLIAMS, 2003; MIRANDA, YUNES, 2008; SANTOS, NEUMANN, IPPOLITO, 2004; SILVA, SOUZA, SANTOS, 2006, 2007). Momentos como banho e trocas de roupa, por exemplo, podem possibilitar a averiguação de marcas e ferimentos nas crianças, assim como as situações brincadeiras e atividades dirigidas, nas quais as crianças podem evidenciar o que experimentaram na relação com os adultos (SANTANA, 2002).

O/a professor/a é figura fundamental no rompimento do silêncio sobre a violência sexual contra crianças, devendo cumprir seu papel de protagonista nesta prevenção, visto que é alguém de confiança e fácil acesso da criança (BRINO, WILLIAMS, 2003, 2008; INOUE, RISTUM, 2008; MIRANDA, YUNES, 2008; SANTOS, IPPOLITO, 2009; SANTOS, NEUMANN, IPPOLITO, 2004; XAVIER FILHA et al., 2008).

A escola deve se comprometer com a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, e a adesão dos educadores fortalece a militância em defesa desses direitos. A atuação do professor na identificação e denúncia da violência sexual é fundamental, principalmente nas primeiras séries, quando os educadores permanecem cerca de quatro horas diárias com as crianças (INOUE, RISTUM, 2008, p.15).

Assim, a escola pode ser um espaço de transformação cultural no que diz respeito à valorização das crianças, desenvolvendo ações com estas e seus familiares, com o intuito de informar sobre a realidade da violência sexual, no sentido de prevenir a ocorrência desta, bem como estando preparada para denunciar possíveis situações de violência contra a criança. Para isso, é preciso que os/as professores/as conheçam e compreendam como a violência sexual infantil se caracteriza e se manifesta em sala de aula, a fim de definir caminhos para uma denúncia protetiva, evitando revitimizar a criança (PIETRO et al., 2009; SANTANA, 2002; SCODELARIO, 2002).

2.2. Educação para a sexualidade: sistematizando formas de prevenção da violência sexual infantil

A sexualidade é um aspecto da vida humana, no qual o corpo, prazeres e desejos são vivenciados, construídos e reconstruídos por meio das normas sociais e culturais. Estas expressões sociais da sexualidade se manifestam por meio do discurso, que de maneira intencional, ou não, faz parte da concepção que a criança poderá formar sobre a sexualidade, o corpo e as questões de gênero (FURLANI, 2007; MAIA, 2010; MEYER, 2007; SILVA, 2011).

(...) as diferenças (que hierarquizam os sujeitos) estão, constantemente, sendo produzidas no meio social, através de processos linguísticos e discursivos, num campo que é político, uma vez que nele estão implicadas relações de poder (FURLANI, 2007, p.69).

Estas representações sobre a sexualidade são produzidas e ressignificadas pelos meios de comunicação, instituições, símbolos e políticas, bem como por meio dos artefatos culturais como revistas, filmes e programas televisivos, por exemplo. Desta maneira, os discursos sobre o tema vão além do contexto privado familiar, ocorrendo constantemente (CHAUÍ, KEHL, WEREBE, 1981; MAIA, 2010; MEYER, 2007; RIBEIRO, SOUZA, SOUZA, 2004; SILVA, 2011).

Mesmo não estando explícita no currículo escolar, a sexualidade está presente neste contexto, na medida em que diálogos não intencionais, representações sobre gênero e outros aspectos da sexualidade, assim como a omissão de informações, também são formas de se educar sobre o tema. Desta maneira, é impossível separar a sexualidade do ambiente escolar,

embora muitos adultos a compreendam como uma questão íntima e privada, não podendo ser discutida publicamente (CHAUÍ, KEHL, WEREBE, 1981; FURLANI, 2007; MAIA, 2010; RIBEIRO, SOUZA, SOUZA, 2004; SILVA, 2011).

Assim, é preciso compreender a escola como um espaço sexualizado e generificado, na medida em que produz, significa e ressignifica as representações da sexualidade e gênero. Por isso, os saberes transmitidos na escola vão além dos conteúdos formais, abarcando a produção de sujeitos de acordo com as normas estabelecidas social e culturalmente (SILVA, 2011). Deste modo, a escola educa sexualmente as crianças, mesmo que sem intenção para tal, sendo importante que os/as professores/as não se eximam da responsabilidade na educação para a sexualidade das crianças.

Convém lembrar que a problematização desses temas tem sido um desafio, pois eles mexem com muitas representações, sentimentos e contradições fortemente arraigadas nos discursos religiosos, científicos, jurídicos, pedagógicos, midiáticos, bem como nos demais discursos cotidianos presentes no senso comum (FELIPE, 2007b, p.36).

Utilizo-me do termo “educação para a sexualidade”, no lugar de “educação sexual”, na medida em que este teve a sua origem calcada nas questões biológicas, podendo supor um trabalho cujos preceitos envolvam apenas a prevenção e o controle dos corpos por meio de discursos normativos, como a anticoncepção, as doenças sexualmente transmissíveis (XAVIER FILHA, 2009) e, até mesmo, a prevenção da violência sexual, discutida de maneira descontextualizada de sua historicidade, bem como das questões de gênero que a envolve.

Percebo que o termo “educação sexual”, e outros como “masturbação infantil”, vão aos poucos ganhando contornos e sentidos na cultura. Apesar de haver concepções de “educação sexual” de forma mais abrangente como a proposta por Furlani (2005), anteriormente descrita, ou de como propõe Britzman (1999), na forma habitual esse é um termo que ganhou contornos definidos por práticas e propósitos normalizadores (XAVIER FILHA, 2009, p.96).

Assim, a expressão “educação para a sexualidade” pretende ampliar estas discussões, enfocando o termo *sexualidade* – ampla, cultural e histórica – ao invés de *sexual*, que pode ser compreendida como o ato sexual em si, embora haja projetos que se denominam como educação sexual que abarcam essas questões culturais e de gênero (FELIPE, 2007b; XAVIER FILHA, 2008).

(...) aqui utilizo essa expressão [educação para a sexualidade] por entender que ela pode acionar discussões mais abrangentes quando se trata de refletir sobre nossos prazeres e desejos, não se restringindo ao sexo como ato, mas proporcionando outras

vias de discussão e temáticas diversas, para além do viés biologicista (FELIPE, 2007b, p. 42).

Desta maneira, a educação para a sexualidade, no ambiente escolar, visaria questionar os modelos de normalidade sobre o tema, bem como problematizar as relações de poder, com o intuito de se refletir sobre os discursos que as diversas mídias, assim como as instituições, transmitem (FELIPE, 2007b; XAVIER FILHA, 2008).

Portanto, vejo como promissora a perspectiva da “educação para a sexualidade” como prática que visa a refletir, problematizar, desconstruir discursos considerados como “únicas” possibilidades, evidenciando que os discursos são construções culturais e que suas formas de enunciação são capazes de produção de subjetividades. A dúvida da certeza, a transitoriedade das convicções, as possibilidades de colocar-se em xeque diante do novo... são algumas das possibilidades de uma perspectiva da “educação para a sexualidade” (XAVIER FILHA, 2009, p.96-97).

Contudo, apesar da importância do diálogo sobre sexualidade na infância, muitos adultos compreendem a criança como assexuada e inocente, negando informações ou esclarecimentos a respeito da sexualidade humana, por temer “erotizá-las” precocemente, visto que, para muitos/as educadores/as, o simples diálogo sobre o tema aguçaria a curiosidade da criança ou a levaria a antecipar a sua vida sexual (FELIPE, PRESTES, 2012; MAIA et al., 2011; RIBEIRO, SOUZA, SOUZA, 2004; SILVA, 2011).

O discurso que tem como pressuposto que a criança é inocente, assexuada e imatura para falar sobre sexualidade acaba por dificultar o diálogo dos/as professores/as com as crianças, sob o pretexto de que a criança não tem nada a dizer, ouvir ou saber sobre o assunto, sendo este tratado como algo a ser evitado e mantido fora de seu alcance, por poder corrompê-la (MAIA et al., 2011; RIBEIRO, 2008; RIBEIRO, SOUZA, SOUZA, 2004; SILVA, 2011).

Embora exista hoje uma incitação a se falar de sexo, as crianças ainda permanecem apartadas dessas discussões, pois muitas famílias não conseguem esclarecer suas curiosidades, preferindo calar diante de algum questionamento por parte das crianças. Essa dificuldade que pais, mães e adultos em geral têm de discutir determinados temas que consideram mais delicados e complexos, pode gerar, muitas vezes, situações de risco para as crianças, tornando-as mais vulneráveis em relação a possíveis violências/abusos por parte de adultos (FELIPE, PRESTES, 2012, p.3).

Contudo, esse argumento desconsidera que as crianças, cada vez mais precocemente, são expostas às informações sobre sexo e sexualidade transmitidas por outras instituições, como a mídia, por meio de revistas, músicas e desenhos animados, por exemplo, ou pela família, quando observam expressões de afeto entre os familiares ou ouvem conversas entre adultos (RIBEIRO, 2008; RIBEIRO, SOUZA, SOUZA, 2004; SILVA, 2011).

Dessa forma, muitos professores pensam que, se falassem da sexualidade com as crianças, estariam despertando-as precocemente para o assunto, uma vez que o conhecimento poderia levar à prática. Desconsideram que as crianças têm informações, veiculadas principalmente pela mídia, através de novelas, programas, propagandas, músicas, danças, entre outros meios, ou pela vivência na família, através dos comportamentos sexuais, visíveis e imaginados dos adultos (Ribeiro, 2008, p.58-59).

A percepção de que a criança é assexuada também revela a falta de formação do/a educador/a sobre o assunto, visto que a sexualidade faz parte do desenvolvimento infantil, sendo caracterizada pela descoberta e exploração do corpo, por meio de brincadeiras libidinosas, do autoerotismo, bem como de comentários e dúvidas sobre o assunto. Tais manifestações da sexualidade são consideradas importantes para o desenvolvimento infantil, assim como são expressas nos diversos contextos que a criança está inserida, como na escola, por exemplo (BASTOS, 2008; RIBEIRO, 2009; SILVA, 2007).

É um momento de descoberta do próprio corpo e do corpo do outro, por meio dos jogos sexuais infantis, da masturbação, da curiosidade em observar os outros, das conversas sexuais em grupo, do emprego de palavras supostamente obscenas, dos bilhetes e desenhos sexuais, da fase dos encontros clandestinos e do exibicionismo. São situações em que há aprendizagem, experimentação e o prazer da descoberta (MAIA et al., 2011, p.116).

Outro aspecto que dificulta a educação para a sexualidade na escola é a forma como a sexualidade foi tratada ao longo da vida dos/as professores/as, que, muitas vezes, foram repreendidos/as quando crianças e adolescentes por sua família ou pela escola, tendo dificuldade em lidar com a própria sexualidade. Essa dificuldade pessoal, assim como as concepções advindas dessa história de vida, mesmo que sem intencionalidade, podem ser transmitidas na educação de das crianças (FIGUERÓ, 2004; KAWATA, NAKAYA, FIGUEIRÓ, 2010; MAIA et al., 2011).

Para muitos pais e professores, as manifestações da sexualidade infantil são aflitivas, e, muitas vezes, eles reagem tentando “encobrir” a situação, fingindo não ter visto, propondo outra atividade ou repreendendo diretamente, o que reflete o despreparo pessoal, provavelmente relacionado à educação repressora e punitiva que é comum na educação sexual que receberam. Por isso, é essencial que os adultos reflitam sobre a sua própria infância, as suas dificuldades e limites em relação à sexualidade e à necessidade de formação nesta área (MAIA et al., 2011, p.117).

Tendo isso em vista, a educação para a sexualidade na Educação Infantil possibilitaria a reflexão com crianças sobre as questões relativas à sexualidade, com o intuito de sanar as suas dúvidas, bem como propiciar reflexões em torno do tema, ampliando o diálogo para a violência sexual, de modo que ela aprendesse a discernir, o que seria esta e como esta ocorre,

compreendendo a relação de poder intrínseca ao ato, assim como seu direito a dizer não e a revelar o segredo solicitado pelo/a agressor/a, a fim de se proteger (GUSMÃO, SCHIAVO, JURBERG, 2003; LIMA, 2009; MAIA, 2005; MATTAR, 2002; SANDERSON, 2005; SANTOS, IPPOLITO, 2009; SANTOS, NEUMANN, IPPOLITO, 2004; SILVA, SOUZA, SANTOS, 2006, 2007).

A educação para a sexualidade poderia proporcionar à criança um espaço de aprendizado e de confiança, no qual ela seria capaz de saciar as suas dúvidas e curiosidades sobre o tema, de maneira acolhedora (LIMA, 2009; MATTAR, 2002; SANDERSON, 2005; SANTOS, IPPOLITO, 2009).

(...) a satisfação da curiosidade das crianças acerca dos fatos de natureza sexual, bem como a permissão e a aceitação de que conheçam a anatomia e explorem as sensações do próprio corpo e de seus colegas de idade aproximada, são requerimentos indispensáveis para protegê-la do adulto ou do adolescente molestadores (GUSMÃO, SCHIAVO, JURBERG, 2003, p.50).

A compreensão da sexualidade infantil e o conhecimento sobre a caracterização da violência sexual pelos/as professores/as são um forte indicador de proteção e cuidado em favor da criança. Assim, medidas para prevenir a violência sexual e proteger a criança devem ser aplicadas desde a primeira infância, através de diálogos sobre a existência da violência sexual (GAUDERER, 1999; LIMA, 2009; MAIA, 2005; SANDERSON, 2005; SANTOS, IPPOLITO, 2009; SILVA, SOUZA, SANTOS, 2006, 2007).

Primeiro, pais e professores precisam ser muito cautelosos quando confiarem a criança aos cuidados de um outro adulto, não importa quão ‘conhecido’ ele seja, especialmente se isso inclui contato não supervisionado. Segundo, pais e professores precisam proporcionar à criança orientação sobre como poderá estar segura na comunidade e atenta a potenciais perigos. Terceiro, é importante proporcionar o ambiente correto no qual a criança possa conversar sobre quaisquer interesses ou dúvidas que venha a ter (SANDERSON, 2005, p.262).

Isso porque, em um estudo realizado por Lamour (1997), com homens agressores sexuais, pôde perceber-se que estes se sentiam capazes de identificar crianças mais “ingênuas”, bem como de se aproveitarem de tal vulnerabilidade para vitimizá-las sexualmente. A autora revelou, também, que a coerção foi um fato inerente à violência sexual, assim como os agressores desenvolveram estratégias de sedução, a fim de dessensibilizar a criança aos contatos sexuais, progredindo os contatos não sexuais em direção aos órgãos genitais.

Schmickler (2006) narrou uma pesquisa realizada nos Estados Unidos com vinte agressores sexuais, onde estes relataram interessar-se por crianças da família ou ligadas a esta, procurando crianças vulneráveis, sendo seus critérios para tal: a idade (menores de sete anos), assim como crianças mais carentes, submissas e muito amigáveis com adultos, o que dificultaria a denúncia da violência sexual para alguém próximo.

Eles relataram que costumavam aproximar-se gradativamente da criança, conversar e tocá-la, inicialmente nas costas ou cabeça, com o objetivo de testar seus limites, até chegar aos seus órgãos genitais. Controlavam a vítima usando da autoridade que tinham como adultos. A maioria respondeu que não ameaçava as vítimas. Contudo, o agressor justificou que se aproveitava da sua autoridade sugerindo que a revelação do abuso poderia feri-lo, ferir aos dois e às outras pessoas que viviam em torno deles (SCHMICKLER, 2006, p.35).

Desta maneira, segundo Brino e Williams (2008, p.211), “o abuso sexual pode ser prevenido se as crianças forem capazes de reconhecer o comportamento inapropriado do adulto, reagir rapidamente, deixar a situação e relatar para alguém o ocorrido”.

Os abusos, na maioria das vezes, são efetivados sem violência física e realizados por pessoas que identificam, na criança, um alvo frágil que permite cumplicidade. A criança é, assim, desprotegida, pela ausência de esclarecimento das formas de dizer não e de não ter podido exercer o reconhecimento do seu próprio corpo (GUSMÃO, SCHIAVO, JURBERG, 2003, p.56).

É necessário, então, explicar à criança o que é a violência sexual, investigando se ela é capaz de identificá-la e evitá-la, bem como orientar sobre as maneiras de agir diante de uma ameaça de violência. Isso pode ser feito por meio da leitura de livros infantis sobre a prevenção da violência sexual, como “*Abuso sexual, não!*”, das autoras Saulière e Després (2004), ou “*Segredo segredíssimo*”, da autora Barros (2011), por exemplo, ou até mesmo por meio da apresentação de filmes, teatros ou dramatizações (BRINO, WILLIAMS, 2008; GUSMÃO, SCHIAVO, JURBERG, 2003; LAMOUR, 1997; MAIA, 2005; SANTOS, IPPOLITO, 2009; SILVA, SOUZA, SANTOS, 2006, 2007).

Alguns elementos chave estão presentes em praticamente todas as situações de abuso: o toque, que nem sempre é indesejado por ela (é preciso lembrar que ela também tem prazer quando alguém toca seus genitais), e principalmente, ameaças e pedidos de segredo. É preciso orientá-las e ensiná-las a diferenciar um diálogo aberto sobre sexo de um toque indesejado de uma pessoa mais velha ou um adulto, seguido de ameaças e pedidos de segredo (MAIA, 2005, p.147-148).

Professores/as preparados/as e informados/as ensinarão à criança de que o corpo dela lhe pertence e, por isso, ela tem direito de pedir aos outros que não a toque, bem como existem motivos pertinentes para que adultos olhem e toquem o seu corpo, como razões de

higiene e saúde, por exemplo. A criança deve aprender, também, a recusar abordagens coativas e inadequadas, dentro e fora do ambiente familiar, visto que, na maior parte dos casos, o/a agressor/a é um membro da família (BRINO, WILLIAMS, 2008; GAUDERER, 1999; LAMOUR, 1997; MAIA, 2005; SANDERSON, 2005; SILVA, SOUZA, SANTOS, 2006, 2007).

Ensinamos as crianças a desconfiarem de estranhos, mas, simultaneamente, a serem obedientes e afetuosas com todos os adultos que cuidam delas. A criança não provoca, não parece seduzir o adulto. É fato essencial: o indivíduo que comete abuso, na maior parte dos casos, é alguém conhecido que vai primeiramente estabelecer uma relação de confiança com a criança e certificar-se de que sua vítima não se queixará quando ele for mais longe (LAMOUR, 1997, p.55).

Contudo, a orientação e o esclarecimento sobre a violência sexual infantil será eficiente se houver diálogo aberto sobre sexualidade entre a criança e os/as educadores/as. Assim, nestes casos, é mais provável que a criança se sinta confortável em relatar possíveis ameaças de violência sexual, bem como tirar as suas dúvidas a respeito do tema (MAIA, 2005; MATTAR, 2002; SANDERSON, 2005; SANTOS, NEUMANN, IPPOLITO, 2004; SILVA, SOUZA, SANTOS, 2007).

Se o assunto é proibido, considerado tabu, ou se os pais e educadores se omitem sobre esse tema, provavelmente o segredo sobre as questões da sexualidade já faz parte da relação da criança com os adultos, o que favorece o abusador, que depende, justamente, do segredo para perpetrar um ato de violência contra ela (MAIA, 2005, p.151).

Para isso, os/as educadores/as devem ter conhecimento sobre o desenvolvimento sexual infantil e suas manifestações, a fim de identificar com mais facilidade comportamentos passíveis de preocupação, assim como para conversarem com as crianças sobre o tema. Além de bem informados, é preciso que os adultos se proponham a dialogar e refletir sobre a sexualidade com as crianças, de maneira clara e sem constrangimentos, criando um espaço de comunicação entre eles/as (SANDERSON, 2005; SANTOS, IPPOLITO, 2009; SANTOS, NEUMANN, IPPOLITO, 2004; SILVA, SOUZA, SANTOS, 2006, 2007).

3. A NOTIFICAÇÃO E A DENÚNCIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

3.1. O papel do/a professor/a diante de casos de violência sexual infantil

Diante de casos de suspeita ou confirmação da violência sexual infantil, é preciso que os/as educadores/as, como pais, mães e professores/as estejam preparados/as e informados/as para lidar com tal questão, a fim de retirar a criança, o mais brevemente, da situação de perigo (SANTOS, IPPOLITO, 2009; SANTOS, NEUMANN, IPPOLITO, 2004).

Considerando que o processo de vitimização pode se prolongar por anos, a criança passa a ter a sua liberdade cerceada, podendo-a resgatar na medida em que torna pública a violência e, rompendo, assim, com o pacto do silêncio. Desta maneira, denunciar a violência implica em desconstruir e questionar esta relação de poder desigual, construída socialmente (ARAÚJO, 2002; AZEVEDO, GUERRA, 2000; MIRANDA, YUNES, 2008; SILVA, 2002).

Quando a criança procura ajuda por estar sendo abusada, ou quando há desconfiança do professor, médico, enfermeiro, etc., este profissional deve estar preparado para identificar os indicadores e efetuar a denúncia. Por isso, é importante conhecer e compreender o tema, seus sinais e principalmente definir caminhos para uma denúncia protetiva e consciente. Porém, não basta denunciar, é preciso denunciar para os órgãos e as pessoas certas (PIETRO, 2007, p.36).

Segundo Pietro (2007), a denúncia consiste no ato o qual o Ministério Público formula uma acusação perante o juiz, a fim de iniciar a ação penal contra a pessoa acusada de um determinado crime, ou seja, faz parte do campo do Direito Penal. Já a notificação de uma determinada situação, faz parte do Direito Civil, na medida em que consiste em dar ciência a alguém distanciada do fato em si, a fim de que esta venha a participar ou intervir da demanda ou do processo.

Tendo isso em vista, a notificação da violência sexual a um órgão competente se faz necessária, a fim de proteger a criança vitimizada (BRINO, WILLIAMS, 2008; MIRANDA, YUNES, 2008; SANTOS, DELL'AGLIO, 2010; SANTOS, IPPOLITO, 2009). Isso pode ser feito por meio dos seguintes órgãos: *Conselho Tutelar*, órgão permanente, autônomo, e encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança; *Serviço Sentinela*, destinado ao atendimento de crianças vítimas de violência, realizado por uma equipe multidisciplinar que também realiza um acompanhamento com a família; *Disque 100*, disque denúncia nacional de violência e exploração sexual infantil.

Para que o abuso sexual seja notificado, a criança vítima precisa romper o silêncio, alguém precisa escutá-la e tomar as providências necessárias para sua proteção. O

momento da revelação exige ações de proteção à criança, que incluem a notificação legal do abuso, fazendo com que os relacionamentos familiares, assim como a situação psicológica e social de cada membro da família, tenham de ser revistos e acompanhados pela rede de proteção (SANTOS, DELL'AGLIO, 2010, p.331).

No caso da escola, é preciso que os/as professores/as estejam preparados/as para a notificação da violência sexual infantil, visto que seu papel social lhe coloca, muitas vezes, diante de tal ocorrência. Esta notificação pode ser feita a partir da suspeita de violência sexual contra a criança, porém é preciso estudo e conhecimento sobre o assunto, pois os indicadores da violência podem variar de um leve indício ao relato explícito da vítima (MIRANDA, YUNES, 2008; PIETRO, 2007; PIETRO, YUNES, 2011).

Faz-se necessário, também, a atenção ao fato de que chamar a família na escola diante desta situação pode não ser eficaz, visto que essa se fecha em um pacto do silêncio, podendo revitimizar a criança, punindo-a por ter relatado o ocorrido, bem como retirá-la da escola. Do contrário, mesmo sem intencionalidade, o/a denunciante pode vir a se tornar o/a vitimizador/a (MIRANDA, YUNES, 2008; PIETRO, 2007; PIETRO, YUNES, 2011; SANTOS, DELL'AGLIO, 2010).

Portanto, cada situação vai merecer uma minuciosa investigação e um tratamento diferenciado para que não se façam denúncias com base em sentimentos de desconfiança. Nesses casos, mesmo sem intencionalidade, o denunciante pode tomar para si o papel de vitimizador. Como se vê, a complexidade dessas situações multifacetadas requer cuidado profissional, atenção e sensibilidade orientada para os sinais e as expressões comportamentais das vítimas e dos abusadores (MIRANDA, YUNES, 2008, p.102).

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, qualquer atentado, por ação ou omissão, aos direitos fundamentais da criança será punido na forma da lei, bem como é responsabilidade de toda a sociedade, principalmente dos/as profissionais da saúde e da educação, a vigilância e a proteção de seu bem estar (BRASIL, 1990). Assim, a omissão do/a professor/a diante de casos de violência contra crianças pode acarretar a multa de três a vinte salários de referência, sendo a denúncia obrigatória para tal profissional (MIRANDA, YUNES, 2008; PIETRO, YUNES, 2011; SANTOS, IPPOLITO, 2009; SILVA, SOUZA, SANTOS, 2006, 2007).

Infelizmente, ainda existem muitos percalços à aplicação destas leis, dentre os quais podemos destacar: a falta de conhecimento dos trabalhadores sociais, a falta de prioridade no atendimento institucional em rede às vítimas, abusadores e familiares, a convivência ou o silêncio das famílias e as dificuldades da criança ou adolescente em compreender e relatar a situação (PIETRO, 2007, p.31).

Com o intuito de investigar uma situação de possível violência sexual, o/a professor/a pode fazer perguntas para a criança, de maneira tranquila, indicando interesse no assunto, porém de maneira a não influenciar o relato da criança (MIRANDA, YUNES, 2008; ROCHA, 2004; SILVA, SOUZA, SANTOS, 2007).

Ante uma suspeita de violência sexual acredite na criança e procure ampará-la elogiando-a por ter contado e certificando-se de que ela entendeu o quanto você é compreensivo. Evite longos interrogatórios e afirmações tais como 'não acredito que isso está acontecendo'. Encoraje a criança dizendo: 'sabemos como deve ter sido difícil para você chegar a contar isso para nós' (ROCHA, 2004, p.100).

Assim, é preciso uma reação calma e apoiadora por parte do/a educador/a, encorajando o relato da situação ocorrida (MIRANDA, YUNES, 2008; SILVA, SOUZA, SANTOS, 2007). De acordo com Santos e Dell'Aglio (2010), a iniciativa da vítima em revelar a violência que sofreu, está relacionada à qualidade da relação desta com o/a seu/sua professor/a.

Segundo Silva, Souza e Santos (2006, 2007), os/as professores/as devem ouvir e acreditar nos relatos das crianças, mesmo estes parecendo absurdo, saber que é papel da escola encaminhar para diagnóstico e tratamento especializado as vítimas de violência sexual infantil, bem como compreender que a criança nunca é culpada por ser alvo de violência sexual.

3.2. A dificuldade em identificar e denunciar a violência sexual infantil

Apesar da necessidade dos/as professores/as estarem atentos/as e denunciarem rapidamente situações de violência sexual infantil, a fim de romper com este ciclo, muitos/as destes/as não se sentem preparados/as ou capazes o suficiente para identificarem tais casos (ARAÚJO, 2002; BRINO, WILLIAMS, 2008; LIMA, 2009; MIRANDA, YUNES, 2008; SÁNCHEZ, 2001; SANTOS, DELL'AGLIO, 2010; SCODELARIO, 2002).

De acordo com Santos e Ippolito (2009, p.66) "o olhar de muitos profissionais não está orientado a identificar as evidências de ocorrência de abuso. Alguns suspeitam da ocorrência, mas não sabem como abordar a criança, como realizar a denúncia ou mesmo a quem recorrer". Para as autoras Brino e Williams (2003, p.115) "educadores treinados poderiam identificar, mais precocemente, sintomas do abuso nessa faixa etária e promover uma

intervenção mais cedo, com o intuito de evitar ou amenizar as consequências imediatas do abuso sexual”.

Aliado à falta de informação, muitos/as professores/as sentem insegurança e medo em se envolver e sofrer represália por parte da família da vítima, quanto punição por parte do/a agressor/a (INOUE, RISTUM, 2008; RIBEIRO, FERRIANI, REIS, 2004; ROCHA, 2004; SANTOS, IPPOLITO, 2009; VIDOTTI, ARAÚJO, PUENTE, 2002). Assim como há professores/as que não querem dedicar seu tempo para estas questões, visto que ações em defesa da criança, e para a responsabilização do/a agressor/a, demandam tempo, bem como há a falta de credibilidade na Justiça, na medida em que muitos/as não acreditam que a notificação pode garantir a proteção da criança (GODOI, NEVES, 2012; PIETRO et al., 2009; SANTOS, IPPOLITO, 2009).

Os profissionais muitas vezes não tiveram uma capacitação em relação ao fenômeno da violência intrafamiliar ou assuntos a esta relacionados diretamente ou indiretamente, como desenvolvimento emocional ou sexual da criança e do adolescente. Dessa forma, pode-se pensar em um trabalho mais frequente e sistemático com profissionais que têm contato mais direto com crianças e adolescentes (SCODELARIO, 2002, p.221).

Para muitos/as educadores/as, há a falta de percepção de como identificar situações de violência sexual ou de informação sobre como proceder nestas situações, tendo dificuldade em assumir a responsabilidade legal de encaminhamento das suspeitas, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (XAVIER FILHA et al., 2008). Desta maneira, as dificuldades na denúncia e atendimento dos casos de violência sexual infantil se dão pelos seguintes fatos:

A primeira é que se trata de uma situação difícil de lidar e a maioria dos profissionais não tem treinamento adequado para isso. Outra é que não há recursos institucionais para dar apoio às vítimas e/ou profissionais que assumem o risco de levar adiante a denúncia. A terceira questão – e que muitas vezes a vítima, diante do dilema de denunciar e enfrentar as consequências do seu ato, prefere silenciar ou mesmo retirar a denúncia já feita, diante da pressão e da falta de apoio familiar, deixando os profissionais envolvidos desapontados e impotentes diante da situação (ARAÚJO, 2002, p.7).

Sánchez (2001) investigou a compreensão de professores/as da Educação Infantil, na Espanha, sobre a violência sexual infantil. Em seu estudo, percebeu que a maior parte dos professores/as entrevistados/as achava que esta violência não era frequente como se mostra a realidade, bem como a compreendiam enquanto um problema da atualidade. Segundo os/as participantes, o/a agressor/a era caracterizado/a enquanto um/a doente mental, assim como a violência sexual foi associada diretamente à violência física.

Sobre as consequências da violência sexual para as vítimas, a pesquisadora percebeu uma concepção exagerada de que as crianças não conseguiriam superar o fato, havendo sequelas durante a vida inteira. Diante de situações de violência sexual em crianças da escola, a maior parte dos/as professores/as relatou não saber como atuar, assim como não conhecer os recursos sociais aos quais poderiam recorrer nestas situações. Contudo, todos/as os/as professores/as demonstraram compreender a necessidade da denúncia da violência sexual infantil e a maior parte relatou ser esta a forma de prevenir a repetição da violência contra a criança.

Em um estudo realizado por Brino e Williams (2003), foram investigadas as concepções de professoras da Educação Infantil acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente; da violência doméstica; dos sintomas apresentados por crianças vitimizadas sexualmente; bem como os procedimentos a serem tomados diante de situações de violência sexual. Como resultado, puderam perceber que a maioria das educadoras possuía informações insuficientes sobre o tema, devido a uma lacuna em sua formação inicial. Pôde-se perceber, também, que apesar de todas afirmarem ser necessário tomar providências diante de casos de violência sexual infantil, apenas algumas a denunciariam.

Já Miranda e Yunes (2008) investigaram com professoras do Ensino Fundamental as suas concepções sobre a violência sexual infantil. Neste estudo, as autoras puderam observar o desconhecimento do tema por parte das professoras, que relataram alguns casos de violência sexual detectados na escola. Questionadas sobre os indicadores desta violência, as professoras disseram perceber mudanças no comportamento das crianças, como dificuldades de aprendizagem, agressividade, medo e dificuldades de relacionamento. Já as famílias destas, foram caracterizadas como “desestruturadas” e “perdidas”.

Diante do questionamento sobre como proceder em casos de violência sexual em alguma criança da escola, as professoras, em sua maior parte, relataram ser preciso chamar a família ou a mãe da criança para conversar – e não denunciar ao Conselho Tutelar. Por fim, as professoras atribuíram a causa da violência sexual às drogas, desestruturação familiar, falta de valores pessoais e transtornos psicológicos.

Tendo em vista que os/as professores/as são agentes importantes na prevenção e na notificação de casos de violência sexual infantil, faz-se necessário que o tema seja abordado tanto na formação inicial nos cursos de Pedagogia, como em cursos de formação continuada, transmitindo informações sobre a caracterização da violência sexual infantil, a necessidade de rompimento do segredo que envolve essa violência, os indicadores que uma criança pode vir a

manifestar na escola, bem como modos de ensinar a ela a se proteger e formas de denúncia da violência sexual infantil (BRINO, WILLIAMS, 2003, 2008; MATTAR, 2002; SILVA, SOUZA, SANTOS, 2006, 2007; XAVIER FILHA et al., 2008).

Segundo Brino e Williams (2008, p.213), “é importante a capacitação de profissionais em programas de prevenção do abuso sexual, habilitando-os/as a detectar e avaliar casos adequadamente, sendo essa uma etapa fundamental das metodologias gerais nos trabalhos de prevenção”, tais projetos seriam responsáveis por preparar os/as professores/as sobre o tema, para que estes/as pudessem ensinar as crianças a habilidades de autoproteção.

Em um projeto realizado por Pietro et al. (2009) com professores/as do Ensino Fundamental, foi abordado o tema violência sexual, o qual os/as participantes demonstraram ter conhecimento superficial. Assim, pôde se perceber que eles/as se mostraram extremamente motivados/as com o aprendizado, reconhecendo o ambiente escolar como um ambiente de proteção à criança.

Ao final do curso, estes/as professores/as elaboraram um documento, intitulado “Declaração de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de maus tratos”, com as disposições legais e as informações necessárias para facilitar a identificação e a denúncia da violência contra a criança, encaminhando tal documento à direção da escola para posteriores consultas. Assim, esse projeto demonstrou a relevância do trabalho de formação com professores/as sobre o tema, na medida em que não só houve a transmissão de informações sobre a violência sexual infantil, mas também fez com que os/as educadores/as se identificassem com o papel de proteção da criança, se mobilizando para tal.

Brino e Williams (2008) avaliaram um programa de formação continuada para professores/as da Educação Infantil, que tinha como objetivo capacitar professores/as para atuarem como agentes de prevenção da violência sexual infantil, ensinando às crianças a se protegerem, bem como habilitando os familiares a reconhecer os indicadores da violência sexual em seus filhos e filhas. Como resultado, tal estudo mostrou a melhora no desempenho dos/as professores/as do início para o final do curso. Desta forma, finalizado o programa, os/as educadores/as demonstraram maior conhecimento acerca da violência sexual infantil e as suas formas de prevenção.

Ações dirigidas aos/às professores/as poderiam fazer com que pais, mães e as próprias crianças os/as procurassem a fim de se informarem e refletirem sobre a violência sexual, utilizando o espaço escolar como um ambiente em favor da criança, bem como fortalecendo um vínculo de confiança entre eles/as (SANTANA, 2002; SCODELARIO, 2002).

A escola não pode mais furtar-se às suas responsabilidades sociais de propiciar proteção não apenas às crianças e adolescentes, mas também às famílias de seus alunos. Em muitos locais, a escola é o único ponto de apoio afetivo e social da rede e por isso deve estar preparada para interagir com seu público de maneira humana e respeitosa (PIETRO et al., 2009, p.91).

A revisão da literatura na área da violência contra a criança aponta que a escola é uma importante fonte de prevenção da violência sexual infantil, assim como de cuidado com a criança vitimizada. Contudo, apesar de ser papel do/a professor/a dialogar sobre sexualidade, identificar e denunciar situações de violência sexual em crianças, muitos/as professores têm receio de dialogar com elas a respeito da sexualidade e da violência sexual, bem como temem se envolver na denúncia desta última, temendo sofrer represálias da família e da escola. Diante desse problema de pesquisa, temos as seguintes questões: Como os/as professores/as entendem o fenômeno da violência sexual infantil? Como caracterizam esse fenômeno? Percebem a possibilidade de prevenção? Consideram-se agentes dessa prevenção e atuantes na denúncia desta violência? Receberam formação acadêmica sobre esse assunto?

OBJETIVOS

Geral: Investigar as compreensões de professores/as sobre a violência sexual infantil, bem como se e de que forma realizam um trabalho de prevenção com as crianças na Educação Infantil.

Específicos:

- a) Caracterizar quais informações os/as participantes possuem sobre a violência sexual infantil, bem como se saberiam identifica-la em crianças da escola;
- b) Investigar quais procedimentos que os/as professores/as acreditam ser os mais adequados a serem tomados diante da ocorrência de violência sexual em alguma criança da escola;
- c) Investigar se os/as participantes acreditam na possibilidade de prevenção da violência sexual infantil, bem como a forma mais adequada de se prevenir esta violência com crianças de até cinco anos de idade;
- d) Averiguar se os/as participantes já tiveram orientação sobre o tema em formação inicial ou continuada.

II. MÉTODO

Natureza do estudo

A pesquisa em questão é um estudo qualitativo descritivo (CAMPOS, 2000; SAMPIERI, COLLADO, LUCIO, 2006; SPATA, 2005) no qual visa conhecer e descrever as compreensões das professoras de Educação Infantil a respeito da violência sexual e a sua prevenção. O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado por um Conselho de Ética em Pesquisa (Processo número 1485/46/01/11- ANEXO A), respeitando os procedimentos éticos em pesquisas com seres humanos.

Participantes

Participaram desta pesquisa 16 professoras da Educação Infantil, com idade variando entre 28 a 56 anos. A maior parte das participantes relatou ser casada (12), havendo também professoras divorciadas (2) e solteiras (2). Dentre elas, 13 participantes relataram serem mães.

O quadro a seguir descreve, de modo agrupado, as informações sobre a caracterização pessoal das participantes referentes à idade, estado civil, número de filhos/as e idade destes/as:

Participante	Idade (anos)	Estado civil	Filhos/as
P1	47	Casada	Três filhos (21, 26 e 29 anos)
P2	32	Casada	Um filho (6 meses)
P3	41	Divorciada	Duas filhas (13 e 10 anos) e um filho (7 anos)
P4	28	Casada	Um filho (1 ano)
P5	34	Casada	Um filho (6 anos)
P6	53	Casada	Uma filha (22 anos) e um filho (17 anos)
P7	33	Casada	Não possui filhos/as
P8	56	Casada	Duas filhas (36 e 32 anos) e um filho (28 anos)
P9	46	Solteira	Não possui filhos/as
P10	42	Casada	Dois filhos (20 e 15 anos)
P11	50	Casada	Um filho (20 anos) e uma filha (18 anos)
P12	50	Casada	Um filho (30 anos)
P13	30	Solteira	Não possui filhos/as

P14	42	Casada	Duas filhas (22 e 17 anos) e um filho (11 anos)
P15	43	Divorciada	Dois filhos (13 e 15 anos)
P16	43	Casada	Dois filhos (16 e 9 anos) e uma filha (21 anos)

Quadro 3 – Caracterização pessoal das participantes. Estas serão identificadas na pesquisa com a letra maiúscula P, seguida de números arábicos³

A religião predominante das participantes foi a Católica (7), seguida da Evangélica (6), Umbanda (1), Testemunha de Jeová (1) e Espírita (1). O quadro abaixo descreve a religião das participantes, bem como a importância desta para elas:

Participante	Religião	Importância
P1	Evangélica	“Nossa, a religião é a base, né, de tudo. Não me vejo sem religião”
P2	Católica	“(…) quando eu descobri o catolicismo eu falei é a religião, a minha religião, onde eu me sinto bem, onde eu vou, eu nunca saio da igreja do mesmo jeito que eu entrei, então faz bem pra mim”
P3	Umbanda	“Eu acho que em todas as religiões Deus é um só, então eu me identifiquei muito com a umbanda porque eu encontrei muitas coisas que na igreja católica me faltava”
P4	Católica	“A religião me ajuda na minha formação moral e espiritual e é o que me acompanha para que eu possa continuar tendo a integridade que eu recebi tanto na minha formação educacional, como familiar”
P5	Evangélica	“Ah, eu acredito que a religião reforça é... os valores morais, os valores da família, os valores pessoais mesmo, a formação”.
P6	Católica	“É o conforto que dá, no coração, na alma, no dia a dia, porque sem Deus eu acho que a gente não consegue, sabe, se a gente não tiver uma perspectiva sabendo que existe uma proteção lá em cima, uma proteção superior, você não consegue no dia a dia, porque é muito estressante, os dias de hoje está muito difícil (...)”
P7	Evangélica	“Ah, eu acho que pra mim é tudo. Acho que a pessoa que não tem uma religião ela fica perdida no mundo, né, e... eu acho que tá faltando Deus na vida das pessoas, por isso que o mundo está tão feio do jeito que tá e também que eu acredito que não são todas as religiões que levam ao verdadeiro Deus, né. Então, as vezes a pessoa tá achando que tá buscando uma coisa boa e na verdade não

³ O critério da numeração das participantes foi a ordem da realização das entrevistas, sendo a P1 a primeira a ser entrevistada e assim por diante.

		está”
P8	Testemunha de Jeová	“Ah, é maravilhoso, eu acho que é tudo, tudo o que tá faltando no mundo, ao meu ver, é esse temor a Deus, é a pessoa confiar em Deus, é acreditar em Deus, porque se não tem essa base na religião fica muito difícil concluir qualquer coisa (...)”
P9	Católica	“É muito importante ter religião, né, porque a religião é... (...) a gente vive sobre as bases da religião, certo?”
P10	Católica	“(…) Acho assim que a religião ela é realmente para direcionar na sua vida, te ditar valores que você realmente acredita, né, manter a união da família, sabe? Tá sempre caminhando pro caminho da verdade, então eu acho assim que a religião ela faz com que a gente tenha uma outra visão da vida”
P11	Católica	“É muito importante, né, porque eu tiro as minhas forças”
P12	Evangélica	“É fundamental, porque a base religiosa ela faz parte da formação do indivíduo, faz parte da formação moral, da formação espiritual”
P13	Católica	“Ah, tudo, né, eu acho que religião faz parte da nossa vida como todas as outras coisas”
P14	Espírita	“Ah, é muito importante, né, eu acho importante você ter uma base assim e também passar pros filhos, né, tem que ter”
P15	Evangélica	“É muito grande, eu acho que, eu não sei se é a religião em si, mas eu acho que Deus como centro de todas as coisas, e não a religião, mas você buscar a presença de Deus, eu vejo nesses termos, entendeu? (...)”
16	Evangélica	“É a base de tudo pra mim, (...) estudar a palavras de Deus, é... tem um significado primordial, central, na minha vida”

QUADRO 4 – Religião das participantes e sua importância

As participantes atuavam entre 3 a 28 anos na profissão, todas com sala de aula sob a sua responsabilidade, com exceção de uma professora que relatou trabalhar com Ensino Especial, não tendo uma sala de aula com alunos/as regulares. As idades das crianças sob responsabilidade das professoras entrevistadas variavam de 1 a 6 anos.

O quadro a seguir descreve as informações sobre a caracterização profissional das participantes, referentes à idade, formação profissional, tempo de atuação como professora, idade das crianças e outras formações profissionais:

Participante	Formação profissional	Tempo que atua	Idade das crianças	Outras formações
--------------	-----------------------	----------------	--------------------	------------------

		na profissão (anos)	(anos)	
P1	Magistério	21	4	Cursando Pedagogia
P2	Pedagogia	15	4	Educação Especial e Inclusiva
P3	Assistência Social	20	3	Cursando Psicopedagogia
P4	Pedagogia	5	5	Psicopedagogia
P5	Pedagogia	15	6	Gestão Escolar, Educação Especial e cursando Psicopedagogia
P6	Assistência Social	5	3	Psicopedagogia
P7	Pedagogia	6	3	Psicopedagogia
P8	Magistério e Pedagogia	3	4	Técnica em Nutrição
P9	Fonoaudiologia	6	4	Não possui
P10	Pedagogia	22	3	Educação Especial
P11	Pedagogia	28	2	Psicopedagogia
P12	Pedagogia	27	3	Educação Especial e Psicopedagogia
P13	Pedagogia	15	Não possui sala de aula sob sua responsabilidade	Psicopedagogia, Educação Especial e Educação Infantil
P14	Pedagogia	19	2	Não possui
P15	Pedagogia	21	4	Psicopedagogia
16	Pedagogia	23	1	Administração Escolar e Formação de Professores/as

Quadro 5 – Caracterização profissional das participantes

Local

A pesquisa foi realizada em três escolas municipais da Educação Infantil (EMEI) de uma cidade de porte médio no interior paulista. A coleta de dados ocorreu em uma sala reservada, nas dependências da escola das participantes. Tal sala foi disponibilizada pela coordenadora, e continha privacidade mínima para a interação verbal.

Instrumento

Para a coleta de dados foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada elaborado para essa pesquisa (APÊNDICE A), cujas questões norteadoras circularam pelos seguintes conjuntos temáticos: a) dados pessoais; b) compreensões sobre a violência sexual infantil e as suas características; c) procedimentos a serem tomados diante de suspeita ou confirmação de violência sexual em crianças; d) formas de prevenção da violência sexual infantil na escola; e) formação inicial ou continuada das participantes sobre o assunto.

O quadro abaixo descreve os objetivos de cada conjunto temático, bem como as questões relativas a esses conteúdos:

Questões norteadoras	Objetivos	Questões
Dados pessoais	Levantar a caracterização das participantes, investigando a idade; formação profissional; tempo que atua na profissão; outras formações; sala de aula sob sua responsabilidade; estado civil, filhos; religião e importância desta.	<ul style="list-style-type: none"> - Idade; - Sexo; - Formação profissional; - Quanto tempo atua na profissão; - Outras formações (especialização, pós-graduação, cursos); - Sala de aula sobre sua responsabilidade; - Estado Civil; - Filhos; - Religião; - Se possui, qual é e importância da religião;
Compreensões sobre a violência sexual infantil e as suas características	Investigar as concepções das participantes sobre a violência doméstica; violência sexual infantil; causas desta violência; perfil do/a agressor/a; indicadores da violência sexual nas crianças; possíveis consequências para estas.	<ul style="list-style-type: none"> - Como define violência doméstica; - O que caracteriza uma violência sexual infantil; - Por que acha que existe a violência sexual infantil - Como seria o perfil do/a agressor/a; - Quais sintomas uma criança que sofreu violência sexual pode apresentar; - Como identificá-los; - Quais as possíveis consequências que a violência sexual pode acarretar para o desenvolvimento da criança;
Procedimentos a	Averiguar quais as providências	- Quais as providências a serem

<p>serem tomados diante de suspeita ou confirmação de violência sexual em crianças</p>	<p>as participantes julgavam ser importante tomar em casos de suspeita ou confirmação de violência sexual em crianças na escola; papel da professora em relação à violência sexual de crianças; orientações da coordenação da escola sobre como agir em casos de suspeita ou confirmação de violência sexual.</p>	<p>tomadas diante de uma suspeita de violência sexual infantil;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Já teve contato com algum caso de suspeita de violência sexual infantil; - Como percebeu e o que fez na situação; - Conhece algum/a professor/a que teve contato com violência sexual infantil; - Qual é o papel do/a professor/a quando há suspeita de violência sexual em uma criança da escola; - O que ele/a deve fazer e como deve agir; - Já recebeu orientação da coordenação da escola sobre como agir diante de uma suspeita e/ou confirmação de violência sexual em crianças; - Se sim, qual; Se não, seria importante receber;
<p>Formas de prevenção da violência sexual infantil na escola</p>	<p>Investigar se as professoras acreditam na possibilidade de prevenção da violência sexual, bem como se relatavam prevenir de alguma maneira em sala de aula; as compreensões sobre a educação para a sexualidade na Educação Infantil.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - É possível prevenir a violência sexual na infância; - De que maneira; - O que acha de educação para a sexualidade na escola; - É favorável ou não; - Para que ela serviria;
<p>Formação inicial e continuada sobre o assunto</p>	<p>Averiguar se já tiveram o conteúdo ou orientação sobre como lidar com a violência sexual em crianças na formação inicial ou em cursos de formação continuada; possíveis dúvidas sobre o tema.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Teve o conteúdo e orientação sobre maneiras de lidar com o tema na formação acadêmica; - O que foi dito (eram disciplinas, palestras, estágio?); - Já participou de algum curso de formação continuada sobre violência sexual infantil; - Possui dúvidas sobre violência sexual infantil; - Quais?

Quadro 6 – Organização das questões do roteiro de entrevista e seus objetivos

Este instrumento foi testado em sua funcionalidade em uma situação piloto, com uma professora do Ensino Fundamental, para o aperfeiçoamento do material. Contudo, não foi

necessário realizar mudanças no roteiro original, na medida em que os objetivos de cada categoria temática foram atingidos. Os temas norteadores do roteiro de entrevista configuram as categorias previamente elaboradas para análise de conteúdo posterior.

Procedimentos

Primeiramente, o projeto de pesquisa foi enviado e aprovado por um Comitê de Ética, respeitando a Regulamentação do CONEP, 196/96, em pesquisas com seres humanos. Feito isso, a próxima etapa foi entrar em contato com as escolas de Educação Infantil, sendo o critério de inclusão das participantes o interesse em responder e participar da entrevista.

As escolas em questão foram selecionadas por ser uma amostra de conveniência, na qual outras pesquisadoras já haviam realizado trabalhos em tais ambientes e os indicados devido à característica das coordenadoras, descritas como pessoas que estavam acostumadas a participar de pesquisas em suas escolas.

Assim, foi realizado o contato com a coordenadora da primeira EMEI participante, a fim de descrever os objetivos da pesquisa e os procedimentos de coleta de dados, bem como garantir os aspectos éticos assumidos pelas pesquisadoras e solicitar a permissão para o convite das professoras participantes. Contudo, apesar do convite ter sido feito a 16 professoras, apenas seis concordaram em participar da pesquisa.

Desta maneira, em uma tentativa de obter mais relatos sobre a temática pesquisada, foi realizado o contato com a coordenadora de outra EMEI, seguindo os mesmos procedimentos anteriores. Esta escola, por sua vez, possuía 10 professoras, havendo apenas três delas que concordaram em participar. Por fim, devido ao mesmo motivo, foi feito o contato com a terceira EMEI participante, que possuía oito professoras, havendo sete que concordaram em participar.

Em dias previamente agendados pelas participantes interessadas, estas responderam à entrevista, assinando o termo de consentimento informado (APÊNDICE B). Toda a interação foi gravada em áudio, para a transcrição na íntegra dos relatos, a média de duração das entrevistas foi de 24 minutos.

Após a coleta de dados, em dias previamente agendados, foi oferecido um esclarecimento teórico-prático a todas as professoras e coordenadoras das escolas participantes, a respeito das características da violência sexual, assim como formas de

prevenção em sala de aula. Isso, em uma tentativa de contribuir com a formação destas profissionais, por meio da divulgação de estudos sobre o tema.

A análise de dados pautou-se na análise de conteúdo proposta por Bardin (2009), na qual o método de tratamento dos dados segue três etapas principais: a) leitura e pré-análise – leitura exaustiva das transcrições para familiarização, apropriação do conteúdo, bem como organização de pré-categorias e temas a serem analisados – b) agrupamento e exploração do material – onde os temas anteriores foram unidos de acordo com a similaridade de cada um – c) tratamento dos resultados – a partir destes conteúdos aglutinados, organizados em categorias, houve a inferência e a interpretação dos dados.

Desta maneira, baseando-se nas questões norteadoras do roteiro de entrevista, assim como nos relatos das participantes obtidos na entrevista, o conteúdo temático foi agrupado em categorias e subcategorias, às quais serão descritas a seguir:

Categorias	Subcategorias	Descrição
1. Compreensões sobre o conceito de violência sexual infantil e as suas características	1.1. Compreensões sobre a violência doméstica	Relatos sobre como definem o conceito “violência doméstica”
	1.2. Definições/ caracterização da violência sexual infantil	Relatos sobre a percepção do conceito e caracterização da violência sexual infantil
	1.3. Causas da violência sexual infantil	Relatos sobre o motivo da ocorrência da violência sexual infantil em nossa sociedade
	1.4. Percepções sobre o perfil do/a agressor/a	Relatos sobre como percebem a figura do/a agressor/a sexual
	1.5. Indicadores da violência sexual em crianças	Relatos sobre quais sintomas as crianças vítimas de violência sexual podem apresentar
	1.6. Consequências que as vítimas de violência sexual podem apresentar	Relatos sobre quais as possíveis consequências da violência sexual em crianças
2. Formas de prevenção da violência sexual infantil	2.1. Percepções sobre a possibilidade de prevenção	Relatos sobre as crenças a respeito da prevenção da violência sexual infantil
	2.2. Concepções sobre educação para a sexualidade na Educação Infantil	Relatos sobre como percebem a educação para a sexualidade para crianças na escola

3. Percepções dos procedimentos adequados diante de suspeita ou confirmação de violência sexual em crianças da escola	3.1. Providências a serem tomadas em casos de suspeita/confirmação de violência sexual em crianças da escola	Relatos sobre as possíveis providências diante de situações de violência sexual infantil
	3.2. Papéis do/a professor/a diante de suspeita de violência sexual em crianças da escola	Relatos sobre o que entendem como função do/a professor/a em relação à violência sexual infantil
	3.3. Casos de violência sexual em crianças da escola	Relatos sobre casos de violência sexual em crianças na escola em que trabalham
	3.4. Orientações da coordenação da escola sobre como agir diante de suspeita/confirmação de violência sexual infantil	Relatos sobre as orientações da coordenação da escola a respeito da violência sexual
4. Informações sobre violência sexual infantil	4.1. Formação inicial	Relatos sobre disciplinas na graduação sobre violência sexual
	4.2. Formação continuada	Relatos sobre a participação em cursos de formação continuada sobre violência sexual infantil
	4.3. Dúvidas sobre violência sexual infantil	Relatos sobre possíveis dúvidas a respeito da violência sexual infantil

QUADRO 7 – Descrição das categorias temáticas

III. RESULTADOS

Os resultados serão apresentados a partir da descrição das categorias temáticas, seguido de exemplos de fragmentos dos relatos das participantes.

1. Compreensões sobre a violência sexual infantil

Esta categoria abarca os relatos das participantes sobre as suas percepções em torno do conceito de violência sexual, suas características gerais, assim como os indicadores e as consequências da violência sexual para a criança vitimizada. Desta maneira, os temas abordados nesta categoria são tais quais: compreensões sobre violência doméstica; definições/caracterização da violência sexual infantil; causas da violência sexual infantil; percepções sobre o perfil do/a agressor/a; indicadores da violência sexual em crianças; consequências para as vítimas de violência sexual.

1.1. Compreensões das participantes sobre a violência doméstica

As compreensões das participantes sobre o fenômeno da violência doméstica foi subdividido em duas subcategorias, sendo elas: a) violência doméstica compreendida como um termo amplo e b) violência doméstica sem especificações. Na primeira subcategoria, as participantes relataram entender a violência doméstica como uma agressão a outro ser, podendo esta ser física, psicológica ou verbal. Já a segunda subcategoria, diz respeito às participantes que não discorreram sobre este fenômeno, não deixando claro o que entendiam por violência doméstica.

1.1.1. Violência doméstica compreendida como um termo amplo

Para as participantes P1, P2,P3, P4, P5, P6, P7, P10, P11, P14, P15 e P16, a violência doméstica foi compreendida como uma agressão, podendo esta ser física, psicológica, verbal e/ou moral, ou seja, esta violência foi caracterizada como um fenômeno amplo, que vai além da violência física. Segundo estas participantes, as vítimas mais comuns da violência doméstica são as mulheres, os/as idosos/as e os/as filhos/as, havendo uma participante que demonstrou também compreender os animais como vítimas desta modalidade de violência.

Pôde se observar que o homem foi apontado como o principal agressor, podendo ele ser o marido agredindo a esposa, bem como o pai/padrasto agredindo seus/suas filhos/as ou enteados/as. Essa violência foi relacionada ao uso de drogas, falta de controle por parte do agressor, assim como pelas famílias desajustadas das vítimas, podendo deixar evidências no corpo, embora estas não foram apontadas como recorrentes, já que a violência doméstica não foi entendida apenas como a agressão física. Como mostram os seguintes relatos:

(...) pode ser violência com a mulher, pode ser violência com o idoso. Eu acho que violência doméstica pode até com os animais, se você pensar num termo amplo. A mulher que sofre violência do marido, álcool, droga, os filhos de pais, também, de famílias desajustadas (P1);

Seria pra mim o ato não só físico, de agredir fisicamente, mas verbalmente também o próximo, ou seja, a criança, ou seja, o adulto (P2);

Uma coisa abominável, porque eu já fui agredida em casa, e na frente da minha filha, e eu sei o quanto é duro (...) nada justifica bater em alguém, até machucar ou perder o controle. Eu acho que você tem que ter o maior controle sobre tudo, principalmente sobre os seus sentimentos, nada que você não vai agredir o outro só porque você tá com problema (P3);

(...) é uma forma de colocar pra fora aquilo que tá pressionando a pessoa, quando ela não sabe como falar, não sabe como agir, ela acaba agredindo mesmo. Quando ela não vê mais saída pra situação que ela tá enfrentando, ela começa a agredir (P4);

(...) é todo o limite ultrapassado com a criança na educação, né, tanto a criança quanto o adulto, entre adultos, né, o limite do respeito (...) entre a família, acredito que a violência, você não saber trabalhar com a criança, educar a criança, que nem gritar com a criança, bater (P5);

(...) a violência doméstica pode acontecer de várias formas, ela pode ser de um marido, aí o marido morre, ela põe outra pessoa dentro de casa, e aí já começa a judiar, em vários sentidos, e aí é a criança que envolve (P6);

Eu acho que é tudo que vai machucar, né, vai deixar marcas. Eu sei que as marcas existem, marcas psicológicas, que a gente não enxerga, não vê, que é até pior do que física (P7);

Violência doméstica eu defino como agressões mesmo, tanto verbais quanto físicas, né, com as pessoas da família, com a esposa ou até mesmo com os filhos. Não só agressões físicas, mas também verbais (P10);

Agressão física e verbal, né, maus tratos (P11);

(...) eu acho que é a agressão, qualquer tipo de agressão que ocorra dentro de casa (P14);

É toda aquela violência, não só a física, mas a moral, a psicológica (...) que a física, ela deixa marcas visíveis, a psicológica, a violência moral, é uma violência que a gente não enxerga, mas, às vezes, é até pior até pra você tratar, pra você cuidar (P15);

Como qualquer tipo de agressão verbal, física, moral que acontece no âmbito familiar, não precisa ser só física (P16).

1.1.2. Violência doméstica sem especificações

As participantes P8, P9, P12 e P13 demonstraram não saber especificar o conceito de violência doméstica, na medida em que, ao serem questionadas sobre o que seria essa violência, atribuíram valores pessoais ao fenômeno ou conceituaram o termo utilizando adjetivos e qualificações, como mostram os exemplos a seguir:

Horrível, eu acho que a violência doméstica atrapalha toda a estrutura familiar, lógico, se não tem respeito entre o casal, os filhos, nada funciona, tá, caos (P8);

Seria a violência que ocorre em casa, certo? (P9);

Eu defino assim, como um ato de extrema covardia, porque as crianças são indefesas perante as atitudes dos adultos (P12);

Olha, do que eu entendo, eu acredito que é a violência que acontece dentro de casa (P13).

1.2. Definições/caracterização da violência sexual infantil

As definições e a caracterização das participantes sobre a violência sexual infantil foi agrupada nas seguintes subcategorias: a) violência sexual enquanto fenômeno além do ato sexual e b) conceito de violência sexual infantil sem especificações. Na primeira subcategoria foram analisados os dados referentes às concepções sobre a violência sexual infantil enquanto uma relação que vai além do ato sexual, envolvendo carícias e sedução. Já a segunda

subcategoria, diz respeito aos relatos vagos das participantes, não ficando claro o que entendem por violência sexual infantil.

1.2.1. Violência sexual enquanto fenômeno além do ato sexual

De acordo com as participantes P2, P3, P4, P5, P7, P10, P11, P12, P13, P14, P15 e P16, a violência sexual infantil foi compreendida como o investimento em um comportamento sexual de um adulto em relação a uma criança, podendo este ser o ato sexual, bem como carícias sensualizadas. Desta maneira, a violência sexual não foi apenas caracterizada como a relação sexual entre um adulto e uma criança, mas também como palavras mal ditas, trocas de olhares, carícias nos órgãos genitais, beijos na boca, exposição à pornografia infantil.

Segundo as professoras, a violência sexual pode ser entendida como uma maneira de invadir o corpo da criança, já que esta não é capaz de perceber ou entender o que está ocorrendo. Isso pode ser observado nos relatos a seguir:

É toda agressão ao menor, né, invadir o corpo, né, querer obrigar o menor a realizar coisas que não é próprio pra idade... é invadir, eu creio assim, é invadir a alma de uma criança (...) se caracterizaria vindo da própria família, eu acho que as pessoas mais próximas ali, que estão em contato. A família, um vizinho, um tio, um parente, um avô (P2);

Desde uma palavra mal dita para uma criança, ou pra um adolescente, ou fora dos padrões do que ele tá acostumado, tipo ‘ai, vamos ali, que gracinha que você é’, tudo isso já começa a dar indício de que a pessoa tá querendo alguma coisa (P3);

(...) o próprio ato de manter relações sexuais com uma criança, numa faixa etária totalmente diferente, bem diferente, o adulto com uma criancinha de sete anos, de dez anos (...) toda vez que a pessoa comete relação sexual ou é... alicia a criança passando a mão nas partes íntimas, beijando a boca, troca de olhares (P4);

(...) acredito que é mais você tirar proveito, né, da inocência da criança, acredito que a pessoa tire proveito da inocência da criança pra prazer próprio (P5);

Eu acredito que seja uma coisa assim... que a pessoa vai fazer escondido, porque já o nome já tá falando, abusar, é passar do limite da outra pessoa. E eu acho que mexer nas partes íntimas (...). Eu acho

que o abuso sexual o pessoal vai levar de má fé [carinhos na criança], vai levar na má fé, né, e vai tá indo além do que ela deveria fazer (P7);

Realmente é forçar um tipo de relação sexual (...) de forma realmente física, onde há o contato sexual, a relação sexual, e também acho que a gente vê às vezes assim que não chega a ter relação, mas às vezes de carícias, de realmente abusar de forma assim só de tocar a criança, ou também até mesmo de se mostrar, exibir através da pornografia infantil (P10);

Eu acredito que tem várias formas, né, pode sentar uma criança no colo, pode assediar a criança, como se fosse de forma carinhosa, que a criança não perceba (...) não é propriamente dito o ato sexual (...) molestar, acariciar as partes íntimas (P11);

(...) a prática sexual com a criança, ou a questão também de ficar bulindo a criança, também é um abuso (P12);

(...) contato sexual ou um outro tipo de contato que vá de encontro com os órgãos genitais (...) um jogo de sedução, uma coisa do tipo (P13);

(...) a partir do momento que já pôs as mãos nas partes íntimas já é considerado (P14);

(...) não só o ato sexual em si, mas tudo aquilo que leva, conduz ao... vamos dizer assim, como que eu posso falar... são os gestos, as formas como você trata a pessoa, não precisa ser exatamente o ato, mas tudo aquilo que leva ao sexo (...) através de gestos, de palavras, também, maliciosas, as atitudes que a pessoa tem, aquele recadinho, né, que é deixado (P15);

(...) seria um adulto ou uma pessoa maior que a criança, mais velha, aproveitar fisicamente em atos íntimos ou de maneira a seduzi-la, tocá-la na sua genitália, sem que a criança realmente saiba o que está acontecendo ou fazendo (P16).

1.2.2. Violência sexual infantil sem especificações

As professoras P1, P6, P8 e P9, demonstraram não saber especificar o conceito de violência sexual infantil, na medida em que não conceituaram o fenômeno, apenas caracterizando os agressores e as vítimas, bem como atribuíram valores pessoais à violência sexual ou conceituaram o termo utilizando adjetivos e qualificações, como mostram os exemplos a seguir:

Eu acho que nos dias de hoje, eu tenho observado muito na mídia, é o abuso de padrastos, de parentes próximos, pais, às meninas, aos meninos, independente de sexo (P1);

É um drama na sociedade, porque vai isso vai sempre existir (P6);

Eu entendo que seja uma coisa completamente desnatural (...) falta de respeito com a criança, com a família, consigo mesmo. A pessoa que não respeita o outro não respeita a si também (P8);

Abuso contra crianças (P9).

1.3. Causas da violência sexual infantil

As causas da violência sexual infantil foram atribuídas a diversos fatores, agrupados nas seguintes subcategorias: a) violência sexual associada aos distúrbios psicológicos do/a agressor/a, b) violência sexual associada à falta de religião e c) violência sexual relacionada aos problemas sociais e familiares. A primeira subcategoria diz respeito à sexualidade doentia do/a agressor/a sexual, que não consegue conter seu desejo e impulso sexual. Já a segunda, está relacionada com a falta de religião do/a agressor/a, que é “tomado” por Satanás. Por fim, a terceira subcategoria diz respeito à violência sexual enquanto resultado da pobreza e da falta de cultura dos indivíduos.

1.3.1. Violência sexual associada aos distúrbios psicológicos do/a agressor/a

Para as participantes P2, P4, P6, P11, P12, P14 e P16, a violência sexual contra a criança ocorre devido aos distúrbios mentais e psicológicos do/a agressor/a, que não é capaz de conter seu impulso sexual. Assim, este agressor foi descrito como alguém que não consegue se controlar, doente, com perturbação mental ou desvio de personalidade. Isso porque, para algumas delas, pode se ter relação sexual por meio da prostituição, não havendo explicação plausível para violentar uma criança.

De acordo com uma participante, esse distúrbio psicológico é resultado da masturbação infantil, bem como das brincadeiras sensualizadas entre crianças, que não foram contidas. Assim, tais ações invasivas acarretam em uma tendência à violência sexual com outras pessoas, já que situações de violência sexual foram banalizadas por estes indivíduos.

(...) são pessoas, na minha cabeça, doentes. Sofrem de alguma doença mental, algum, alguma coisa no corpo, que não consegue controlar. Porque se quiser, o sexo tá fácil, ele pode pagar por isso. Agora, forçar uma criança a fazer isso, uma coisa que ele poderia pagar uma outra pessoa, um adulto, aí pra mim é uma doença (P2);

Então você vai aprendendo a se masturbar, você vai aprendendo a como beijar na boca e, em muitos casos, se a pessoa não consegue, como posso falar, assim, 'ah, mas todo mundo faz, meus amigos fazem, todo mundo faz', o que acontece? Ela tá se deixando levar pela situação, a partir de um tempo, isso pode se transformar num distúrbio psicológico, que dá tendências a abusar sexualmente de outras pessoas, porque ela se sentiu invadida em sua intimidade, quando ela teve contato com os amigos (...) só depois de um tempo isso começou a afetar ela mais intimamente, atrapalhando também o seu conhecimento psicológico (P4);

(...) é perturbação mesmo, sabe, a pessoa tem perturbação mental (P6);

(...) eu penso que seja uma doença, alguma atração por criança, tem que ser uma coisa assim anormal. Porque... eu falo, um homem ele tem várias maneiras de se satisfazer sexualmente, não precisa abusar de criança, né, não sei que prazer, eu penso que isso seja uma coisa... não pode ser normal, deve ter algum distúrbio (...) de repente ela foi molestada quando era criança, e hoje faz porque aconteceu com ela (P11);

(...) é uma questão psicológica, porque o adulto, pra fazer isso na criança, ele tem um desvio de personalidade, ele tem que ter um desvio psíquico mesmo (P12);

(...) acho que a pessoa tem que ter problema, né, psicológico, psiquiátrico, algum tipo de distúrbio pra fazer uma coisa dessa (P14);

Existe por falta de saúde emocional mesmo (...) se ela é doente mental, se ela tem distúrbios (P16).

1.3.2. Violência sexual associada à falta de religião

Segundo as participantes P3, P7, P8, P10 e P13, a violência sexual é ocasionada pela falta de religiosidade do/a agressor/a sexual, bem como a aproximação do apocalipse. Isso porque a ausência da fé em Deus tornaria as pessoas mais propensas a se tornarem agressores/as sexuais, visto que Satanás se utilizaria dessa fraqueza psicológica. Como mostram os seguintes relatos:

(...) eu acho que, é o final dos, ou é tipo o apocalíptico, final dos tempos. Porque não entra na minha cabeça o seguinte, com tanta mulher, entre aspas, que sai, tem tantas garotas de programa que essas pessoas podem procurar, por que fazer, qual é o prazer que sente fazendo mal a uma criança? (...) não é normal (P3);

(...) a pessoa que pratica isso, ela tá tendo problema espiritual, embora as outras pessoas não vejam dessa forma, acham que é mais a área psicológica que tá abalada, eu acredito nisso também, que ele [satanás] usa a fraqueza da pessoa, pra entrar no psicológico fraco, vamos dizer assim, pra poder fazer a pessoa fazer isso, pra levar a pessoa a fazer isso, então é... a pessoa tem que tá longe de Deus (P7);

Por falta de Deus, por falta de união, por falta de respeito (P8);

(...) por conta realmente da falta de religião, que as pessoas deixaram de ter esse compromisso com a igreja (P10);

(...) acho que é falta de Deus nessas pessoas (P13);

1.3.3. Violência sexual relacionada aos problemas sociais e familiares

De acordo com as professoras P1, P5, P9 e P15, a violência sexual é consequência de um problema social e cultural, ocasionando o desnível social, bem como o aumento do uso de drogas e os problemas familiares. Isso poderia gerar a perda nos valores morais das pessoas, assim como a desestruturação das famílias e a banalização da violência sexual. Como pode ser visto a seguir:

(...) eu acho que o topo, seria realmente o uso de drogas, álcool, famílias desajustadas (P1);

(...) o pessoal tá se deixando levar muito fácil por qualquer coisa, não é só adulto, é desde criança. Então a família se desmanchou, então o adulto tem se desmanchado, tem entrado cada vez mais esse tipo de comportamento dentro do seio familiar mesmo (P5);

Eu acho que é por causa da cultura mesmo, falta é... o desnível social, certo, a falta de cultura faz com que as pessoas abusem sexualmente das crianças (P9);

(...) hoje nós vivemos num mundo onde tudo pode, tudo é normal (...) os padrões morais houve mudança muito grande, então tudo passou a ser visto com muita normalidade, a droga contribuiu, o número crescente de usuários de droga, eu acho que tudo isso vem a só piorar (P15).

1.4. Percepções das participantes sobre o perfil do/a agressor/a sexual

As percepções das participantes sobre o perfil do/a agressor/a sexual foram agrupadas nas seguintes subcategorias: a) agressor/a sexual enquanto pessoa com transtorno psicológico e b) agressor/a sexual enquanto alguém tido como normal socialmente.

Na primeira subcategoria foram agrupados os relatos sobre a compreensão do/a agressor/a enquanto alguém que não consegue controlar seus impulsos sexuais, que possui uma psicopatologia ou é um/a psicopata que já nasceu desta maneira. Já a segunda subcategoria, diz respeito ao/à agressor/a que age de maneira igual a qualquer outra pessoa, não podendo ser identificado. Por fim, a terceira subcategoria diz respeito ao relato de uma participante que demonstrou não saber se há um perfil característico do/a agressor/a sexual.

1.4.1. Agressor/a sexual enquanto pessoa com transtorno psicológico

Segundo as participantes P1, P3, P4, P6, P7, P8, P14 e P16, o agressor/a foi compreendido como um indivíduo com transtorno mental, impossibilitado de conter seus impulsos sexuais. Assim, o/a agressor/a foi caracterizado/a como um/a psicopata, alguém com disfunção psíquica ou psiquiátrica, desequilibrado/a. Essa disfunção foi apontada como consequência de violências sexuais que ele/a foi submetido/a, bem como algo presente desde o nascimento.

Para algumas das participantes, os/as agressores/as sexuais são pessoas dissimuladas, que se passam por pessoas boas, trabalhadoras, de caráter, a fim de enganar outros ao redor, cometendo a violência sexual contra a criança. Já para uma participante, o/a agressor/a não planeja tal situação, na medida em que não tem a capacidade de mensurar a dimensão de seus atos. Como pode ser observado nos seguintes relatos:

Eu acho que ele é um psicopata, acho que antes de qualquer coisa (...) não sei se psicopata seria o termo correto, mas esses maníacos mesmo, que tem alguma disfunção psíquica, ou psiquiátrica, não sei dentro da psiquiatria o termo certo, mas acho que a pessoa já vem com esse desvio desde sempre (...) no meu ponto de vista, não tem um outro fator pra tá justificando isso (P1);

(...) é como um assassino, né, um psicopata, que ele se infiltra dentro da sociedade como uma pessoa boa, uma pessoa de bem, de caráter,

trabalhador, que depois ninguém sabe, mas pode ser um pedófilo, alguém que abuse (P3);

(...) é um distúrbio sexual da pessoa, às vezes por questões que aconteceram anteriormente (...) são pessoas que foram abusadas, são pessoas que foram mal tratadas, são pessoas que foram até abandonadas pelos pais (P4);

Eu vou pelo lado das características perturbada, é... não falar coisa com coisa, né, não ter um objetivo de vida (P6);

(...) são doentes, são doentes da alma, do corpo, do espírito (...) eles são dissimulados, eles tramam, eles observam muito, é... ele espera a hora certa pra dar o bote, querem fazer tudo escondido (...) se mascara de uma pessoa legal, boazinha, pra levar a criança até onde ele quer (P7);

São pessoas sem... ah... sem orientação [desorientadas psicologicamente] (...) eu acho que quem pratica isso é porque deve ter sofrido também (P8);

(...) acho que a pessoa tem que ter problema, né, psicológico, psiquiátrico, algum tipo de distúrbio pra fazer uma coisa dessa, eu acho. (...) eu imagino que drogado, alcoólatra, muito assim com, sem nível de estudo nenhum, gente bem ignorante, eu acho que faz essas coisas, eu acho (P14);

(...) têm mentes perturbadas, né, pensam em estar fazendo isso, mas não tem a noção exata do que isso acarreta, nem pra criança, nem pra ele, nem pra família, uma pessoa com perfil perturbado (P16).

1.4.2. Agressor/a sexual enquanto alguém tido como normal socialmente

De acordo com as professoras P2, P5, P9, P10, P11, P12, P13 e P15, o/a agressor/a sexual é alguém cuja sociedade considera normal, ou seja, uma pessoa com emprego fixo, bom salário e família, por exemplo. Para elas, na maior parte dos casos, o/a agressor/a é um parente ou alguém próximo, em quem a criança confia e sente afeto.

A figura materna apareceu como cúmplice da violência sexual, na medida em que a mãe da vítima teria medo de perder seu companheiro, agressor, ao fazer a denúncia desta situação, bem como uma possível agressora, porém esta em número reduzido em comparação com o agressor homem.

(...) às vezes, a gente olha assim, a gente imagina que aquela pessoa nunca faria aquilo, bem trajada, com bom emprego, bem casado... ganha bem, tem uma família perfeita (...) e, geralmente, são pessoas assim padrasto, que casam com a mãe da criança e a mãe geralmente sabe e fecha os olhos, porque ela não quer perder o homem, então ela prefere que a filha ou o filho seja abusado, do que ela perder o marido (P2);

Eu acredito que até pouco tempo eram mais os familiares, mas agora é todo tipo de pessoa, você vê aí na mídia, é qualquer pessoa ao redor é um abusador de criança, acho que até algum tempo atrás era pai, padrasto, tio da criança, agora não, agora é qualquer pessoa, desde vizinho, até estranho (P5);

Eu não sei qual é o perfil do abusador sexual, por exemplo, eu não sei se ele tem perfil, se ele tem característica ou não (P9).

Pode ser pessoas normais, pessoas, às vezes, que a criança confia, que ela tem proximidade (P10);

(...) geralmente, é a pessoa conhecida, a pessoa próxima da criança, né, não é a pessoa desconhecida, então, às vezes, é até um frequentador da sua casa (P11);

(...) são pessoas tidas como normais, assim, como pessoas de boa índole, que você nunca desconfia, nunca passa pela mente das pessoas que essa pessoa possa ter esse tipo de comportamento, porque são atitudes normais, são pessoas carinhosas, são pessoas que, muitas vezes, convivem no seio familiar (P12);

(...) pessoas da família mesmo, alguém que a pessoa, que a criança tenha contato, que a criança se sintam... eu não sei, que tenha contato, que esteja sempre por perto (...) o perfil que eu vejo é sempre alguém da família (P13);

(...) a gente vê pessoas ditas normais e que abusam, pessoas que você convive, que você nem imagina que a pessoa tá fazendo aquilo, num ritmo de vida super normal em relação aos outros (...) e mulher? Até então a gente ouvia muito homem abusando, e se você for ver existem, é um número menor, talvez, mas existe também violência por parte da mulher (P15).

1.5. Indicadores da violência sexual em crianças

Os indicadores de que uma criança sofre violência sexual, segundo as participantes, foram agrupados nas seguintes subcategorias: a) psicológicos e comportamentais, b)

psicológicos e escolares e c) psicológicos, comportamentais e físicos. Na primeira subcategoria, as participantes relataram acreditar que a criança manifestará por meio de suas emoções ou atitudes a violência sexual que vem sofrendo. Já a segunda subcategoria, diz respeito às manifestações emocionais, assim como atitudes na escola que podem ser consideradas indicadores de que a criança não está bem. Por fim, na terceira subcategoria estão agrupadas as manifestações emocionais da criança vitimizada, bem como algumas ações e ferimentos que podem indicar que ela é vítima de violência sexual.

1.5.1. Indicadores psicológicos e comportamentais

As participantes P2, P3, P5, P7, P8, P10, P11, P14 e P15 relataram acreditar que a vítima de violência sexual pode apresentar sintomas psicológicos e comportamentais, indicando que sofreu tal violência. Dentre os principais indicadores, o retraimento ou a agressividade foram apontados como as manifestações mais comuns da vítima. Os indicadores psicológicos e/ou comportamentais citados pelas participantes foram tais quais: apatia, choro excessivo, expressar medo de tudo ao seu redor, falta de apetite, depressão, irritabilidade e rebeldia, por exemplo.

Houve participantes que relataram compreender que a criança vítima de violência poderia se isolar dos demais, bem como não querer se relacionar com mais ninguém, assim como participantes que relataram que estas crianças teriam com as outras as mesmas atitudes que vivenciaram, desrespeitando-as por meio de brincadeiras.

Exemplos desses relatos:

(...) acho que a apatia, a agressão, o choro... eu acho que a apatia, tem que crianças que, ao invés de ter agressão, ela fica apática e é difícil você tirar o que aconteceu, porque ela não corresponde, ela não demonstra o que aconteceu, ela simplesmente se anula, se isola do grupo (P2);

Ela fica muito mais quieta, reclusa em si mesma, chora muito (...). Chora muito, não quer comer, fica muito, muito, fechada, não conversa (P3);

(...) eu acho que ela vai ficar mais retraída, ela não vai se expor com tanta facilidade (...) ela vai se retrair [a criança pequena] e a criança maior, que eu acho que já tem um pouco de entendimento, eu acho que ela vai se expressar de forma, assim, com depressão, é... com choro, não sei (P5);

(...) acredito que a criança vai ficar mais retraída, ou do contrário ela vai ficar mais rebelde (P7);

(...) aquele que se cala, aquele que agride também (...) as crianças que se tornam muito agressivas, muito desrespeitosas mesmo, eu acho que deve ter algum abuso em casa, não necessariamente sexual, mas... deixadas a Deus dará (P8);

(...) acho que dá pra ficar nos dois níveis ou a criança vai se fechar, vai ficar retraída, não vai é... relacionar com as outras pessoas da mesma maneira, ou ela vai ter um comportamento de agressividade, de irritabilidade (P10);

(...) ela pode tanto se fechar, ficar assim fechada, não conseguir se relacionar com mais ninguém, ou ela pode apresentar comportamentos inadequados também, né, tipo querer fazer com os amigos o que estão fazendo com ela, umas brincadeiras assim (P11);

(...) ela deve ficar arredia ou então fica muito brava (...) ou ela vai ficar muito quieta, não vai mais conversar com ninguém, ou ela vai começar a bater em todo mundo, descontar nos outros o que acontece com ela (P14);

Eu acho que a mudança de comportamento dela, ela muda de comportamento, ela chora fácil, ela se retrai, entendeu, é uma criança que ela fica com medo de tudo, eu acho que... ela muda a vida dela, a rotina dela (P15).

1.5.2. Indicadores psicológicos e escolares

De acordo com as professoras P1, P6, P9, P12, P13 e P16, as crianças vitimizadas podem apresentar indicadores psicológicos, bem como mudanças nos comportamentos em sala de aula, como queda no desempenho escolar ou a negação em participar das atividades propostas.

Os sintomas psicológicos apontados foram choro compulsivo, irritabilidade, agressividade, medo em excesso, agitação e depressão. Já os indicadores relacionados à escola foram queda no rendimento em sala de aula, não querer dormir na hora do soninho, brincadeiras sexualizadas com as outras crianças, desconcentração, assim como recusa em realizar as atividades e não querer ir para a escola. Como mostram os relatos a seguir:

(...) esse choro compulsivo, ela chorava muito [aluna vítima de violência sexual], muito irritada, começou a ficar agressiva em sala de aula e depois disso tudo, ela ficou arredia, ela se isolou, ela não queria

conversar com ninguém, aí ela já caiu bastante o rendimento da sala (P1);

(...) ela muda o comportamento dentro de uma sala de aula, ela chora, ela pode apresentar muito choro, ela se sente amedrontada, qualquer coisa que você vá conversar com ela, ela se acua (...) quando uma criança tem medo que você toque nela, que você vai, eu faço o soninho, eu vejo muitas, às vezes, ela não quer dormir (P6);

Sintomas psicológicos, por exemplo, ela pode ficar muito quieta, ela pode... na sala de aula ela pode não querer fazer as atividades (P9);

(...) não na presença direta do professor, essa criança entra debaixo da mesa, a criança quer mexer com outras crianças na parte íntima, convida os outros coleguinhas pra ir até o banheiro (...) ou ela fica muito agitada ou ela fica muito retraída na escola, fica muito quieta, fica com medo (P12);

É uma criança que fica meio arredia, que tem uma dificuldade em socialização, ou com pessoas do mesmo sexo da pessoa que ela foi abusada... tem, entre aspas, uma depressão, não sei se chega a ser uma depressão, é quieta, às vezes não quer ir pra escola (P13);

Ela pode demonstrar desconcentração na escola (...) uma criança mais calada, com mais receios, mais medos (P16).

1.5.3. Indicadores psicológicos, comportamentais e físicos

Segundo a professora P4, a criança vítima de violência sexual pode apresentar indicadores psicológicos e comportamentais, como não querer socializar com os outros e manifestar por meio de desenhos a violência que vivencia em seu cotidiano, assim como sintomas físicos, como machucados e dores nos órgãos genitais. Segue seu relato:

(...) ela se cala, pode reclamar de dores nas partes íntimas e demonstra por desenhos e ações também aquilo que ela pode estar vivenciando e até vendo dentro de casa (P4).

1.6. Consequências para as vítimas de violência sexual

Os relatos sobre as consequências que as vítimas de violência sexual podem apresentar ao longo de sua vida foram agrupados em duas subcategorias: a) consequências psicológicas

e/ou comportamentais e b) não especificaram as consequências da violência sexual. Sendo agrupados na primeira subcategoria os relatos sobre as psicopatologias decorrentes da violência sexual, como depressão e trauma, por exemplo, assim como consequências comportamentais, como se tornarem futuros/as agressores/as sexuais. Já a segunda subcategoria diz respeito aos relatos vagos sobre o tema, não ficando clara a percepção das participantes.

1.6.1. Consequências psicológicas e/ou comportamentais

Para as participantes P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P10, P11, P12, P13, P14, P15 e P16, as consequências acarretadas pela violência sexual podem se relacionar aos aspectos psicológicos, como ficar traumatizada, como também aos aspectos comportamentais, como, por exemplo, se tornar uma pessoa mais agressiva. Desta maneira, algumas das consequências relatadas foram tais como: não participar das atividades escolares, sentir incômodo ao ser tocada, retraimento, dificuldade na aprendizagem, falta de concentração, dificuldade em expressar os seus sentimentos, pensamentos suicidas, depressão, manifestações de comportamentos sexuais.

De acordo com elas, ao se tornarem adultas, as vítimas de violência sexual poderiam: apresentar dificuldade em planejar o futuro, não querer se relacionar com outras pessoas, tornarem-se homossexuais, abusarem de substâncias tóxicas, como o álcool ou drogas ilícitas, tornarem-se marginais ou assassinos/as, bem como tornarem-se futuros/as agressores/as sexuais. Isso porque, para a maioria das participantes, estas consequências estariam presentes durante toda a vida da vítima, sendo muito difícil que esta elabore tal experiência. Segue seus relatos:

(...) começou a bater [aluna vítima de violência sexual], ficou irritada, já não participava mais com a sala das atividades direito, ninguém podia encostar, brincar (...) consequências sérias na parte psicológica, né, de repente a pessoa não consegue, sei lá, projetar, tem foco em nada, ter concentração (P1);

Eu acho que pro resto da vida, é um trauma... dela não querer se relacionar com uma pessoa do sexo oposto, ou até mesmo com uma pessoa do mesmo sexo, ou dela se tornar um próximo, vamos colocar entre aspas, um abusador (...) se não for tratado com terapia, com psicólogo, com ajuda, ela não vai conseguir superar (P2);

(...) fica uma criança muito retraída, com medo de se relacionar com as pessoas, influencia na aprendizagem dela (...) pelos abusos que sofreu enquanto criança, achar que isso é normal, e depois de adulto vir a praticar isso como se fosse normal (P3);

Na questão da aprendizagem, ela fica um pouco atrasada mesmo, não consegue se concentrar, ela não consegue expressar aquilo que tá sentindo (...) ela pode até se tornar um abusador sexual no caso dos meninos ou se prostituir (...) a prostituição pode acontecer na vida das meninas, também dos meninos, e até também a questão da própria personalidade (...) homem com homem, mulher com mulher (P4);

Eu acho que vai ser uma pessoa que não vai se relacionar bem pessoalmente na questão amorosa, até na questão social, é... ela não vai ser resolvida na questão emocional, aquilo vai ser um ponto de interrogação na vida dela, algo que aconteceu e que, sei lá, eu acho que ela nunca vai resolver (...) aquilo sempre vai tá vindo à tona, atrapalhando a vida dela (P5);

Trauma pro resto da vida, sabe, é o que eu falei pra você, ela pode inclusive ter esse trauma e não se curar nunca mais, a ponto de não querer nunca mais se relacionar com alguém ou a ponto de ficar preocupada e fazer o mesmo (P6);

Eu acho que vai essa sequela, se ela não for muito bem curada, ela vai levar pro resto da vida, e vão ser consequências graves (...) poderia entrar em depressão, poderia se matar, poderia se revoltar e fazer com outras pessoas, poderia até matar outras pessoas (P7);

Traumas psicológicos (...) provavelmente essa criança vai ter prejuízo no rendimento escolar, no relacionamento com as outras crianças, com as outras pessoas, né, pode mais pra frente essa pessoa é... quando maior fazer o mesmo, ter o mesmo tipo de comportamento que tiveram com ela, ela pode se tornar uma pessoa que vai abusar de outras pessoas. Eu acho assim, que pode desenvolver problemas com o uso de álcool também, drogas (...) dificilmente, ser uma pessoa tranquila, que ela vai lidar com isso como um trauma pra sempre (P10);

Psicologicamente muitas, acredito eu. Deve trazer... acredito que uma criança que sofra abuso sexual eu acho que ela não vai conseguir mais ter uma vida normal, sem ela ter... nem sei se ela passando por um acompanhamento um dia ela vai conseguir apagar essas marcas (P11);

Ah, uma série de traumas... a criança pode assim, de traumas, é traumático mesmo, a criança pode ficar assim inibida (...) vai caminhar assim pra uma vida adulta também com esse tipo de conduta no futuro, né, talvez querendo agir da mesma forma, descontar nas outras pessoas (P12);

(...) não querer se relacionar com as pessoas, futuramente ser uma pessoa deprimida, entendeu? Na escola, pedagogicamente, sei lá, tem dificuldade pra tá fazendo as atividades, ou até alguns casos de crianças que, isso é relato de outras pessoas, que desenham a situação (P13);

Eu acho que ela deve ficar traumatizada, é uma coisa que ela não vai esquecer nunca, principalmente porque, pelo o que eu sei, acontece dentro de casa e ela vai continuar convivendo com aquela pessoa, né, deve ser bem difícil (P14).

Eu acho que pode deixar marcas bem, assim, gritantes (...) pode virar um marginal, às vezes acha que, sabe, que quer fazer igual, 'já que fizeram comigo eu vou fazer igual', ou ao contrário, 'então, eu vou proteger o máximo as pessoas que estão comigo, pra que não seja feito com elas'. O medo, o trauma, acho que muda muito também, a pessoa passa a ser mais desconfiada, uma pessoa que não consegue se abrir demais (P15);

(...) mil traumas, inclusive na parte sexual da pessoa, né, quando ela começar a se relacionar com o namorado, acho que isso vai ter muito problema, penso eu, medos embutidos ali (...) atraso na fala, desconcentração mesmo na escolaridade, uma aceleração na parte de manipulação da própria genitália, dessa questão de descobrir antecipadamente o prazer, ou associar o prazer à dor e criar medo, e nunca mais se relacionar com uma pessoa do sexo oposto (P16).

1.6.2. Não especificaram as consequências da violência sexual

As participantes P8 e P9 não especificaram quais consequências uma criança vítima de violência sexual pode apresentar, aparecendo relatos vagos que demonstraram que elas compreendem que esta violência pode gerar consequências para as vítimas, porém sem dizer quais. A seguir, seus relatos:

Eu acho que atrapalha muito, deve atrapalhar bastante, porque a criança, você imagina, uma criança que não é respeitada, que não é... não é atendida nas suas dificuldades, como é que ela vai se desenvolver normalmente, eu acho que deve atrapalhar bastante, mas... não sei te dizer (P8);

Consequência psicológica, né, pode acarretar (P9).

2. Prevenção e notificação da violência sexual infantil

Esta categoria abarca as compreensões das participantes sobre a prevenção da violência sexual infantil, a educação para a sexualidade para crianças pequenas, bem como o papel do/a professor/a na notificação e denúncia de tais casos.

Assim, os temas abordados nesta categoria são os seguintes: percepções sobre as possibilidades de prevenção da violência sexual infantil; concepções das professoras sobre a educação para a sexualidade na Educação Infantil; providências a serem tomadas em casos de suspeita/confirmação de violência sexual em crianças; papéis do/a professor/a diante de suspeita de violência sexual em crianças da escola; casos de violência sexual em crianças da escola; orientações da coordenação da escola sobre como agir diante de suspeita/confirmação de violência sexual infantil.

2.1. Percepções sobre as possibilidades de prevenção da violência sexual infantil

Os relatos das participantes sobre as possibilidades de prevenção da violência sexual infantil foram agrupados nas seguintes subcategorias: a) compreensão de que é importante conversar com a criança sobre o tema, b) trabalho a ser realizado com a família, a partir da escola e c) não concordam com a possibilidade de prevenção da violência sexual infantil.

Desta maneira, a primeira subcategoria discorreu sobre a importância do diálogo na escola sobre o tema, porém com a dúvida de que esta conversa se configuraria em um trabalho de prevenção. Já a segunda subcategoria diz respeito aos relatos sobre a importância da escola na transmissão de informação sobre o tema para a família, a fim de que escola e família realizem um trabalho de prevenção. A terceira subcategoria diz respeito aos relatos das professoras que não concordam que é possível prevenir a violência sexual infantil.

2.1.1. Compreensão de que é importante conversar com a criança sobre o tema

As participantes P1, P4, P5, P8, P11, P13 e P15, relataram não saber se é possível prevenir a violência sexual infantil, porém demonstraram achar importante conversar com a criança, bem como com seus/suas filhos/as, sobre o tema. Tal diálogo seria em torno da importância das crianças em cuidarem de seu corpo, não deixando pessoas estranhas tocá-lo, bem como respeitando o corpo das outras crianças. Assim, para elas, a prevenção seria saber com quem a criança está, bem como orientá-la a não confiar em pessoas desconhecidas e relatar para elas caso algo ocorra.

Uma participante demonstrou acreditar que a proximidade com a criança pode não necessariamente prevenir a violência sexual, porém ser um modo de acabar com esta mais rapidamente, caso ocorra. Enquanto outra se mostrou em dúvida sobre como orientar a criança, visto que a maior parte dos/as agressores/as sexuais é membro da família da vítima.

(...) quando eu estou trabalhando corpo, partes do corpo, a importância do corpo, eu sempre falo que ninguém pode tá tocando o nosso corpo, que a gente tem que... quando uma pessoa diferente vai dar banho em você, que você não deve tocar, tem que respeitar o corpo do amigo. Agora prevenção... não sei se eu posso prevenir o abuso (P1);

Prevenir... não sei te dizer, mas a gente pode alertar mais, pode conscientizar melhor as crianças (...). O diálogo e escutar a criança é muito importante, isso ajuda não a prevenir o abuso sexual, porque isso eu não sei o dia de amanhã e nunca se sabe com quem seu filho pode estar (...) mas essa proximidade pode ajudar você a tirar o seu filho desse caminho, dessa situação (P4);

Prevenir? Só com a conscientização, né, assim, não dá pra poupar, é difícil prevenir, porque, às vezes, você conscientiza a criança, mas às vezes é uma pessoa tão próxima dela (...). O que você pode alertar é não conversar com estranho, não aceitar proposta de estranho, né, mas muitas vezes a criança vai ser abusada pela família (P5);

Talvez, eu não sei se é possível prevenir, eu não sei, porque a gente tem essa, eu acho que alguma coisa a gente tem que tentar fazer. Agora se consegue prevenir, eu acho que é difícil, porque você não tem como falar com uma criança, você pode alertar algumas coisas, 'olha, cuidado, nem todo mundo é bom, às vezes aquele parece tão bom', porque o abuso sexual, geralmente, é dentro da família, né, então como pode falar pra uma pessoa que não pode confiar na família? É difícil, complicado (P8);

É conversar, né, tá sempre sabendo onde tá, orientando, passando a preocupação (...) eu sempre falei com meus filhos, tipo assim, 'ninguém pode fazer nada com você, se alguém passar a mão em você, você me conta' (P11);

Nas escolas, os professores estarem falando pra não terem contato com pessoas estranhas, entendeu, não pegar, isso é o que todo mundo fala, que é divulgado, não tá pegando doce, bala, que é o que atrai a criança. Eu acho que é mais por orientação, de falar mesmo, porque, assim, nunca teve, pelo menos que eu vi, projeto em cima desse tema, o abuso sexual em si, com a criança da Educação Infantil (P13);

Prevenção é o cuidado, eu acho que, assim, é cuidado, é conversa (...) e orientar muito, muita orientação, muita conversa para que a pessoa também esteja esclarecendo isso, porque eu acho que a maior

dificuldade da pessoa abusada é ela se abrir com alguém, porque é um misto de vergonha, é medo (P15).

2.1.2. Trabalho a ser realizado com a família, a partir da escola

De acordo com as participantes P2, P3, P7, P10, P12 e P16, é possível prevenir a violência sexual a partir de um trabalho a ser realizado com a família, iniciando-se na escola. Esta orientação poderia ser feita por meio de palestras realizadas na escola, envolvendo os familiares da criança, sobre a importância do cuidado com esta, assim como sobre as consequências da violência sexual e a importância de ouvir a criança, na medida em que esta pode se sentir ameaçada e não relatar o ocorrido.

Segundo uma professora, tal trabalho não poderia se nortear apenas no campo educativo, sendo importante também haver uma fundamentação religiosa e espiritual, como mostram os relatos a seguir:

É possível prevenir, mas eu acho que tem que ser um trabalho feito não só dentro das escolas, com os professores, com os pais, a direção com os pais, sai daqui. Eu acho que tem que ser um trabalho começando daqui, já que elas não têm estrutura familiar nenhuma na casa delas (...) na reunião dos professores [como seria o trabalho de prevenção], chamar uma psicóloga, colocar essa psicóloga na frente, chamar esses pais, fazer com que essa psicóloga desperte essas mães, esses pais, fazer quem seja responsável por essas crianças, pra tomar mais cuidado, ter mais zelo, né, tem muitas mães que nem desconfiam que isso tá ocorrendo, ainda mais criança pequena, que é ameaçada, tem medo, e não vai contar (P2);

É difícil, é difícil, mas eu acho que o trabalho, até com prevenção dentro, fazendo palestras com a família, orientando os pais no que deve ser feito, eu acho que... que prevenir é o melhor remédio, né, através de palestras, de conversas, seja falando com os pais... porque impedir você não vai, infelizmente você não vai conseguir, mas pelos menos da família ter uma noção do que é isso e do que acarreta (P3);

Palestras, mostrar que não é legal você fazer com o outro o que você não quer que seja feito com você, que se fosse com um filho seu, é... levar as pessoas a buscar mesmo a religião, aqui eu gostaria que todos conhecessem o verdadeiro Deus. (P7);

Conversar com os pais, tá divulgando imagens, informações, passando realmente todo um trabalho que pode ser feito pra prevenção disso, eu acho que o trabalho com a comunidade é interessante (P10);

(...) até daria pra fazer um trabalho mais educativo, que só um trabalho educativo não resolve, também tem que ter uma fundamentação religiosa, espiritual (...) também na escola dá pra trazer palestrante pra discutir o assunto, porque se você abre isso pra escola, os pais participam, é o momento de se refletir a respeito (P12).

(...) é um fator a longo prazo, seja inserido nas escolas a forma de reagir também, educar os alunos a se prevenir, a contar, a não se calar, seria mais no campo educacional e de orientação com as famílias (P16).

2.1.3. Não concordam com a possibilidade de prevenção da violência sexual infantil

As professoras P6, P9 e P14 relataram não acreditar, ou terem dúvidas, sobre a possibilidade de prevenção da violência sexual infantil. Isso porque elas demonstraram entender a criança enquanto um ser imaturo e inocente para se abordar tal assunto. De acordo com uma participante, existem crianças muito pequenas que já apresentam indícios de problemas, compreendendo que a prevenção da violência sexual seria a mudança de valores sociais e familiares. Como mostram os relatos abaixo:

Não. (...) depende muito da família, dos valores da família, a gente percebe que tem criança desestruturada desde os dois anos de idade, sabe, que se não pegar firma, porque a gente faz reunião com de pais e a gente vê que eles estão descompromissados (...) se não tiver uma reviravolta nisso daí, pra voltar nos tempos antigos de família-família, escola-escola, a coisa está se complicando (...) tá muito difícil de segurar isso (P6);

Prevenir? É difícil, né? Ai, não sei. (P9);

Acho que não, né. Porque isso aí é uma coisa que você nunca sabe quando vai acontecer (...) acho que eles não tem muita noção pra conversar esse assunto, ainda são imaturos, inocentes [crianças de três anos de idade] (P14).

2.2. Concepções das professoras sobre a educação para a sexualidade na Educação Infantil

As concepções das participantes sobre a educação para a sexualidade para crianças foram agrupadas em três subcategorias, tais quais: a) compreensão da educação para a

sexualidade como um trabalho importante, b) percepção de que não se deve falar sobre sexualidade com crianças e c) educação para sexualidade enquanto um trabalho para prevenir a violência sexual infantil.

Na primeira subcategoria, as participantes relataram acreditar na importância de dialogar sobre sexualidade com crianças pequenas a fim de sanar as suas curiosidades sobre o tema, ao contrário da segunda subcategoria, onde estão os relatos de que a criança é muito nova e ingênua para se falar sobre sexualidade. Por fim, na terceira subcategoria há o discurso de uma participante que demonstrou compreender que a reflexão sobre sexualidade com a criança seria uma maneira de se prevenir a violência sexual infantil.

2.2.1. Compreensão da educação para a sexualidade enquanto um trabalho importante

Segundo as participantes P2, P3, P5 e P6, P9, P10, P11, P12, P13, P14 e P15, a educação para a sexualidade na infância seria um trabalho importante para esclarecer as diversas curiosidades das crianças, assim como não criar tabus em relação à sexualidade. Este trabalho foi descrito, em sua maior parte, como um esclarecimento sobre o corpo humano e suas funções, perpassando a diferença entre os sexos e a autoestima.

De acordo com algumas professoras, a educação para a sexualidade para crianças teria como objetivo desmistificar conceitos errôneos sobre o tema, assim como cumprir uma função da família no diálogo sobre sexualidade, já que esta não tem tempo para tal. Contudo, uma professora salientou que, apesar de favorável, não possui formação para realizar este trabalho, na medida em que teve uma educação para a sexualidade baseada no silêncio e omissão de sua família.

É muito gostoso na Educação Infantil. Eu trabalhei na semana passada com eles um livrinho sobre o corpo humano, então é bom porque o livrinho abordava tudo, o coraçãozinho, os olhos, a garganta, parte por parte (P2);

Eu acho muito importante, desde o começo, que aqui as crianças vão se descobrindo (...). Acho que pra dar uma orientação, é... assim, porque a criança se descobre, né, descobre o corpo, vai se autodescobrindo, então pra ela, que aquilo não cria um tabu nela, que não seja uma coisa proibida dela fazer (P3);

Eu acredito que um trabalho voltado para ensinar, tirar a curiosidade deles, é importante (P5);

(...) ela entender, sabe, o que que é sexo, o que que é órgão feminino, o que que é órgão masculino, o por quê disso, o por quê daquilo, como que faz, por que que eu vim nesse mundo, quem me fez (...). Então eu acho que é pra desmistificar, pra evitar exatamente que essa criança cresça perdida com conceitos errôneos e fazer coisa errada lá fora (P6);

Ah, eu acho importantíssimo (...) pra eles tirarem as dúvidas deles, pra eles chegarem em casa e contarem pros pais (P9);

Eu sou favorável, porque eu acho assim, que já desde cedo eles vão entendendo, vão se conscientizando, vão saber a forma correta, como tá colocando as coisas, eu acho que é um ensino a mais, eu acho que hoje em dia as pessoas na família não tão tendo tempo pra isso (P10);

Eu sou favorável (...) mas a minha formação é uma formação que minha mãe e meu pai nunca conversaram comigo sobre isso, então até pra eu tá conversando com meus filhos eu tive que superar barreiras (...). eu acho que é uma coisa delicada, seria interessante a gente tá passando e eles estarem entendendo que a gente tá querendo orientar, porque eu acho que é muito importante, que esclarece muita coisa (P11);

Eu acho válida (...) que serviria pra que ela valorizasse o corpo, que ela cuidasse do próprio corpo, que ela percebesse que ela é um ser especial, que ela é amada, as funções do corpinho dela, seria assim, as funções do corpinho teriam que ser preservadas, preservação e cuidados, os órgãos do corpinho, nesse sentido (P12);

Eu acredito que seria interessante (...) de uma forma simples, mas assim, que dê pra ser dita pra eles (...) mais orientação mesmo, né, de gênero, menino, menina (P13);

(...) eu acho importante saber desde sempre, porque eles são curiosos mesmo, e vai chegar uma hora que vai ter que saber, então eu acho que era importante (P14);

Eu acho que se for com um material bom, de uma forma clara, eu acho que é interessante, entendeu, porque a criança é curiosa, né, ela tem as curiosidades dela, e fica aquela coisa meio escondida (...) talvez até pra criança mesmo conhecer o próprio corpo (P15).

2.2.2. Percepção de que não se deve falar sobre sexualidade com crianças

De acordo com as professoras P1, P7 e P8 e P16, não seria adequado abordar questões sobre a sexualidade com crianças pequenas, já que tais conversas poderiam erotizá-las

precocemente, bem como acabar com a ingenuidade delas. Segundo essa percepção, a criança deixaria a sua infantilidade ao aprender sobre sexualidade.

Para uma participante, é necessário responder somente as perguntas pontuais das crianças, não havendo necessidade de se criar um espaço na aula, ou no currículo, para o diálogo sobre sexualidade.

Eu acho que eu não sei, eu ajo com as minhas crianças, e até com os meus filhos, eu agi assim, no sentido de tá respondendo apenas o que eles perguntam, de repente você ter uma aula formal, você ter dentro do currículo, da sua grade, uma hora específica pra você tá abordando esse assunto, não sei (...). De repente no Fundamental, que eles são mais velhos ou no Ensino Médio, mas na Educação Infantil, não sei (P1);

Ah... eu não sei até que ponto é bom contar pros menorzinhos, porque isso acabaria com a inocência deles (P7);

(...) acho que a criança tem que, tem que ser criança, né, eles estão antecipando muito as coisas, por conta dos adultos que não foram bem criados, agora vão continuar sem criar bem as crianças, eu acho que não, não é por aí (P8);

Na Educação Infantil eu não vejo necessidade, porque eles são muito inocentes, eu acho que se não for um excelente profissional, com muita experiência com Educação Infantil, talvez acelere o processo (P16).

2.2.3. Educação para a sexualidade enquanto trabalho para prevenir a violência sexual infantil

Apenas a professora P4 relacionou a educação para a sexualidade com, também, a prevenção da violência sexual infantil. Segundo esta participante há a compreensão de que quanto mais bem informada a criança, mais fácil será para ela identificar e relatar uma possível situação de violência sexual.

Eu acho interessante, primeiro porque a criança precisa verdadeiramente conhecer o corpo (...) até pra ela chegar no momento e falar assim “ó, tal pessoa tá colocando a mão no meu pênis” (P4).

2.3. Providências a serem tomadas em casos de suspeita/confirmação de violência sexual em crianças da escola

Os relatos sobre as providências que as participantes julgam ser as mais adequadas diante de suspeita ou confirmação de violência sexual infantil foram agrupados nas seguintes subcategorias: a) comunicar à direção da escola para tomarem providências em conjunto, b) comunicar à família e c) denunciar ao Conselho Tutelar a situação de violência sexual infantil.

A primeira subcategoria diz respeito à necessidade de, primeiramente, comunicar a direção da escola, para que tomem decisões em conjunto sobre quais providências serão tomadas. Já na segunda subcategoria, as participantes relataram ser importante comunicar a família primeiro antes de realizarem a denúncia, a fim de investigarem a veracidade do caso. Por fim, a terceira subcategoria diz respeito à necessidade de, diante de suspeitas, elas mesmas realizarem a denúncia ao Conselho Tutelar.

2.3.1. Comunicar à direção da escola para tomarem providências em conjunto

As professoras P1, P4, P6, P7, P8 e P9 demonstraram compreender que, primeiramente, deve-se comunicar à direção da escola, para que esta investigue a veracidade do caso, assim como para que faça a denúncia aos órgãos responsáveis, não cabendo às professoras se responsabilizarem sozinhas pela denúncia da violência sexual em crianças da escola. Isso porque, segundo algumas professoras, elas não teriam o preparo suficiente para saber como proceder nestes casos, visto que lidar com a violência sexual infantil requer responsabilidade para não causar problemas à escola e, principalmente, para a criança.

Eu acredito que no meu caso como professora, já comunicar à direção, tá conversando, entrar em contato com algum órgão como o CRAMI⁴, de repente até fazendo uma denúncia mesmo, no caso da criança, eu acho que, eu não sei, mas eu acho que na Delegacia da Mulher, mais indicado (P1);

Eu sempre levo pra direção. Às vezes, a gente leva pra uma reunião entre os professores, pra ver se... como aqui é integral, a gente conversa com outro, mas a gente espera que o diretor tome uma providência diferente da nossa. Porque é difícil a gente denunciar, o que acontece na escola pode prejudicar tanto a escola, pode prejudicar a presença da criança na escola, então a gente acaba levando pro nosso superior, aguardando que ele tome uma posição mais rígida (P4);

⁴ CRAMI – Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância.

Tem que botar a boca no mundo, né, se a gente sabe de uma situação dessa, eu acho que a princípio temos que chegar e conversar com a nossa, aqui no caso da nossa escola, chegar e conversar com a diretora passar o que tá acontecendo, ‘olha, eu acho que tá assim, to vendo isso na criança, é vamos chamar’ (...) imediatamente chamar uma autoridade, ir pra polícia, tem que denunciar mesmo, não tem que deixar impune (P6);

(...) a primeira coisa eu vou relatar pra direção da escola, e aí a direção da escola vai tomar junto comigo as providências cabíveis, que isso não pode ficar oculto, que isso é uma coisa muito séria, muito grave (P7);

Eu acho que o professor tem que levar à direção (P8);

Acho que eu conversaria com a diretora da escola (...) pra saber quais as atitudes a serem tomadas (P9).

2.3.2. *Comunicar à família*

De acordo com as participantes P3, P5, P10, P12, P13 e P16, diante de suspeita de violência sexual em crianças, deve-se primeiro investigar com a família a possibilidade de ter ocorrido a violência, a fim de não realizar uma denúncia falsa e se indispor com os familiares da criança. Após conversar com os/as responsáveis pela criança, seria necessário denunciar aos órgãos competentes, como o Conselho Tutelar, a situação de violência sexual.

Contudo, uma professora relatou achar necessária a comunicação com a família antes de tomar qualquer providência, não podendo realizar uma notificação ou denúncia sem o aval dos/as responsáveis pela criança, mesmo que estes/as forem coniventes com a situação de violência sexual. A seguir, segue os relatos das participantes:

A primeira coisa é comunicar os pais, né, procurar, se no estabelecimento tiver uma psicóloga, ou na rede, né, procurar a psicóloga, passar o caso, pro Conselho Tutelar também, mas tudo com aval da mãe e da família, a gente não pode fazer nada sem comunicar a família primeiro (...). Independente ou não se a família é conivente, se a família sabe, no caso da mãe, né, se a mãe sabe dos abusos, independente do que aconteça (P3);

Primeiro investigar com a família, né, que que tem acontecido de diferente com a criança nos últimos momentos, nos últimos tempos, que que tem acontecido, como é a rotina da criança, com quem ela fica, como que é... e depois eu acredito que seria a autoridade (P5);

Na escola fica complicada, primeiro a gente vai ter que conversar com a família, ver se ela não tá tendo nenhum outro tipo de problema, procurar investigar. A partir do momento que a escola tiver realmente um noção de que possa tá acontecendo, eu acho que ideal é realmente procurar o Conselho Tutelar (P10);

É comunicação aos pais, os pais são os primeiros (...) estar chamando os pais juntamente com o Conselho Tutelar, e aí as outras providências, né, pro juiz da infância e da juventude, né, no caso das autoridades competentes (P12);

Chamar os pais pode até ser, conversar, chamar pra eles tarem conversando, mas se for percebido, se permanecer essa situação, essa atitude da criança, geralmente é o Conselho Tutelar que é acionado (P13);

Eu acho que a primeira a ser tomada é conversar sutilmente, dentro da população que a gente tem, que não tem tanta cultura, é conversar sutilmente, com algumas perguntas, é... pra cuidadora dessa criança, pra quem fica com essa criança mais tempo, sem acusar, sem afirmar, porque nós não somos profissionais da área, nós não temos nem respaldo legal pra tá afirmando algum problema (P16).

2.3.3. Denunciar ao Conselho Tutelar a situação de violência sexual infantil

De acordo com as participantes P2, P11, P14 e P15, diante de suspeita ou confirmação de violência sexual em alguma criança da escola, cabe ao/à professor/a realizar a denúncia a um órgão competente, como o Conselho Tutelar ou a Delegacia da Mulher, por exemplo, para que estes se responsabilizem pelos encaminhamentos do caso.

Segundo uma professora, muitas vezes, há a omissão da direção da escola nas situações de violência sexual infantil, a fim de não envolver o nome da escola em polêmicas. Desta maneira, seria responsabilidade dela, como relatou já ter ocorrido, a realização da denúncia ao Conselho Tutelar. Abaixo, os relatos das participantes:

Providência a gente sabe que tem que tomar, que eu percebo é que na área da educação é... a omissão, a diretora não quer se pronunciar, não quer levar os fatos em conta, porque não quer o nome da escola envolvido (...) eu vejo assim, todas às vezes que eu desconfiava ou que eu descobria, eu alertava o Conselho Tutelar, ou era eu ou era a secretária, que a gente sempre ia juntas (P2);

Eu acho que é ligar pro Conselho Tutelar, né. Daí eles que tem mais assim, estão mais capacitados pra tá indo na casa, pra tá averiguando

(...) a gente não poderia tá levantando essa suspeita com a família, né, não seria o nosso papel, no caso, o nosso papel seria denunciar pro Conselho Tutelar (P11);

Fazer uma denúncia, acho que tem que fazer uma denúncia na Delegacia da Mulher, acho que a gente pode fazer, que aí é eles que vão tomar as providências (P14);

Eu acho que tem que ser denúncia mesmo, né. É complicado, eu acho assim que é muito complicado, que a gente tem que investigar mesmo (P15).

2.4. Papéis do/a professor/a diante de suspeita de violência sexual em crianças da escola

As percepções das participantes sobre os papéis do/a professora diante de suspeitas de violência sexual em crianças da escola foram agrupadas em três subcategorias, tais quais: a) comunicar a direção da escola imediatamente, b) acolher a criança vitimizada e c) investigar a ocorrência da violência sexual. Sendo a primeira subcategoria os relatos sobre a imediata comunicação à direção da escola, para que esta auxilie o/a professor/a a tomar as providências necessárias.

Já a segunda subcategoria diz respeito à importância de ajudar a criança vítima de violência sexual, esclarecendo sobre o quanto ela é vítima, assim como dando uma atenção especial a ela. Na terceira subcategoria está o relato sobre a importância de investigar com a criança sobre a ocorrência da violência sexual, fazendo perguntas a ela, sem que perceba, a fim de que ela relate o ocorrido.

2.4.1. Comunicar a direção da escola imediatamente

Para as professoras P1, P2, P3, P4, P6 e P8, P9, P12, P14 e P16, diante de suspeitas de violência sexual em crianças, o/a professor/a deve comunicar imediatamente a direção da escola, para que esta investigue a situação com a criança ou familiares ou tome as providências necessárias, como realizar a denúncia. Isso porque, segundo uma participante, há uma hierarquia no sistema educacional que deve ser respeitada, a professora não poderia notificar a suspeita sem comunicar os seus superiores.

De acordo com outra professora, é preciso comunicar a direção para que, juntas, pesquisem e estudem as melhores formas de proceder nesta situação, pois, segundo ela, o/a

professor/a que se omite em casos de violência sexual infantil é mais culpado/a que o/a agressor/a da criança.

(...) é tá comunicando a direção, tá denunciando pro órgão competente (...) eu acredito que é o CRAMI, a própria delegacia, né, que... eu acho que o CRAMI tem até como você fazer denúncia anônima, que eles não acabam, digamos entre aspas, sobrando pras você (P1);

Eu acho que ele tem que, primeira coisa, avisar a direção, especular bastante a criança, chamar a mãe, alguém que seja responsável por aquela criança (P2);

Primeiro lugar, tem alguma coisa, tá suspeitando de alguma coisa, chega na direção e fala 'olha, tá acontecendo isso, isso e isso, eu queria a sua ajuda, vamos ver, vamos estudar, vamos pesquisar o que tá acontecendo, antes de chegar', porque eu acho que se o professor, acontece alguma coisa sobre isso com seu aluno e ele não faz nada, eu acho que ele é mais culpado do que aquele que tá abusando, ou aquele que tá escondendo (P3);

(...) passar pro superior, pedir pra chamar os pais e, caso isso não aconteça, insistir pra que tomem providências maiores, insistir com a direção, apontar o problema (P4)

Imediatamente passar pra diretora, né, pra diretora tá vendo o que tá acontecendo em casa, pra chamar os pais, chamar a mãe, falar do comportamento da criança aqui na escola (P6);

Difícil, né? Eu acho que o professor tem que levar à direção, e a direção tomar as providências cabíveis e... junto com os órgãos competentes, que são competentes (P8);

(...) deve conversar com a direção da escola (P9);

Estar passando o problema pra direção, pra equipe da direção da escola, que aqui nós somos uma equipe, pra que todos os professores, em comum acordo, possam estar observando aquela criança (P12);

(...) eu acho que tem que falar pra diretora e ela tá falando na secretaria, porque tem toda uma hierarquia, você não vai direto fazer alguma coisa (P14);

(...) procurar ajuda, relatar os fatos pra direção, coordenação, procurar a família, com o aval da direção (P16).

2.4.2. *Acolher a criança vitimizada*

As participantes P5, P7, P10, P13 e P15, relataram acreditar que o/a professor/a tem o papel de acolher a criança vitimizada, dando mais atenção a ela, assim como encaminhando para um atendimento psicológico, conversando sobre autoestima e esclarecendo sobre o quanto ela não é culpada desta situação. Segundo uma professora, é preciso ajudar a criança, porém não seria adequado haver muito envolvimento entre elas, pois isso poderia causar retaliação por parte da família.

Eu acredito que trabalhar a questão, a questão da autoestima da criança é importante, né, trabalhar sempre com a ideia de que ela não tem culpa. E tentar colocar isso pra criança, que a vida continua, que ela tem os seus valores, ela tem as suas qualidades (P5);

Ele vai acolher, né, essa criança, tentar ajudar da melhor maneira possível, o que tiver ao alcance dele, porque também é... ele não pode ter muito envolvimento (...). Mas em caso de abuso sexual, eu já vejo assim, vou tomar as minhas providências, tomara a Deus que isso não aconteça, tomarei as providências cabíveis a mim, e vou ficar observando de longe, porque traz retaliação também, né, eu tenho medo, às vezes, até de conversar com um pai, porque a gente não sabe o que passa na cabeça do ser humano (P7);

(...) procurar buscar ajuda pra essa criança, né, o quanto antes, se puder fazer alguma coisa pra livrar essa criança dessa situação, e acompanhar essa criança depois pra um tratamento psicológico, mais chances dela conseguir se recuperar, não ficar com problemas, emocionais, psicológicos (P10);

(...) ele vai dar uma atenção maior pro aluno com essas características, porque na sala, no grupo, com certeza ele vai tá lá, mas então conversar, estar disponível pra criança (P13);

(...) primeiramente, é acolher mais ainda essa criança, né. Talvez dar aqui o que ele não tem lá fora (P15).

2.4.3. Investigar a ocorrência da violência sexual

Segundo a participante P11, o/a professor/a tem o papel de investigar a ocorrência da violência sexual, sondando a criança para que esta relate o ocorrido, sem que ela perceba a sua intenção. Após a confirmação desta, seria preciso fazer a denúncia o mais rápido possível. Segue seu relato:

Quanto mais suspeitar, tentar dar uma investigada meio que superficialmente, não acusar ninguém e fazer a denúncia o mais rápido possível (...). Com a criança, né, tá conversando com ela, ‘ah, por que você tá triste?’, tentar arrancar alguma coisa dela, mas assim, sem que ela perceba que você tá tentando chegar nesse ponto (P11).

2.5. Casos de violência sexual em crianças da escola

Nesta categoria estão os relatos das professoras sobre haverem tido contato com situações de violência sexual em crianças da escola, sendo tais agrupados em duas subcategorias: a) não tiveram contato com situações de violência sexual e b) professoras que já tiveram suspeitas e casos de violência sexual. Sendo a primeira categoria aquela que diz respeito às professoras que não tiveram nenhuma suspeita de violência sexual infantil, enquanto na segunda subcategoria estão os relatos de casos de suspeita ou confirmação de violência sexual em crianças da escola.

2.5.1. Não tiveram contato com situações de violência sexual

De acordo com as participantes P4, P7, P8 e P9, P11, P13, P14 e P15, elas nunca tiveram contato com situações de violência sexual em crianças da escola, bem como não tiveram contato com professoras que passaram por situações semelhantes. Contudo, uma professora relatou que, em sua escola, já houve denúncia de violência sexual por parte de um familiar, que acusou uma professora de passar pomada indevidamente em seu filho. A seguir os relatos das participantes:

Não, não tive nenhum contato (P4);

Não, nesses anos não, graças a Deus (P7);

Ainda não, não (P8);

Nunca tive (P9);

Não, na escola, não, graças a Deus não (...) aqui nós tivemos um problema, mas foi assim nada de abuso, a pessoa (...) falou que o professor passou pomada na criança, isso foi pra depois pra promotória, deu uma dor de cabeça, entendeu, mas porque, na época, a família acusava a professora de ter tido um procedimento ruim. Mas essa criança, depois foi provado que a única coisa que ela tinha era uma assadura (P10);

Não (P11);

Não, nunca tive essa experiência (P13);

Nunca, graças a Deus, não (P14);

Na escola não, na escola não (P15).

2.5.2. Professoras que já tiveram suspeitas e casos de violência sexual

As professoras P1, P2, P3, P5, P6, P12 e P16 relataram já haverem tido contato com situações de suspeita de violência sexual em crianças da escola. Essa suspeita se deu, na maior parte dos relatos, a partir da mudança de comportamento das crianças, que ficaram apáticas e não quiseram mais participar das atividades propostas. Houve uma professora que relatou que, além da mudança de comportamento, percebeu indicadores físicos, como machucados, em sua aluna.

Nestas situações, elas relataram ter investigado com a criança e a família a veracidade do caso, juntamente com a coordenação da escola. Em dois casos relatados, percebeu-se que as mães das crianças sabiam da situação de violência sexual que suas filhas estavam expostas, porém em um caso a mãe pediu orientação para escola sobre como proceder nesta situação, enquanto, no outro caso, o pai da criança se envolveu contra a escola, acuando a diretora.

De acordo com uma professora, houve suspeita de que sua aluna era vítima de alguma violência, porém ao chamar a família para investigar o caso, esta tirou a criança da escola, impedindo que ela acompanhasse o caso. Houve, também, uma professora que suspeitou que um menino e uma menina tivessem sofrido violência sexual, pois estavam brincando de maneira sexualizada no parque, abaixando a roupa um do outro. Como mostram os relatos a seguir:

eu passei para a direção, conversei, aí a criança foi para a diretora, conversou, no primeiro momento ela não se abriu, aí fomos tentando dia após dia saber o que estava acontecendo com ela, porque às vezes num momento a criança não sentia confiança plena em mim, mas ela acabou conversando, confessando na minha presença, na presença da diretora (P1);

Era uma menininha, tava no primeiro ano, antiga primeira série, naquela época, e... ela sempre vinha machucada, sempre machucada por baixo, então ardia pra fazer xixi. No começo, a gente achava que

era infecção de urina, né, a gente imagina outras coisas antes de imaginar que seja isso (...). E aí a gente foi investigando, tanto eu quanto a diretora, a diretora não queria é... avisar as outras entidades, mas aí a gente foi investigando, investigando, até que, pelo jeito dela, ela ficou apática, não queria brincar, não queria comer, ela vinha pra escola, ela era um pesinho morto (...). Daí, a gente acabou fazendo a denúncia (P2);

Olha, era uma criança alegre, muito, assim, desinibida, conversava muito, aí, de uns tempos, ela começou a ter, assim, momentos de alegria e momentos de tristeza, onde ela chorava muito (...). Daí eu comuniquei a minha diretora, né, falei pra ela do que tava acontecendo (...). A mãe sabia. Aí nós orientamos a mãe que isso não era certo, que isso era muito prejudicial tanto pra ela, mais pra filha do que pra ela. Que poderia acarretar muitos problemas psicológicos, ela pediu ajuda pra gente, nós encaminhamos ela pro Conselho Tutelar (P3);

Teve um caso, mas foi assim, a gente não entendeu direito o caso, não sabia se era violência, se era abuso, era uma família muito complicada, a família se sentiu meia acuada, ela pegou e tirou a criança (...) eu recebi uma criança que era exigida muito pela família, aquela exigência, ela não falava, ela não conversava (...) quando a gente começou a chamar a família pra conversar, a mãe pegou e tirou a criança (P5);

(...) eu tive uma vez sim [suspeita de violência sexual], mas é... eu fiquei sabendo que era uma família que a mãe é... se drogava, o pai se drogava, a irmã se drogava, e o menininho vinha com algumas atitudes estranhas, sabe? Mas infelizmente nós, eu cheguei a encaminhar essa criança e já estava no final do ano, e infelizmente eu não sei o desfecho da situação (P6);

Assim... eu percebi atitudes estranhas dentro da escola, por parte de algumas crianças (...) nada comprovado que a família tenha feito isso, você só ouve indícios que isso tenha acontecido (...) um casalzinho, um menino e uma menina, e na hora do parque se dispersaram, correram atrás de uma caixa d'água e um abaixou a roupinha do outro (P12).

(...) eu tive só com essa menininha, há 15, 18 anos atrás (...) nós nos envolvemos, a direção da escola acabou envolvendo com a família, indo atrás, constatando o problema e acabou percebendo uma situação perigosa, que o pai era usuário de droga, a mãe era conivente com o problema (...) mas o pai começou a se voltar contra a direção da escola, aí a diretora acabou ficando com medo de penetrar muito na situação (...) e eu não sei como foi o fim da história, porque eles tiraram a menina da escola (P16).

2.6. Orientações da coordenação da escola sobre como agir diante de suspeita/confirmação de violência sexual infantil

As orientações sobre como agir diante de suspeita ou confirmação de violência sexual em alguma criança da escola, ou ausência destas, foram agrupadas em três subcategorias, sendo elas: a) não recebeu orientação, porém julga esta necessária, b) já recebeu orientação sobre como agir com as crianças e c) não recebeu orientação, porém julga esta desnecessária.

A primeira subcategoria diz respeito à falta de orientação sobre o tema, bem como a importância da coordenação auxiliá-las a como proceder em casos de violência sexual. Na segunda subcategoria estão os relatos das professoras que receberam orientações da coordenação. Por fim, a terceira subcategoria diz respeito ao relato de uma participante que nunca recebeu orientação sobre o tema, julgando-a desnecessária. Abaixo, os relatos:

2.6.1. Não recebeu orientação, porém julga necessário

Segundo P1, P2, P4, P5, P6, P8, P10, P11, P14, P15 e P16, a coordenação da escola nunca as orientou a respeito de como lidar com casos de violência sexual infantil em crianças da escola, cabendo a elas agir da maneira que julgarem mais adequadas nestas situações. No entanto, para estas professoras, seria importante receber uma orientação sobre como agir em casos de violência sexual, na medida em que as auxiliaria a lidar com a criança e a ajudar a família neste momento, assim como a saber como proceder diante de tais situações.

Algumas participantes justificaram a falta de orientação por parte da coordenação da escola devido ao fato de nunca terem tido casos de violência sexual na escola, não sendo necessário abordar tal assunto. Para outras professoras, esse mesmo argumento, de que nunca tiveram contato com situações de violência sexual infantil, foi usado para justificar a importância de se esclarecer sobre o tema, a fim de que, caso presenciem tais situações, saibam como lidar com o caso.

Houve uma professora que relatou achar importante receber orientação sobre como lidar com a violência sexual infantil, porém não da coordenação da escola, mas sim de algum/a profissional especializado sobre o tema. Seguem os relatos das professoras:

Não, esse ano, nessa escola, nunca houve nenhum caso, não houve necessidade de tá abordando esse tema (...). Eu acredito que sim [importante receber orientação], eu acho que sim, principalmente

porque a clientela, aqui nós temos crianças da [nome de abrigo para crianças], que já vem de uma família desajustada, desestruturada (P1);

Não [sobre ter sido orientada pela coordenação] (...) seria muito bom a gente ter uma orientação de como tá lidando com essas famílias que não aceitam, e que, geralmente, tá ocorrendo (P2);

Orientação não, é sempre assim ‘chama os pais pra ver o que tá acontecendo’ (...), não tem uma orientação superior ‘ó, você vai agir dessa forma, dessa forma e nós vamos encaminhar pra este lugar’ (...) eu acho que não só pra mim [importância de receber orientação], mas pra todas as pessoas, até pra gente saber como ajudar até os pais (P4);

Seria importante sim [receber orientação da coordenação], ter um padrão de conduta, né, porque a gente tá sujeita a receber a qualquer momento e... um padrão, assim, pra todo mundo, porque um ano sou eu, o outro ano é a outra professora, né, e todos fazem parte da escola e da vida da criança (P5);

(...) eu acho que a orientação é fundamental, porque eu mesma sozinha, eu... não sabia agir, como agir sozinha, eu acho que a gente tem que ter respaldo de um profissional (P6);

Eu acho que se tiver uma orientação boa, que a gente possa dar pra criança, eu acho que ninguém vai reclamar, não (P8);

A gente na escola em si, que a gente não teve nenhum problema, não (...) todo o contato que a gente faça com acompanhamento de coordenador ou supervisor é sempre bem vindo, né, é sempre bem vindo, uma orientação é sempre bem vinda (P10);

Não [sobre ter recebido orientação da coordenação]. Eu acho [importante receber], porque o mundo que a gente tá vivendo hoje em dia, a gente tem muitos casos (...) então eu acho que a gente não tá livre logo, de repente tá se deparando com uma situação dessa (P11);

Ah, seria bom se alguém pudesse vim tá falando (...) porque aqui nunca aconteceu, então seria bom alguém vir falar sobre isso, mas uma pessoa de fora, pra tá falando sobre isso com a gente (P14);

Não, talvez porque a gente não teve casos assim gritantes (...). Eu acho [importante receber orientação], mas eu não sei se da direção, entendeu, eu acho que o interessante seria orientação de profissionais (P15);

Não, nunca, porque não houve caso, a gente acaba trabalhando com os focos de incêndio, né, na medida que surge o problema, a gente busca orientação (...). Sem dúvida [necessário receber orientação], nem que for usada, mas já ficamos sabendo como nos prevenir, como agir caso aconteça, sem dúvida, conhecimento nunca é demais (P16).

2.6.2. Já recebeu orientação sobre como agir com as crianças

As professoras P3, P9, P12 e P13 relataram já haverem recebido algum tipo de orientação sobre como lidar com o tema violência sexual infantil. Segundo uma professora, esta orientação foi dada por uma psicóloga, em um trabalho coletivo e preventivo sobre o tema. Já outra participante, relatou ter sido orientada pela coordenadora da escola, a não tocar nas crianças da escola, assim como não deixa-las sozinhas para que estas não se toquem.

Outras participantes foram orientadas a ficarem atentas às crianças e seus comportamentos, a fim de perceber alguma mudança nestes, conversando, sempre que necessário, com a criança, sua família, ou com a própria coordenação da escola, em uma tentativa de agir da maneira mais adequada diante de tais situações. Houve uma professora que relatou ter sido orientada a realizar um projeto em sexualidade com as crianças, a fim de trabalhar o tema.

Da escola não, porque nós nunca passamos por isso. Mas na outra escola que eu trabalhei, foi uma psicóloga, conversou com todas as professoras, fizemos uma reunião com os pais, foi muito bacana (P3).

A gente não deve colocar a mão nas crianças, a gente deve mandar as crianças uma de cada vez ao banheiro (P9);

Sempre a gente conversa a respeito disso, né, discute o assunto, não é uma aula que ocorre sempre, mas a orientação é que a gente observe o aluno, que todo mundo possa observar, né, que chame os pais, que a gente possa fazer um projeto, um mini projeto, no caso, sobre a questão da sexualidade com eles mesmos (P12);

Aqui na Educação Infantil é o que eu falei, é... se a gente perceber, a gente vai tá conversando, é sempre fala, se perceber alguma coisa diferente, tal, vamos conversar, tá divulgando pra gente encontrar os procedimentos corretos (P13).

2.6.3. Não recebeu orientação, porém julga desnecessário

A professora P7 relatou não ter recebido orientação da coordenação da escola sobre como agir diante de casos de violência sexual infantil, porém não julga esta orientação

importante, visto que trabalha em uma escola em que, segundo ela, não há esse tipo de problema.

(...) eu dou aula num bairro bom, né, a clientela é boa, seria importante todos receberem, mas como eu nunca tive esse problema, assim, nunca percebi nada... eu acho assim, que pra mim, eu receberia, mas acho que não iria fazer muita diferença, porque eu acho que a clientela é boa (P7).

3. Informações sobre violência sexual infantil

Esta categoria diz respeito às informações que as participantes relataram ter sobre a violência sexual infantil, bem como a formação sobre o tema na graduação ou em cursos ou palestra de formação continuada. Desta maneira, os temas abordados nesta categoria foram os seguintes: informações sobre violência sexual recebidas na formação inicial; informações sobre o tema recebidas em cursos de formação continuada e, por fim, dúvidas sobre violência sexual infantil.

3.1. Informações sobre violência sexual recebidas na formação inicial

As informações sobre violência sexual infantil recebidas durante a graduação foram agrupadas em duas subcategorias: a) não recebeu informações sobre violência sexual nas disciplinas cursadas e b) recebeu informações sobre violência sexual em discussões informais ou tópicos em disciplinas. Na primeira subcategoria foi abordada a ausência de orientação sobre o assunto, na formação inicial, já na segunda subcategoria estão os relatos e as orientações que as participantes tiveram ao longo da graduação.

3.1.1. Não recebeu informações sobre violência sexual nas disciplinas cursadas

De acordo com P1, P3, P4, P7, P8, P9, P11, P12, P13, P14 e P15, na graduação não houve disciplinas que abordassem a questão da violência sexual infantil. Assim, o tema não foi discutido ao longo da formação inicial, como mostram os seus relatos:

(...) no magistério não (P1);

Não (P3), (P4), (P9), (P11), (P12), (P13), (P14);

Que eu me lembre, não (P7);

(...) que eu sinta, assim, palpável, não (P8);

Não, não tive não (P15).

3.1.2. *Recebeu informações sobre violência sexual em discussões informais ou tópicos em disciplinas*

Para as participantes P2, P5, P6, P10 e P16, as informações recebidas sobre violência sexual infantil vieram de diálogos informais e não intencionais sobre o assunto, não havendo disciplinas específicas que abordassem formas de agir nessas situações. Tais diálogos se norteavam, principalmente, sobre a importância de realizar a denúncia em casos de violência sexual em crianças e, algumas professoras, relataram não se recordar sobre o que foi ensinado sobre o tema, como mostram os relatos a seguir:

Nós conversávamos, assim, sobre abuso, que isso estava ocorrendo, tudo, os alertas que tinham, mas assim, uma capacitação não tive (...). Com alguma professora da faculdade [sobre com quem conversava], alguma pergunta que surgia, mas eram assuntos, assim, bem abertos (...) eu lembro até hoje, ela falava ‘não fecha os olhos, se você fecha os olhos, pode ser que mais pra frente ocorra com alguém da sua família, você gostaria? Se põe no lugar desta criança, não fecha os olhos’ (P2);

(...) foi assim, atrelado à parte de sexualidade infantil, mas corriqueiro, não teve nada assim aprofundado, não (...). Eu não lembro mais, mas foi bem pouco mesmo, não foi nada, foi algo que surgiu numa discussão, e discutiu e acabou (P5);

A gente, na época em que eu faz a faculdade, a orientação que a gente tinha era de simplesmente de denúncia (P6);

Na acadêmica, nós tivemos um curso sim, nós tivemos, na minha sim. Nós trabalhamos a questão da sexualidade, eu falo assim, na época a professora foi muito bacana, ela levou material (...) eu já não vou lembrar, né, faz um tempinho, mas eu lembro da professora ter levado alguma coisa pra gente, algum material, não exatamente uma matéria sobre isso, mas a gente fez um trabalho sim (P10);

Pouco, alguns textos, umas palestrinhas aqui e ali, mas nada relevante (P16).

3.2. Informações sobre violência sexual recebidas em cursos de formação continuada

As informações sobre violência sexual infantil obtidas em cursos ou palestras de formação continuada foram agrupadas em duas subcategorias, tais quais: a) não participou de cursos ou palestras sobre violência sexual infantil e b) participou de palestras sobre violência sexual infantil. Sendo a primeira a respeito das professoras que não participaram de palestras sobre o tema, seja por falta de oportunidade, como por falta de interesse, e a segunda subcategoria condizente às professoras que participaram de tais formações continuadas sobre o assunto.

3.2.1. Não participou de cursos ou palestras sobre violência sexual infantil

As professoras P1, P2, P3, P5, P6, P7, P8, P9, P12, P13, P14 e P16 relataram não terem participado de cursos ou palestras sobre o tema violência sexual infantil. Havendo duas participantes que disseram não ter feito por falta de interesse sobre o tema, como mostram os relatos a seguir:

Não, palestra, orientação, não (P1);

Não (P2), (P3), (P5), (P6);

A prefeitura já ofertou, é só que eu, porque assim, eu fiz outros tipos de curso, sobre esse tema não (P7);

Não, mas eu pretendo (P8);

Acho que também não (P9);

Nunca participei de cursos (P12);

(...) eu não me lembro de ter feito (P13);

Também não, nunca fiz, sobre isso não (P14);

Já teve vários, mas eu não me interessei (P16).

3.2.2. Participou de palestras sobre violência sexual infantil

Já as participantes P4, P10, P11 e P15 relataram ter participado de palestras de curta duração sobre violência sexual infantil, sendo abordados os indicadores de que uma criança está sofrendo violência sexual infantil, assim como a importância da denúncia diante de tais situações. Abaixo os relatos das participantes:

Eu participei de alguns, palestras de uma hora, duas horas assim, falando um pouco de abuso sexual, mas coisas práticas, 'ai, a criança que foi abusada tem essa e essa conduta, tem esse comportamento, mas ninguém fala o que você deve fazer quando você se depara com essa situação (P4);

(...) orientações sobre como proceder realmente, observar, realmente verificar, procurar os órgãos competentes (...) procurar amparar essa criança, conversar, orientar, fazer com que essa criança se sinta, assim, apoiada, né, pra ela se sentir que isso não é uma coisa que ela tem culpa (P10);

Eu fiz um curso, uma vez, de assédio, mas abordou alguma coisa sobre isso (...) a orientação sempre é você tá ligando pro Conselho Tutelar, né, que tem órgãos responsáveis por isso, não compete a nós investigar nada disso (P11).

(...) minicursos que a prefeitura oferece (...) foi falado muito sobre as características das crianças, entendeu, a mudança de comportamento, como a gente orienta, a orientação era 'percebeu alguma coisa, pra entrar em contato com o CRAMI (P15).

3.3. Dúvidas sobre o tema

Nesta categoria as professoras participantes relataram se haviam dúvidas sobre violência sexual infantil, sendo os relatos agrupados nas seguintes subcategorias: a) como agir diante de uma confirmação/suspeita de violência sexual infantil, b) caracterização da violência sexual infantil, c) como identificar situações de violência e d) não possuem dúvidas ou não especificaram quais seriam estas.

Na primeira subcategoria estão os relatos sobre como agir da maneira mais adequada diante de situações de violência sexual em crianças da escola. Já a segunda subcategoria diz respeito à caracterização da violência sexual infantil, o que configura tal violência. Na terceira subcategoria encontram-se os relatos sobre o preparo das professoras para identificar

situações de violência sexual em crianças. Por fim, a quarta subcategoria diz respeito a ausência de dúvidas sobre o tema.

3.3.1. Como agir diante de uma confirmação/suspeita de violência sexual infantil

As professoras P4, P5, P6, P8, P15 e P16 relataram terem dúvidas sobre como agir diante de uma confirmação de violência sexual infantil, sobre como lidar de maneira mais adequada com tais situações, assim como ajudar a criança que sofreu violência. Essas dúvidas dizem respeito tanto à falta de conhecimento sobre as suas reações diante da violência sexual infantil, bem como a respeito dos encaminhamentos a serem tomados judicialmente, sem serem prejudicadas por realizar uma denúncia, como mostram os relatos a seguir:

(...) a minha única dúvida é o que fazer depois que você descobre (...) o que fazer que é complicado, que a gente não tem saída, não tem como lidar, por esses dois motivos, primeiro porque a família também não assume, segundo porque, às vezes, quando você tenta fazer, isso pode se voltar contra você e te prejudicar (P4);

(...) como lidar, como identificar, o que fazer pra ajudar (P5);

Eu não sei como eu reagiria se eu visse uma criança sendo abusada sexualmente, eu não sei qual seria a minha atitude (P6);

(...) como agir com uma criança assim (P8);

A respeito da parte mais judicial, o que é feito por exemplo, com um adulto que abusa de uma criança, quais são as providências, o que a justiça faz, os encaminhamentos corretos, quais são as providências (P12);

(...) eu acho que até como proceder mesmo, eu acho que a minha grande dúvida é como você proceder (P15);

Se eu constar algum caso, qual a primeira medida a tomar, quem procurar, devo chamar os pais ou não (P16).

3.3.2. Caracterização da violência sexual infantil

As participantes P10, P11, P13 e P14 relataram terem dúvidas a respeito da caracterização da violência sexual infantil, não tendo certeza sobre o que a caracteriza, bem

como sobre o que motiva um/a agressor/a a tentar contato sexual com uma criança. A seguir os relatos das professoras:

Por que isso tá acontecendo dessa maneira, dessa forma que a gente tem visto, por que pessoas da própria família, hoje em dia, tem esse interesse pela sexualidade infantil, que a gente não consegue entender o que se pode passar na cabeça da pessoa, sentir uma necessidade, um prazer, em uma criança pequena (P10);

Na verdade, o que seria abuso sexual? É uma dúvida, o que que é abuso sexual? De que forma ele pode ser considerado abuso sexual? (P11);

Definir mesmo, conceituar o abuso sexual, o que é realmente o abuso sexual, até que ponto, o que é considerado abuso sexual (P13);

(...) eu não tenho nem certeza o que é considerado abuso ou não, a partir de que momento é considerado, né, então era bom a gente saber tudo (P14).

3.3.3. Como identificar situações de violência

Segundo P2 e P7, o principal temor em relação à violência sexual infantil seria o de não saber identificar tal situação. Esta angústia foi relatada tanto por não saber se há crianças vítimas de violência sexual que não foram identificados, assim como se a mudança de comportamento de uma criança é causada por tal vitimização ou por outros problemas que ela possa estar passando, como mostram os relatos:

Eu olho pra eles eu imagino, será que alguém tá passando por isso? E eu não to conseguindo enxergar? Não to conseguindo ver? (P2);

Eu acho assim, que o pior seria pra diagnosticar assim como... será que essa criança tá revoltada por isso ou por aquilo, pra observar se ela tá muito quietinha por isso ou por aquilo, isso é difícil (P7).

3.3.4. Não possuem dúvidas ou não especificaram quais seriam estas

De acordo com as participantes P1 e P3, elas não possuem dúvidas sobre violência sexual infantil. Contudo, a professora P9 relatou ter dúvidas sobre o tema, porém não especificou quais seriam estas.

Não, sobre abuso sexual não, eu teria dúvidas sobre sexualidade infantil (P1);

Não [sobre possuir dúvidas] (P3);

Ah, possuo dúvidas [sinaliza com a cabeça que não sabe especificar quais dúvidas possui] (P9).

IV. DISCUSSÃO

De modo geral, as professoras participantes demonstraram compreender a violência doméstica e a violência sexual infantil de maneira ampla. Desta forma, para elas, assim como para os estudos na área, a violência doméstica abarcaria a violência psicológica e verbal, que não deixam marcas evidentes, bem como a violência física, que o termo “violência doméstica” poderia supor a priori (AZEVEDO, GUERRA, 2000; BRITO et al., 2005; DESLANDES, 1994; XAVIER FILHA et al., 2008; SCHERER, SCHERER, 2000). Podemos entender, no entanto, que a ideia de um conceito amplo tem mais a ver com a falta de informações sobre o fenômeno do que sua real caracterização.

Uma característica da violência doméstica, relatada pelas participantes, foi a representação sobre quem seriam as vítimas, no caso crianças, mulheres e idosos/as, ou seja, pessoas consideradas mais fracas fisicamente, vulneráveis, bem como mais “dóceis”. Apesar destas características não serem inerentes a essas pessoas, são transmitidas, de modo velado, pela família, escola e mídia, educando a criança para a obediência aos adultos, bem como as meninas à amabilidade, tornando-se, muitas vezes, mulheres submissas, a fim de agradar seu parceiro (FELIPE, PRESTES, 2012; SAFFIOTI, 2000; VITIELLO, 2000).

Para as participantes, o agressor mais comum seria o homem, compreendido como alguém com mais força e poder do que as suas vítimas. Tendo em vista que o homem é educado para o exercício do poder, assim como para a agressividade, a violência doméstica, juntamente com a sexual, seriam apenas reflexos desta educação machista, na qual o homem domina e subjuga os demais, a fim de ter seus interesses atendidos (ARAÚJO, 2002; FELIPE, 2006; FELIPE, PRESTES, 2012; RIBEIRO, FERRIANI, REIS, 2004; SILVA, 2002; VITIELLO, 2000).

Já a violência sexual infantil foi conceituada como um fenômeno além do ato sexual entre um adulto e uma criança, sendo caracterizadas como violência sexual tanto as ações sem contato físico, como as ações com contato físico: carícias sensuais, conversas sobre sexo, trocas de olhares, toques nos órgãos genitais, beijo na boca, bem como a exposição da criança à pornografia (ARAÚJO, 2002; MAIA, 2005; MIRANDA, YUNES, 2008; PEREIRA, 2002; PIETRO, 2007; SANDERSON, 2005; SANTOS IPPOLITO, 2009).

Desta maneira, a violência sexual infantil pôde ser considerada como uma maneira de cercear a liberdade da criança, já que ela foi compreendida como incapaz de perceber ou entender tal situação. Essa maneira de compreender a violência sexual infantil não restringe a

discussão do tema apenas ao fato da criança não ter cognição suficiente para compreender à que está sendo submetida, considerando também o aspecto do desequilíbrio de poder nesta relação, visto que a vítima foi apontada como alguém que tem a sua liberdade “tomada”, seu corpo invadido (AZEVEDO, GUERRA, 2000; GUERRA, 2005; LIMA, 2009; MAIA, 2005; SAFFIOTI, 2000; SANTOS, IPPOLITO, 2009; SILVA, SOUZA, SANTOS, 2006).

Apesar de terem considerado tanto os aspectos da ausência de contato físico, como a presença de contato, na violência sexual infantil, a exploração sexual de crianças não foi abordada por nenhuma participante, mesmo esta sendo uma forma tão comum e frequente de violência sexual contra crianças como argumentam os/as autores/as Felipe e Prestes (2012), Lowenkron (2010), Pietro (2007) e Santos e Ippolito (2009).

A principal causa apontada da violência sexual infantil foi o distúrbio psicológico do/a agressor/a, compreendido/a como uma pessoa doente, impulsiva e com desvio de personalidade. Essa maneira de compreender o agressor/a sexual se relaciona com a forma com a qual a mídia mostra essa figura, ou seja, um retrato estereotipado de alguém com transtorno psiquiátrico, cujas ações não podem ser contidas (GUERRA, 2005; LANDINI, 2003).

Uma participante relacionou tal distúrbio psicológico às consequências provenientes da masturbação infantil e de brincadeiras sexuais entre crianças que não foram repreendidas pelos adultos. Contudo, não há estudos que relacionem as manifestações sexuais infantis com o desenvolvimento de uma “personalidade pedófila”, pelo contrário, tais comportamentos infantis são considerados saudáveis e importantes para o desenvolvimento das crianças, apesar de muitos adultos compreenderem estas como assexuadas e inocentes (BASTOS, 2008; FELIPE, PRESTES, 2012; MAIA et al., 2011; RIBEIRO, 2009; RIBEIRO, SOUZA, SOUZA, 2004; SILVA, 2007; SILVA, 2011).

Houve participantes que vincularam a causa da violência sexual infantil à baixa classe socioeconômica, assim como ao uso de drogas e à “desestruturação familiar”. Essa percepção do fenômeno também pode se relacionar à forma como a mídia transmite a imagem do/a agressor/a sexual, pois quando não alguém com transtorno psiquiátrico, é veiculado um indivíduo cujas questões estão em torno da pobreza, barbárie, marginalidade (GUERRA, 2005; LANDINI, 2003).

Por fim, algumas professoras demonstraram associar a causa da violência sexual infantil à falta de religião ou fé do/a agressor/a sexual. Essa compreensão se relaciona com as convicções pessoais destas participantes, já que elas se autodenominaram religiosas, bem

como demonstraram compreender a religião como algo fundamental na vida das pessoas, pois, segundo elas, uma pessoa sem religião ficaria “perdida no mundo”. Tais concepções pessoais devem ser refletidas cuidadosamente pelos/as profissionais da educação, a fim de não transmitir às crianças valores individuais como verdades únicas, visto que as ações dos/as professores/as sobre a sexualidade na escola podem refletir as suas compreensões sobre o tema (FIGUEIRÓ, 2004; KAWATA, NAKAYA, FIGUEIRÓ, 2010; MAIA et al., 2011).

Indagadas sobre a figura do/a agressor/a sexual, parte das participantes demonstrou acreditar neste/a enquanto alguém com transtorno psicológico, na medida em que ou não consegue conter seus impulsos sexuais, não tendo a dimensão de seus atos, ou dissimula as suas ações em uma tentativa de enganar as pessoas ao seu redor, fazendo-as acreditar que é alguém “normal”, e não um psicopata. Esse olhar se assemelha ao dos discursos médicos, que categoriza o indivíduo com desejo sexual por crianças enquanto um/a pedófilo/a, ou seja, uma pessoa cuja sexualidade é anormal, pois suas fantasias e anseios sexuais envolvem a infância (DSM-IV, 2002).

Usualmente, em pesquisas que buscam traçar um perfil do/a agressor/a sexual, este/a é caracterizado/a da mesma maneira que as professoras participantes relataram: um psicopata com inteligência superior, pertencente à alta classe socioeconômica, “molestador preferencial”, ou alguém cuja inteligência é inferior, seus comportamentos impulsivos, bem como pertencente à baixa classe socioeconômica, “molestador situacional” (SERAFIM et al., 2009).

Contudo, como Felipe e Guizzo (2003), Felipe e Prestes (2012) e Landini (2003) apontaram, a conceituação de fenômenos faz parte do campo da linguagem, produção humana que envolve relação de poder, sendo insuficiente para explicar a complexidade que envolve os comportamentos e desejos sexuais. Assim, como é percebido nas explicações médicas, que detém socialmente o poder do conhecimento, o/a agressor/a sexual quando de “classe alta”, possui inteligência superior e comportamentos mais refinados, enquanto, por sua vez, quando é de “classe baixa”, é violento e com intelecto baixo.

Tais concepções reproduzem o preconceito e estereótipo que envolve essas categorias, bem como desconsidera a maneira sensualizada que a criança é representada pelas diversas mídias, a fim de vender determinados produtos, transformando a criança em objeto a ser consumido. Desta maneira, esse olhar “médico” sob o/a agressor/a sexual que categoriza as suas ações de acordo com seu intelecto e classe social, acaba por ignorar que seja por sedução

ou por ameaças, tais ações são sempre uma violência contra a criança (GUERRA, 2005; LANDINI, 2003).

Outras participantes demonstraram compreender o/a agressor/a sexual enquanto uma pessoa tida como normal socialmente, ou seja, alguém cujo perfil não pode ser traçado, na medida em que possui emprego, é afetivo/a com os próximos, assim como, na maior parte das vezes, é um membro da família ou alguém em quem a criança confia e ama. Essa representação do/a agressor/a está de acordo com os estudos na área, que indicam que, na maior parte dos casos, a violência sexual é cometida por alguém próximo da criança, uma pessoa que possui vínculos afetivos com ela (PEREIRA, 2002; HABIGZANG, RAMOS, KOLLER, 2011; RIBEIRO, FERRIANI, REIS, 2004; ROCHA, 2004; SANTOS, DELL'AGLIO, 2010; SANTOS, IPPOLITO, 2009).

Estas participantes apontaram a mãe como possível agressora, embora em menor proporção em relação ao homem, ou como cúmplice da violência sexual com seus filhos e filhas, nos casos em que, por medo de frustrar seu companheiro, se coloca de maneira omissa em relação à violência sexual. Tal percepção não é frequente, pois, considerada uma cuidadora nata, a mãe é afastada de qualquer suspeita de violência sexual com seus/suas filhos/as (FELIPE, 2006).

Em relação aos indicadores que uma criança vitimizada sexualmente pode vir a apresentar, todas as participantes relataram acreditar na presença de indicadores psicológicos, como o retraimento, apatia, agressividade ou depressão, por exemplo. Entretanto, algumas também apontaram que tais mudanças de comportamentos poderiam ser relacionadas à escola e à sexualidade, como queda no desempenho ou frequência escolar, negação em participar de atividades, desconcentração ou excesso de brincadeiras libidinosas com os colegas da sala.

Apenas uma professora apontou a possibilidade de haver indicadores físicos como machucados ou dores nos órgãos genitais. Entretanto, sejam físicos, psicológicos ou comportamentais, as participantes perceberam que a criança pode vir a manifestar indícios da violência sexual que vem sofrendo, o que é bastante positivo para a detecção precoce desta (AZEVEDO, 2000; MAIA, 2005; PIETRO, 2007; ROCHA, 2004; SANTOS, IPPOLITO, 2009; SANTOS, NEUMANN, IPPOLITO, 2004; VIDOTTI, ARAÚJO, PUENTE, 2002).

Sobre as consequências para as vítimas de violência sexual, grande parte das professoras demonstrou a percepção de que essas ficariam traumatizadas para o resto da vida, tornando-se pessoas agressivas, podendo desenvolver pensamentos suicidas ou tornarem-se dependentes químicos ou marginais. Em uma pesquisa com professores/as da Educação

Infantil realizada por Sánchez (2001), também houve o relato exagerado de que as vítimas de violência sexual não seriam capazes de superar o trauma advindo dessa violência, havendo sequelas para o resto da vida.

De fato, a violência sexual pode vir a causar consequências negativas para vítima, já que esta não possui autonomia suficiente para consentir com essa relação (ARAÚJO, 2002; FERRARI, 2002; INOUE, RISTUM, 2008; LIMA, 2009; SANDERSON, 2005). Entretanto, segundo Furniss (1993), Pietro (2007) e Scherer e Scherer (2000), não há consenso sobre a relação direta entre sofrer violência sexual e ficar perturbado/a emocionalmente.

Algumas participantes relataram que as vítimas de violência sexual podem vir a tornarem-se homossexuais, tal afirmação é frequente, principalmente nos casos de meninos vitimizados, na medida em que, em nossa cultura machista, a penetração é um fenômeno permitido apenas às mulheres (SAFFIOTI, 2004). Essa percepção sobre a homossexualidade também se mostra discriminatória, na medida em que compreende o/a homossexual enquanto uma má consequência de um ato de violência sexual contra uma criança.

Outra afirmação controversa é a de que a vítima poderia tornar-se um/a futuro/a agressor/a sexual, pois estaria mais propenso/a a agir de modo agressivo, reproduzindo a violência que sofreu. Essa concepção, porém, não pode ser comprovada, já não há consenso na literatura sobre o tema, pelo contrário, há estudos que indicam que não há tendência a agressividade em vítimas de violência sexual (PIETRO, 2007; SAFFIOTI, 2004).

Indagadas sobre a prevenção da violência sexual infantil, algumas professoras se mostraram incertas quanto a essa possibilidade. Contudo, apesar disso, relataram conversar com as crianças sobre o tema, em uma tentativa de orientá-las a se protegerem, abordando a importância de cuidarem do corpo, não deixarem que pessoas estranhas as toquem, bem como respeitem o corpo das outras crianças. Assim, pôde se perceber que essas mulheres, mesmo ensinando às crianças habilidades de proteção, não relacionaram estes diálogos com o cuidado das crianças.

Embora não sistematizados, esses discursos sobre violência sexual se configuram como uma forma de prevenção da violência sexual infantil, na medida em que são transmitidos à criança os seus direitos sobre o próprio corpo, bem como a importância de se respeitar a liberdade do outro (LIMA, 2009; MAIA, 2005; MATTAR, 2002; SANDERSON, 2005; SANTOS, IPPOLITO, 2009; SILVA, SOUZA, SANTOS, 2007).

Diante desse questionamento, uma professora relatou ter dúvidas sobre como orientar a criança sobre o tema considerando que a maior parte dos/as agressores/as é membro da

família, ao contrário das outras professoras que relataram ensinar as crianças a não se envolverem com estranhos. Tendo em vista que o/a principal agressor/a sexual é alguém próximo à vítima, é preciso orientar a criança a recusar abordagens coativas e inadequadas de qualquer pessoa, até mesmo de próximos/as (BRINO, WILLIAMS, 2008; GAUDERER, 1999; LAMOUR, 1997; MAIA, 2005; SANDERSON, 2005; SILVA, SOUZA, SANTOS, 2006, 2007).

Outra participante demonstrou acreditar que a proximidade dela com a criança poderia facilitar que esta lhe revelasse uma possível situação de violência sexual, havendo possibilidade de romper com a violência mais facilmente. Essa percepção é compartilhada por diversos/as autores/as, que acreditam que a orientação sobre a violência sexual é mais eficiente quando o/a professor/a se mostra acessível à criança, tanto para esclarecer as suas dúvidas, como para que ela se sinta confortável em relatar possíveis ameaças (MAIA, 2005; MATTAR, 2002; SANDERSON, 2005; SANTOS, NEUMANN, IPPOLITO, 2004; SILVA, SOUZA, SANTOS, 2007).

De acordo com algumas professoras, a prevenção da violência sexual infantil se daria na realização de um projeto a ser realizado com a família, por meio da escola. Isso, com a apresentação de palestras sobre a violência sexual e as suas consequências. Este trabalho em conjunto com a família é de extrema importância, pois torna a escola um ambiente em favor da criança, na medida em que fortalece o vínculo de confiança com os pais e as mães, que acabam por compreender a escola como um local para sanar as suas dúvidas sobre o desenvolvimento infantil, facilitando o trabalho de prevenção da violência sexual infantil (SANTANA, 2002; SCODELARIO, 2002).

Contudo, o trabalho apenas com adultos, e não diretamente com as crianças, também pode sugerir uma dificuldade dessas professoras em assumir a educação para a sexualidade na escola, delegando a outros/as profissionais esta função, bem como evitando conversar com crianças sobre o assunto (ARAÚJO, 2002; MAIA et al., 2011; SANTOS, DELL'AGLIO, 2010; SCODELARIO, 2002; VIDOTTI, ARAÚJO, PUENTE, 2002).

Isso pôde ser observado em um projeto de intervenção realizado por Maia et al. (2011) com professoras da Educação Infantil, as quais demonstraram dificuldade em dialogar sobre sexualidade com as crianças, bem como em intervir em momentos de manifestações da sexuais destes/as. Entretanto, após a realização de uma formação sobre sexualidade infantil com estas profissionais, bem como um trabalho realizado com as crianças de cinco e seis anos

sobre sexualidade, as professoras em questão puderam perceber que é possível trabalhar o tema com crianças pequenas, retirando a “sexualidade” do campo do proibido.

De acordo com duas participantes, as palestras sobre sexualidade e violência sexual não poderiam ficar restritas apenas no campo educativo, havendo uma necessidade de se basear em uma proposta religiosa e espiritual, o que demonstra, novamente, a importância da religião para fundamentar os seus trabalhos pedagógicos, bem como a fusão dos valores pessoais com o trabalho pedagógico.

Três professoras relataram não acreditar na possibilidade de se prevenir a violência sexual infantil, seja por a criança ser muito pequena para se abordar o assunto, como pelo fato de algumas crianças já apresentarem indícios de problemas psicológicos, sendo difícil reverter tais comportamentos, tidos como desestruturados. Essa percepção revela a compreensão da criança como inocente e assexuada, não devendo ser corrompida com informações sobre sexualidade (FELIPE, PRESTES, 2012; MAIA et al., 2011; RIBEIRO, SOUZA, SOUZA, 2000; SILVA, 2011), bem como a visão essencialista da sexualidade, que já desde cedo faz com que indivíduos demonstrem seus desvios de personalidade (CÂMARA, 2007; FELIPE, 2006; FELIPE, GUIZZO, 2003; FELIPE, PRESTES, 2012; LANDINI, 2003).

Estudos mostram que crianças bem informadas e esclarecidas sobre a sexualidade podem estar mais protegidas de situações de violência sexual (MAIA, 2005; MATTAR, 2002; SANDERSON, 2005; SANTOS, NEUMANN, IPPOLITO, 2004; SILVA, SOUZA, SANTOS, 2007). Contudo, apesar da maior parte das participantes ter relatado ser a favor da educação para a sexualidade na Educação Infantil, apenas uma relacionou este trabalho com a prevenção da violência sexual.

De acordo com essas professoras, o diálogo com a criança sobre sexualidade seria importante para, principalmente, ensinar às crianças informações sobre o corpo e as suas funções, bem como as diferenças entre os sexos. Apesar de tais esclarecimentos serem importantes para a criança, a educação para a sexualidade deveria ampliar essa reflexão, problematizando as questões de gênero, bem como as relações de poder que criam modelos de normalidade já na infância (FELIPE, 2007b; XAVIER FILHA, 2008).

Ainda que favorável à educação para a sexualidade, uma professora salientou não ter formação suficiente para tal diálogo em sala de aula, na medida em que a sua história de aprendizado sobre sexualidade foi baseada no controle e omissão de informações por sua família. Tal relato é interessante para se compreender como o silêncio também educa sobre sexualidade, nesse caso deixando-a insegura para dialogar sobre o assunto, assim como para a

compreensão da fluidez das concepções pessoais sobre sexualidade, visto que essa professora, mesmo sendo marcada por uma história de omissão, no que diz respeito à sexualidade, se deu conta da importância do diálogo sobre o tema (CHAUÍ, KEHL, WEREBE, 1981; MAIA, 2010).

A notificação da suspeita da violência sexual infantil aos órgãos responsáveis pelo cuidado da criança revelou-se como a melhor maneira de se romper o ciclo da violência sexual, de acordo com as participantes, embora algumas não tenham apontado quais órgãos seriam estes, não deixando claro se saberiam para onde recorrer. A necessidade da denúncia da violência sexual infantil, também foi apontada como importante pelos/as professores/as participantes da pesquisa realizada por Sánchez (2001), que apesar de acharem este ato a melhor forma de prevenir a repetição da violência contra a criança, demonstraram não conhecer os recursos sociais aos quais poderiam recorrer diante de tais situações.

De acordo com uma participante, seria papel do/a professor/a investigar a ocorrência da violência sexual, por meio de perguntas para a criança, de modo que esta não percebesse a intencionalidade de tais questões. Tal ação é apontada como positiva, na medida em que questões colocadas de maneira tranquila, indicando o interesse no assunto, podem vir a fazer a criança relatar o ocorrido (MIRANDA, YUNES, 2008; ROCHA, 2004).

Entretanto, algumas professoras apontaram a direção da escola como a responsável por investigar a ocorrência da violência sexual na criança, bem como por realizar a notificação desta situação, não cabendo a elas a responsabilidade pela denúncia. Tal compreensão pode se dar pelo fato delas não se sentirem preparadas suficientemente para identificar a violência sexual em crianças, assim como por não saberem como proceder nesses casos, como mostram outras pesquisas realizadas com professoras (ARAÚJO, 2002; BRINO, WILLIAMS, 2008; XAVIER FILHA et al., 2008; MIRANDA, YUNES, 2008; SÁNCHEZ, 2001; SCODELARIO, 2002).

Desta maneira, o papel do/a professor/a diante de suspeita ou confirmação de violência sexual em alguma criança seria o de comunicar imediatamente a coordenação da escola, a fim de que esta lhe auxiliasse nas providências a serem tomadas. Isso porque a omissão do/a professor/a nessas situações foi considerada como uma forma de ser conivente com o ocorrido, o que indica que estas professoras percebem seu papel no cuidado das crianças (MIRANDA, YUNES, 2008; SANTOS, IPPOLITO, 2009; SILVA, SOUZA, SANTOS, 2006, 2007).

Essa percepção de que o papel do/a professor/a vai além de ensinar conteúdos formais, abrangendo a proteção física e psicológica da criança, também foi apontada por outras professoras, que demonstraram acreditar que deveriam acolher a criança vitimizada, encaminhando-a a um atendimento psicológico ou dando mais atenção a ela, reforçando o fato de não ser culpada do ocorrido. Tais ações foram indicadas como importantes para as autoras Silva, Souza e Santos (2006, 2007), que discorreram sobre a pertinência de se ouvir e acreditar na criança, bem como encaminhá-la para tratamento especializado às vítimas de violência.

Ao contrário dessas ações, algumas participantes relataram que a primeira providência a ser tomada seria a de comunicar a família, a fim de investigar a veracidade do caso. Segundo uma professora, essa atitude deveria ser tomada mesmo nos casos em que a família da criança é a responsável por vitimizá-la. Contudo, tal ação pode se mostrar perigosa nos casos de violência sexual intrafamiliar, pois a família pode vir a punir a criança por relatar o ocorrido à professora, assim como retirá-la da escola para que não se investigue o ocorrido, como ocorreu com duas professoras (MIRANDA, YUNES, 2008; PIETRO, 2007; SANTOS, DELL'AGLIO, 2010).

Brino e Williams (2003), em um estudo realizado com professoras sobre violência sexual, também perceberam a falta de formação destas profissionais sobre como lidar com tais situações com crianças da escola, sendo essa desinformação atribuída à lacuna na formação inicial destas participantes. Deste modo, assim como na pesquisa realizada por Brino e Williams (2003), pôde se perceber a necessidade de formação das professoras sobre o assunto, a fim de que estas saibam como proceder da maneira mais adequada, no que diz respeito à notificação dos casos de violência sexual, evitando revitimizar a criança (MIRANDA, YUNES, 2008; PIETRO, 2007; SANTOS, DELL'AGLIO, 2010).

As professoras que já tiveram casos de suspeita de crianças vitimizadas na escola relataram que tais suposições se deram a partir de indicadores comportamentais, físicos e escolares. Nestes casos, as participantes chamaram a família da criança, com o apoio da coordenação da escola, a fim de investigar a situação. Diante disso, perceberam que duas mães estavam cientes do ocorrido, uma delas pedindo ajuda sobre como romper com a violência, enquanto outra retirou a criança da escola. Essas situações são retratadas com frequência, visto que a mulher aparece como cúmplice em muitos casos de violência sexual intrafamiliar (FERRARI, 2002; INOUE, RISTUM, 2008; GAUDERER, 1999; LIMA, 2009; PEREIRA, 2002; SHMICKLER, 2006).

Em um desses casos a coordenadora da escola sentiu-se ameaçada pelo pai, e agressor, da criança, desistindo de fazer a notificação da violência sexual. Entretanto, essa insegurança e medo de sofrer represália da família, bem como punição do/a agressor/a, devem ser superados, a fim de retirar a criança da situação de risco. Um modo de se fazer isso é realizar a notificação da suspeita de violência sexual infantil ao Conselho Tutelar, não se envolvendo diretamente com a família da criança (INOUE, RISTUM, 2008; RIBEIRO, FERRIANI, REIS, 2004; ROCHA, 2004; SANTOS, IPPOLITO, 2009; VIDOTTI, ARAÚJO, PUENTE, 2002).

Uma participante relatou ter suspeitado que um casal de crianças houvesse sofrido violência sexual, na medida em que o menino e a menina estavam abaixando a roupa um do outro durante o recreio. Assim, o relato dessa professora demonstrou uma falta de informação sobre o assunto, tanto a respeito do que caracteriza uma situação de violência sexual, como os possíveis indicadores de que uma criança sofreu tal violência, visto que tal fato demonstra apenas a curiosidade das crianças em torno das questões da sexualidade, não podendo ser entendida, de modo isolado, como um indicador de violência sexual.

Indagadas sobre terem recebido orientações da coordenação da escola sobre como agir diante desses casos, a maior parte das professoras relatou não tê-las recebido, embora julgassem tal instrução necessária. A falta de diálogo sobre violência sexual foi justificada pela falta de contato com tais situações, não havendo a necessidade de se abordar o assunto. Contudo, muitas vezes, o/a professor/a é colocado diante da ocorrência de violência sexual em alguma criança da escola, sendo necessário que ele/a já esteja preparado/a e informado/a o suficiente para lidar com o caso (BRINO, WILLIAMS, 2008; MIRANDA, YUNES, 2008; PIETRO, 2007; SANTOS, NEUMANN, IPPOLITO, 2004).

Em detrimento da maioria das professoras, que demonstraram acreditar na importância de haver uma orientação sobre como lidar com a violência sexual infantil, para uma professora essa orientação foi percebida como desnecessária, na medida em que ela disse trabalhar em uma escola com uma “boa clientela”, o que impossibilitaria a ocorrência de violência sexual. Entretanto, a violência sexual pode acontecer nas diferentes classes socioeconômicas, religiões, níveis de escolaridade ou posições sociais, não havendo um nicho específico para esta ocorrência (PIETRO, 2007; SAFFIOTI, 2000; SCHMICKLER, 2006).

Aliado ao silêncio da coordenação da escola sobre a violência sexual infantil, a maior parte das professoras também não recebeu informações sobre o tema na graduação, bem como em cursos de formação continuada. As poucas participantes que tiveram o conteúdo na

graduação relataram que este foi passado de maneira informal e breve, se pautando, principalmente, na importância de notificar casos de violência sexual, porém não caracterizando o que seria essa violência ou os seus indicadores. Já aquelas que participaram de palestras sobre o tema, relataram que estas se nortearam para os sintomas que uma criança pode vir a apresentar, assim como a realização da denúncia.

A falta de uma formação que abordasse o assunto foi observada tanto nos relatos das professoras que não souberam especificar ou conceituar o que seria a violência doméstica, a violência sexual infantil e quais as possíveis consequências para a vítima, quanto nas dúvidas sobre violência sexual infantil, já que a maior parte das professoras relatou não saber como identificar, bem como agir diante de tal situação. Algumas professoras disseram não saber o que caracterizaria uma situação de violência sexual infantil, o que dificulta, ainda mais, a identificação desses casos em sala de aula.

Considerando que a escola é local privilegiado para a prevenção e a detecção precoce da violência sexual contra crianças, faz-se necessário que o tema seja abordado em cursos de formação inicial e continuada, a fim de que os/as professores/as estejam preparados/as para lidar com tais situações, sabendo o que configura uma violência sexual e como identifica-la, bem como reconheçam o seu papel na proteção da criança, assim como o seu dever legal, realizando a notificação da violência sexual infantil quando houver suspeitas (BRINO, WILLIAMS, 2003, 2008; XAVIER FILHA et al., 2008; MATTAR, 2002; SILVA, SOUZA, SANTOS, 2006, 2007).

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a violência sexual infantil como um fenômeno que se dá pelo uso de uma relação de poder entre um adulto contra uma criança, por meio de uma construção social do desejo sexual adulto, e não uma patologia, é possível pensar em um trabalho de prevenção contra essa modalidade de violência. Tendo em vista que a escola é o segundo ambiente em que a criança mais frequenta, bem como é um espaço de formação que vai além do ensino de conteúdos formais, a presente pesquisa teve o intuito de investigar como as professoras da Educação Infantil percebem a violência sexual infantil e a sua prevenção.

A análise dos dados demonstrou que a maior parte das professoras compreenderam a violência sexual infantil enquanto uma realidade que vai além do ato sexual, caracterizada também com carícias, verbalizações sexuais para a criança, bem como a exposição desta a pornografia adulta. As participantes também demonstraram compreender que a criança vitimizada manifesta, na escola, indicadores da violência que vem sofrendo, como mudança súbita de humor ou falta de interesse nas atividades escolares, por exemplo. Essa percepção sobre a manifestação dos indicadores que a vítima pode vir a expressar na escola é importante para a detecção precoce destas situações.

As professoras demonstraram julgar o comportamento do agressor de modo bastante estereotipado. A percepção da maior parte delas sobre a causa e o perfil do/a agressor/a sexual foi relacionada a aspectos patológicos, assim como à religião. Ambos os aspectos dificultam a compreensão de que é possível prevenir a violência sexual infantil, sendo o primeiro aspecto responsável por rotular o/a agressor/a sexual enquanto uma pessoa cuja sexualidade é doentia e sem contenção, o que impossibilita a mudança de comportamento deste/a, bem como faz com que não haja ações de proteção para a criança, já que ela é sempre alvo desta “mente transtornada”.

Assim, em espaços de formação do/a professor/a, é preciso atenção para esse tema, para que os/as educadores/as percebam que o/a agressor/a sexual não possui um diagnóstico fechado de comportamentos, muito menos de identidade e personalidade, podendo se pensar no cuidado da criança na escola, considerando que a maior parte dos/as agressores/a sexuais é alguém próximo à vítima, tornando o fenômeno difícil de identificação.

Quanto ao aspecto da religião, algumas professoras demonstraram compreender que esta é fundamental para a vida em sociedade, julgando os indivíduos sem religião, ou com uma religião diferente das que elas possuíam, como alguém “perdido e sem rumo”, sendo

capaz de violentar sexualmente uma criança. Desta maneira, percebeu-se como necessário a realização de pesquisas na área de sexualidade, religião e práticas pedagógicas, a fim de investigar se os/as professores/as reproduzem seus valores religiosos em sala de aula.

Tendo em vista a prevenção da violência sexual infantil, defendemos que a educação para a sexualidade deve ser realizada já na Educação Infantil, com o intuito de se refletir com as crianças sobre a sexualidade, corpo e gênero, ensinando-as a questionar os valores hegemônicos sobre sexualidade transmitidos pelas mídias, assim como os papéis atribuídos socialmente aos homens e às mulheres que, além de não corresponder, muitas vezes, com os seus interesses e desejos individuais, aprisiona-os/as a estereótipos difíceis de serem atingidos.

Isso porque, é a partir dessa educação normativa, que se se constrói uma hierarquia na relação de poder, onde o homem é educado para dominar os demais, a mulher para obedecê-lo e a criança para ser submissa a ambos, por serem adultos. Desta maneira, a violência doméstica e a violência sexual infantil, se tornam reflexo dessa educação, na qual as categorias de gênero e geração apresentam níveis de poder. A fim de desconstruir tais padrões, a educação para a sexualidade pode vir a educar a criança a não reproduzir tais valores ao longo do seu desenvolvimento.

Isso se constitui como um trabalho de prevenção da violência sexual infantil, na medida em que a criança aprende, além do respeito ao outro, sobre os seus direitos, bem como a recusar abordagens sedutoras ou coativas de adultos. Entretanto, de acordo com os relatos das participantes, apenas uma delas relacionou a educação para a sexualidade com a prevenção da violência sexual infantil, já que a maioria das professoras demonstrou compreendê-la como um projeto para sanar as curiosidades das crianças, bem como ensiná-las sobre as diferenças entre meninos e meninas, o que pode demonstrar o interesse delas em garantir que as atitudes dessas crianças correspondam aos padrões de conduta socialmente transmitidos.

Houve professoras que relataram perceber a criança como muito pequena para se falar sobre sexualidade, indicando a falta de formação destas educadoras no que diz respeito à sexualidade infantil e às suas manifestações na escola. Desta maneira, ficou evidente a importância de se investir na formação de professores/as sobre a sexualidade infantil, as suas expressões, assim como sobre a violência sexual contra crianças, seus indicadores, e formas de prevenção e notificação desta.

Diante disso, ficou a questão de como as políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infantil vem sendo implementadas, visto que há o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, sendo um de seus tópicos a formação de educadores/as sobre o tema. Outro aspecto dessa política pública é a veiculação de campanhas preventivas pelas diversas mídias, o que gera o questionamento sobre a maneira que essas campanhas estão informando e atingindo o público-alvo, visto que muitas professoras demonstraram insegurança de notificar a violência sem o apoio da coordenação, devido ao despreparo em torno do tema.

É preciso deixar claro, novamente, que a educação para a sexualidade, enquanto um trabalho de prevenção da violência sexual infantil, não tem a intenção de delegar à criança a responsabilidade de se proteger – visto que o/a culpado/a é sempre o/a agressor/a que utilizou de seu poder para coagir a criança – porém as crianças desinformadas sobre sexualidade são as vítimas mais frequentes dos/as agressores/as sexuais, já que não foram ensinadas a relatarem o ocorrido a alguém de sua confiança. Desta maneira, o intuito da educação para a sexualidade nesse aspecto, é esclarecer que a violência sexual infantil existe, e que o segredo solicitado pelo/a agressor/a não deve ser mantido, bem como de desconstruir os valores sexistas que acabam por gerar a violência.

Considerando que a maioria das professoras delegou a responsabilidade pela notificação da violência sexual infantil à coordenadora da escola, é preciso investigar se esta saberia como identificar e agir em casos de violência sexual infantil. Por fim, como a maior parte das participantes relatou não haverem tido disciplinas sobre o assunto na formação inicial ou em cursos de formação continuada, conclui-se que é preciso a implementar o conteúdo da sexualidade humana e gênero na formação dos/as educadores/as, uma vez que essas questões irão, muito provavelmente, fazer parte do cotidiano escolar desses/as profissionais, bem como poderão auxiliar na prevenção da violência sexual infantil.

VI. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.7, n.2, p.3-11, 2002.

AZEVEDO, Maria Amélia. Consequências psicológicas da vitimização de crianças e adolescentes. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (Orgs.). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu, 2000, p.143-167.

_____; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. *Pele de asno não é só história: um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família*. São Paulo: Roca, 1988.

_____; _____. Vitimação e vitimização: questões conceituais. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (Orgs.). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu, 2000, p.25-47.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARROS, Odívia. *Segredo segredíssimo*. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

BASTOS, Cristine Soares. Sexualidade na 1ª série: é possível?. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa et al. (Orgs.). *Educação e sexualidade: identidades, famílias, diversidade sexual, prazeres, desejos, preconceitos, homofobia...* Rio Grande: Editora da FURG, 2008, p.287-294.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1990.

_____. *Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil*. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Brasília: MEC, 2010.

_____. *Código penal, constituição federal e legislação complementar*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

BRINO, Rachel de Faria; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. *Cadernos de Pesquisa*, v.1, n.119, p.113-128, 2003.

_____; _____. Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil. *Educação & Realidade*, v.33, n.2, p.209-230, 2008.

BRITO, Ana Maria et al. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: um estudo de um programa de intervenção. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.10, n.1, p.143-149, 2005.

CÂMARA, Adriane Peixoto. Masculinidade heterossexual e pedofilização: apontamentos iniciais para um debate. *Revista Ártemis*, v.6, n.1, p.49-57, 2007.

CAMPOS, Luiz Fernando Lara. Métodos e Técnicas de pesquisa em Psicologia. Campinas, SP: Editora Alínea, 2000.

CHAUI, Marilena; KEHL, Maria Rita; WEREBE, Maria José; BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão?. *Cad. Pesquisa*, n.36, p. 99-110, 1981.

DESLANDES, Suely. Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um serviço. *Caderno de Saúde Pública*, v.10, n.1, p.177-187, 1994.

DSM-IV-TR – *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Porto Alegre: Artmed, 2002, p.538-544.

ENGELHARDT, Elias. Violência na infância – aspectos neurobiológicos. In: PIZÁ, Graça; BARBOSA, Gabriella Ferrarese (Orgs.). *A violência silenciosa do incesto*. Rio de Janeiro: Clínica Psicanalítica da Violência, 2004, p.78-91.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar. Erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo. *Pro-Posições*, v.14, n.3, p.119-130, 2003.

_____. Afinal, quem é mesmo pedófilo? *Caderno Pagu*, n.26, p.201-223, 2006.

_____. Erotização dos corpos infantis. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007a, p.53-65.

_____. Do amor (ou de como glamourizar a vida): apontamentos em torno de uma educação para a sexualidade. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa et al. (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas*. Rio Grande: Editora da FURG, 2007b, p.31-45.

_____; PRESTES, Liliane Madruga. Erotização dos corpos infantis, pedofilia e pedofilização na contemporaneidade. *Anais Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul*, p.1-16, 2012.

FERRARI, Dalka Chaves de Almeida. Definição de abuso na infância e na adolescência. In: FERRARI, Dalka Chaves de Almeida; VECINA, Tereza (Orgs.). *O fim do silêncio na violência familiar*. São Paulo: Ágora, 2002, p. 81-94.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. O professor como educador sexual: interligado formação e atuação profissional. In: RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal (Org.). *Sexualidade e educação: aproximações necessárias*. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

FURLANI, Jimena. Educação sexual: possibilidades didáticas. n: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p.66-81.

FURNISS, Tilman. *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal integrados*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GAUDERER, Ernest Christian. Abuso sexual na infância e na adolescência. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). *O prazer e o pensar: orientação sexual para educadores e profissionais da saúde*. São Paulo: Editora Gente: Cores – Centro de Orientação e Educação Sexual, 1999, p.51-63.

GODOI, Marcos Roberto; NEVES, Luciene. Corpo, violência sexual, vulnerabilidade e educação libertadora no filme “Preciosa: uma história de esperança”. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v.16, n.41, p.409-421, 2012.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. São Paulo: Cortez, 2005.

GUSMÃO, Verônica Lúcia Ribeiro; SCHIAVO, Marcio Ruiz; JURBERG, Pedro. A educação sexual e a proteção contra o abuso. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, SBRASH, v.14, n.2, p.47-60, 2003.

HABIGZANG, Luísa Fernanda; RAMOS, Michele da Silva; KOLLER, Sílvia Helena. A revelação do abuso sexual: as medidas adotadas pela rede de apoio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v.27, n.4, p.467-473, 2011.

INOUE, Silvia Regina Viodres; RISTUM, Marilena. Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. *Estudos de Psicologia*, v.25, n.1, p.11-21, 2008.

KAWATA, Heloísa de Oliveira; NAKAYA, Karen Mayumi; FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Reeducação sexual: percurso indispensável na formação do/a educador/a. *Revista Linhas*, v.11, n.01, p.85-111, 2010.

LAMOUR, Martine. Os abusos sexuais em crianças pequenas: sedução, culpa, segredo. In: GABEL, Marceline (Org.). *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Summus, 1997, p.43-61.

LANDINI, Tatiana Savoia. Pedófilo, quem és? A pedofilia na mídia impressa. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.19, n.2, p.273-282, 2003.

LIMA, Clinaura Maria de. *Infância ferida: os vínculos da criança abusada sexualmente em seus diferentes espaços sociais*. Curitiba: Juruá, 2009.

LOWENKRON, Laura. Abuso sexual infantil, exploração sexual de crianças, pedofilia: diferentes nomes, diferentes problemas? *Sexualidad, Salud y Sociedad Revista Latinoamericana*, v.1, n.5, p.9-29, 2010.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Abuso sexual infantil. In: MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; MAIA, Ari Fernando (Orgs.). *Sexualidade e infância*. Bauru: FC/UNESP: CECEMCA, 2005, p.143-158.

_____. Conceito amplo de Sexualidade no processo de Educação Sexual. *Revista Psicopedagogia on line- Educação & Saúde*, 2010.

_____ et al. Projeto de intervenção em educação sexual com educadoras e alunos de uma pré-escola. *Revista Ciência em Extensão*, v. 7, p. 115-129, 2011.

MATTAR, Enza. Necessidade de uma política de atendimento e prevenção da violência sexual doméstica. In: CRAMI, Centro Regional aos Maus-Tratos na Infância (Org.). *Abuso sexual doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor*. São Paulo: Cortez, 2002, p.85-91.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p.9-27.

MIRANDA, Ângela Torma; YUNES, Maria Angela Mattar. A denúncia do abuso sexual contra crianças e adolescentes no ambiente escolar. In: SILVA, Fabiane Ferreira et al. (Orgs.). *Sexualidade e escola: compartilhando saberes e experiências*. Rio Grande: FURG, 2008, p. 101-109.

PEREIRA, Lucimara Martins. Violência sexual doméstica contra crianças e adolescentes: uma proposta multidisciplinar de atendimento. In: CRAMI, Centro Regional aos Maus-Tratos na Infância (Org.). *Abuso sexual doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor*. São Paulo: Cortez, 2002, p.15-39.

PIETRO, Angela Torma. *A denúncia de abuso sexual no ambiente escolar: o estudo de uma proposta de intervenção para professores do Ensino Fundamental*. 2007. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Fundação Universidade Federal do Rio Grande: FURG, 2007.

_____ et al. Acesso a informação para a construção da cidadania: o abuso sexual infantil em debate. *Biblos*, v.23, n.2, p.85-92, 2009.

_____; YUNES, Maria Angela Mattar. A violência sexual contra crianças e adolescentes: reflexões imprescindíveis. In: SILVA, Fabiane Ferreira; MELLO, Elena Maria Billig (Orgs.). *Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação*. Uruguaiana, RS: UNIPAMPA, 2011, p.132-145.

RIBEIRO, Márcia, Aparecida; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho; REIS, Jair Neves. Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. *Caderno Saúde Pública*, v.20, n.2, p.456-464, 2004.

Ribeiro, Marcos. *Conversando com seu filho sobre sexo*. São Paulo: Editora Academia de Inteligência, 2009.

RIBEIRO, Paula Regina Costa; SOUZA, Nádia Geisa Silveira; SOUZA, Diogo Onofre. Sexualidade na sala de aula: pedagogias escolares de professoras das séries iniciais do ensino fundamental. *Revista Estudos Feministas*, v.12, n.01, p.109-129, 2004.

_____. Sexualidade e escola. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa (Org.). *Corpos, gêneros e sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar*. Rio Grande: Editora da FURG, 2008, p.57-60.

ROCHA, Therezinha. Da violência à denúncia: a violência sexual e os recursos médico-assistenciais. In: PIZZÁ, Graça; BARBOSA, Gabriella Ferrarese (Orgs.). *A violência silenciosa do incesto*. Rio de Janeiro: Clínica Psicanalítica da Violência, 2004, p.92-104.

SAFFIOTTI, Heleieth. Exploração sexual de crianças. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu, 2000, p. 49-95.

_____. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Hernández; LUCIO, Pilar Baptista. *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SÁNCHEZ, Amaia Del Campo. Conhecimentos e atitudes dos pais, menores e professores em relação ao abuso sexual. *Análise Psicológica*, v.2, n.19, p.253-259, 2001.

SANDERSON, Christiane. *Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofílias*. São Paulo: M. Books, 2005.

SANTANA, Ronaldo Pereira. Creche: local singular para o desenvolvimento de trabalhos voltados ao combate à violência intrafamiliar contra crianças. In: FERRARI, Dalka Chaves de Almeida; VECINA, Tereza (Orgs.). *O fim do silêncio na violência familiar*. São Paulo: Ágora, 2002, p. 316-327.

SANTOS, Benedito Rodrigues; IPPOLITO, Rita. *Guia de referência – construindo uma cultura de prevenção à violência sexual*. São Paulo: Childhood – Instituto WCF-Brasil: Prefeitura da cidade de São Paulo. Secretaria da Educação, 2009.

_____; NEUMANN, Marcelo; IPPOLITO, Rita. *Guia escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004.

SANTOS, Samara Silva; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. *Psicologia & Sociedade*, v.22, n.2, p.328-335, 2010.

SAULIÈRE, Delphine; DESPRÉS, Bernadette. *Abuso sexual, não!*. São Paulo: Escala educacional, 2004.

SCHERER, Edson Arthur; SCHERER, Zeyne Alves Pires. A criança maltratada: uma revisão da literatura. *Revista Latino-Americana Enfermagem*, v.8, n.4, p.22-29, 2000.

SCHMICKLER, Catarina Maria. *O protagonista do abuso sexual: sua lógica e estratégias*. Chapecó: Argos, 2006.

SCODELARIO, Arlete Salgueiro. Pressupostos teóricos e formação de pólos no trabalho de prevenção. In: FERRARI, Dalka Chaves de Almeida; VECINA, Tereza. *O fim do silêncio na violência familiar*. São Paulo: Ágora, 2002, p.217-227.

SERAFIM, Antonio de Pádua et al. Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. *Revista Psiquiatria Clínica*, v.36, n.3, p.101-111, 2009.

SILVA, Fabiane Ferreira. Lições de sexualidade na escola. In: SILVA, Fabiane Ferreira; MELLO, Elena Maria Billig (Orgs.). *Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação*. Uruguaiana, RS: UNIPAMPA, 2011, p.146-157.

SILVA, Maria Amélia de Sousa. Violência contra crianças – quebrando o pacto do silêncio. In: FERRARI, Dalka Chaves de Almeida; VECINA, Tereza (Orgs.). *O fim do silêncio na violência familiar*. São Paulo: Ágora, 2002, p.73-80.

SILVA, Maria Cecília Pereira. Características da sexualidade infantil de 0 a 6. In: SILVA, Maria Cecília Pereira (Org.). *Sexualidade começa na infância*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p.51-72.

_____; SOUZA, Patrícia Oliveira; SANTOS, Zélia dos. Abuso sexual infantil. In: SILVA, Maria Cecília Pereira (Org.). *Projeto de orientação sexual infantil da rede municipal de educação de São Paulo*. GTPOS, 2006, p.89-109.

_____; _____. Violência sexual infantil. In: SILVA, Maria Cecília Pereira (Org.). *Sexualidade começa na infância*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p.95-111.

SPATA, Andrea. *Métodos de Pesquisa – ciência do comportamento e diversidade humana*. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

VIDOTTI, Fabiana Brenelli; ARAÚJO, Maria Salete; PUENTE, Mariana. O serviço social, a família e a parceria com a rede. In: CRAMI, Centro Regional aos Maus-Tratos na Infância

(Org.). *Abuso sexual doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor*. São Paulo: Cortez, 2002, p.46-53.

VITTIELO, Nelson. Vitimização sexual: consequências orgânicas. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (Orgs.). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu, 2000, p.123-141.

XAVIER FILHA, Constantina et al. A escola como espaço de identificação e prevenção de violências contra crianças e adolescentes – ações do projeto Escola que Protege. *Extensão em Foco*, Curitiba, n.1, p.67-77, 2008.

_____. Educação para a sexualidade: carregar água na peneira? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; SILVA, Méri Rosane Santos; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: composições e desafios para a formação docente*. Rio Grande: Editora da FURG, 2009, p.85-103.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA

I. DADOS PESSOAIS

Idade:..... Sexo: () F () M

Formação profissional? _____

Quanto tempo atua na profissão? _____

Outras formações? (especialização, pós-graduação, cursos)_____ Quais? ____ Quando?____

Onde? _____

Sala de aula sobre sua responsabilidade? (modalidade de ensino)

Estado Civil:

Tem filhos: _____ Idades: _____

Possui religião? () Sim () Não Qual religião?: _____

Se possui, qual é e importância desta para você:

II. QUESTÕES

6. Como você define violência doméstica?
7. Para você, o que caracteriza um abuso sexual infantil?
8. Por que você acha que existe o abuso sexual infantil? Por que pensa assim?
9. Na sua opinião, como seria o perfil do abusador? Quem são e como são os abusadores em geral?
10. Quais sintomas uma criança que sofreu abuso sexual pode apresentar? Como identificá-los?
11. Quais as possíveis consequências que o abuso sexual pode acarretar para o desenvolvimento da criança? Por que pensa assim?
12. Quais as providências a serem tomadas diante de uma suspeita de abuso sexual infantil?
13. Você já teve contato com algum caso de suspeita de abuso sexual infantil? Como percebeu? O que fez na situação?
14. Você conhece algum professor que teve contato com abuso sexual infantil? Como ele(a) agiu?
15. Na sua opinião, qual é o papel do professor quando há suspeita de abuso sexual em uma criança da escola? O que ele deve fazer e como deve agir?
16. Na sua opinião, é possível prevenir o abuso sexual na infância? De que maneira?
17. Já recebeu orientação da coordenação da escola sobre como agir diante de uma suspeita e/ou confirmação de abuso sexual em crianças? Se sim, qual? Se não, seria importante receber? Por que?

18. Você teve o conteúdo e orientação sobre maneiras de lidar com o tema em sua formação acadêmica? O que foi dito? (eram disciplinas, palestras, estágio?)
19. Já participou de algum curso de formação continuada sobre abuso sexual infantil? Por que? O que achou?
20. O que acha de educação sexual na escola? É favorável ou não? Para que ela serviria? Quem deveria oferecer? Por quê?
21. Possui dúvidas sobre abuso sexual infantil? Quais?
22. Gostaria de comentar algo sobre o assunto?
23. Como se sentiu ao responder a entrevista?

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui convidado(a) a participar da pesquisa **VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: COMPREENSÕES DE PROFESSORAS SOBRE CONCEITO E PREVENÇÃO** sob a responsabilidade de Raquel Baptista Spaziani, que fui esclarecido(a) sobre os objetivos gerais da pesquisa, os procedimentos metodológicos envolvidos e as finalidades de divulgação dos dados de modo acadêmico e científico e que a pesquisa atende as exigências éticas da Resolução do Conselho Nacional de Saúde 2048. (*Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo Seres Humanos/CONEP/Conselho de Ética em Pesquisa*). Declaro que fui informado(a) de que a minha participação na pesquisa é gratuita e não envolve nenhuma situação de risco à minha integridade física ou moral. Entendi que minha participação será a de participar de uma entrevista, com gravação para transcrição e análise, que a minha identificação será mantida no anonimato e que posso desistir da participação em qualquer momento, além de manter contato para esclarecimentos com o pesquisador responsável.

Eu, _____,

RG: _____, **concordo em participar, de forma voluntária, deste estudo e autorizo a utilização das respostas que emiti nesta entrevista para fins de divulgação acadêmica e científica, desde que seja mantido o anonimato da minha identificação.**

Data: ____/____/____.

Assinatura: _____

Responsável: Raquel Baptista Spaziani

E-mail: raquel_spaziani@yahoo.com.br

ANEXO A – Autorização do Comitê de Ética para o desenvolvimento do estudo

unesp



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Bauru



O Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP, em sua 61ª Reunião Ordinária realizada no dia 07 de abril de 2011, no Prédio do STI da Faculdade de Ciências - UNESP, Campus de Bauru, às 09h00, após análise do parecer emitido pelo relator **APROVA** o projeto "Abuso sexual infantil: compreensão de educadores(as) sobre conceito e prevenção", Processo nº 1485/46/01/11, sob responsabilidade da Professora Doutora Ana Cláudia Bortolozzi Maia.

Bauru (SP), 07 de abril de 2011

PROF. DR. ARI FERNANDO MAIA
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Av. Eng. Luiz Edmundo Carjo Coube, 14-01 - Vila Gemina - Bauru-SP - CEP: 17.033-360
Fone: (14) 3103-0187 - e-mail: cellari@fo.unesp.br